

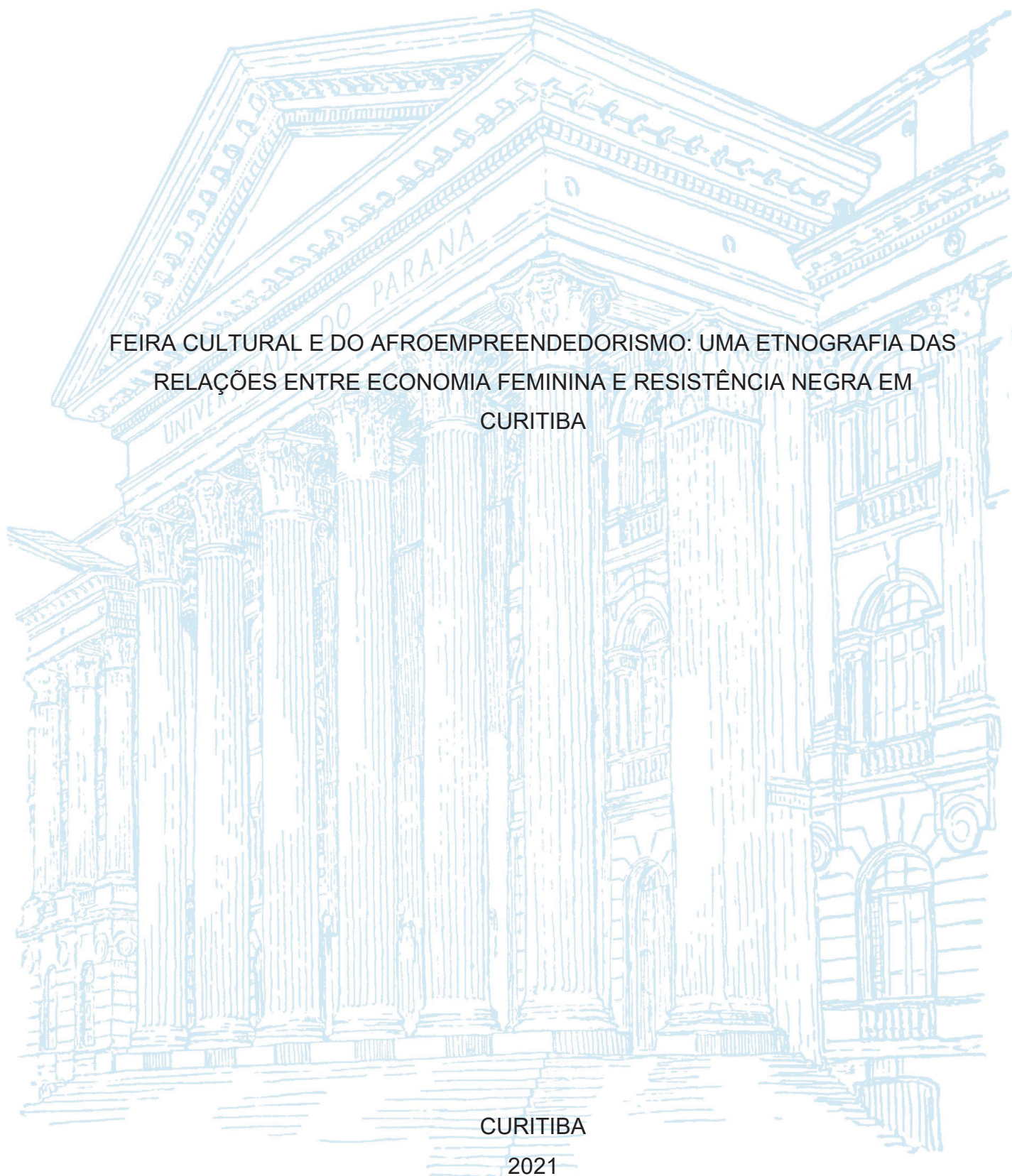
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SUELEN KARINI ALMEIDA DE MATOS

FEIRA CULTURAL E DO AFROEMPREENDEDORISMO: UMA ETNOGRAFIA DAS
RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA FEMININA E RESISTÊNCIA NEGRA EM
CURITIBA

CURITIBA

2021



SUELEN KARINI ALMEIDA DE MATOS

FEIRA CULTURAL E DO AFROEMPREENDEDORISMO: UMA ETNOGRAFIA DAS
RELAÇÕES ENTRE ECONOMIA FEMININA E RESISTÊNCIA NEGRA EM
CURITIBA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Departamento de Antropologia e Arqueologia, Setor de Ciências Humanas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Silva da Silveira

CURITIBA

2021

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Matos, Suelen Karini Almeida de

Feira cultural e do afroempreendedorismo : uma etnografia das relações
entre economia feminina e resistência negra em Curitiba. / Suelen Karini
Almeida de Matos. – Curitiba, 2021.

Dissertação (Mestrado em Antropologia e Arqueologia) – Setor de Ciências
Humanas da Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Marcos Silva da Silveira

1. Empreendedorismo social – Curitiba (PR). 2. Cultura afro-brasileira.
3. Feiras livres – Curitiba (PR). 4. Negras. 5. Feminismo. I. Silveira, Marcos
Silva da, 1962-. II. Título.

CDD – 305.8960981

ATA Nº190

ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRA EM ANTROPOLOGIA

No dia trinta de agosto de dois mil e vinte e um às 10:30 horas, na sala online, suportada pelo Microsoft Teams, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação da mestranda **SUELEN KARINI ALMEIDA DE MATOS**, intitulada: **Feira Cultural e do Afroempreendedorismo: Uma etnografia das relações entre economia feminina e resistência negra em Curitiba.**, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS SILVA DA SILVEIRA. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná, foi constituída pelos seguintes Membros: MARCOS SILVA DA SILVEIRA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), MARIA NILZA DA SILVA (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA), JUDIT GOMES DA SILVA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela APROVAÇÃO. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestra está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, MARCOS SILVA DA SILVEIRA, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 30 de Agosto de 2021.

Assinatura Eletrônica

02/09/2021 12:21:19.0

MARCOS SILVA DA SILVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

02/12/2021 14:39:19.0

MARIA NILZA DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)

Assinatura Eletrônica

20/09/2021 14:38:53.0

JUDIT GOMES DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação ANTROPOLOGIA E ARQUEOLOGIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da dissertação de Mestrado de **SUELEN KARINI ALMEIDA DE MATOS** intitulada: **Feira Cultural e do Afroempreendedorismo: Uma etnografia das relações entre economia feminina e resistência negra em Curitiba.**, sob orientação do Prof. Dr. MARCOS SILVA DA SILVEIRA, que após terem inquirido a aluna e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de mestra está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 30 de Agosto de 2021.

Assinatura Eletrônica

02/09/2021 12:21:19.0

MARCOS SILVA DA SILVEIRA

Presidente da Banca Examinadora

Assinatura Eletrônica

02/12/2021 14:39:19.0

MARIA NILZA DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA)

Assinatura Eletrônica

20/09/2021 14:38:53.0

JUDIT GOMES DA SILVA

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)

Para todas as mulheres pretas e pardas que vieram antes de mim e para aquelas que ainda virão.

AGRADECIMENTOS

Início agradecendo aos meus orixás que não me deixaram perder a fé em cada processo seletivo que era tentado, até a conclusão deste trabalho. Minha mãe Oxum que trouxe o amor que eu coloquei em cada palavra desta pesquisa e meu pai Ogum que com sua espada abriu os caminhos para que pudesse terminar essa dissertação da melhor forma possível.

Agradeço aos pais que sempre estiveram ao meu lado em cada decisão. Meu pai Marcos Benevides, um homem pardo que me mostrou a potência dos estudos, saindo da roça e tornando-se policial militar, pude vê-lo também se tornar advogado graças às ações afirmativas. Minha mãe, Sueli Almeida, mulher preta, que me ensinou a nunca perder as esperanças, por mais difíceis que as coisas estivessem, logo melhorariam. Também agradeço à minha companheira, Letícia Lorenzet, por todo amor, cuidado, compreensão, acolhimento e força durante todo esse processo, sem ela eu não teria chegado até aqui. Também agradeço à minha psicóloga Neuza Peres que me acompanhou antes de minha entrada no mestrado e em grande parte dele, com seu apoio e amorosidade me ajudou a entender que eu era merecedora de ocupar esse espaço.

Agradeço aos meus amigos de longa data que sempre me acompanharam em cada fase de minha vida: Leonardo Guedes, Nikolle Machado, Caroline Ribeiro, Rafaella Viera, Koryni Souza, Stella Cavalli, Leticia Panini e Maria Laura Wuicik. Agradeço aos meus colegas de mestrado que me acolheram de uma forma primorosa em meus primeiros passos na antropologia. Agradeço também a todo Departamento de Antropologia e Arqueologia da Universidade federal do Paraná, aos professores e funcionários, em especial ao meu orientador, Marcos Silva da Silveira, que fez mais do que orientar nessa pesquisa, acreditou em mim em todos os momentos, sem seu apoio eu não teria chegado até aqui. Agradeço também aos meus professores do curso de graduação em design de moda da Universidade Positivo que me apresentaram o universo da pesquisa, o qual pretendo nunca abandonar.

Não posso deixar de agradecer ao Instituto Afro-Brasil do Paraná, em especial às minhas interlocutoras, Will Amaral, Márcia Reis e Maureen Reis que se prontificaram a me ajudar no que fosse preciso. Também agradeço à Maria Lucia Souza, Alessandra Martins e Claimarilu Santori por terem participado com suas histórias e vivências.

Por fim, mas não menos importante, deixo meus agradecimentos à CAPES por ter financiado esta pesquisa do início ao fim, acreditar na ciência em tempos de desmonte na educação é um ato de resistência. Por falar nela, a resistência, agradeço às minhas ancestrais, mulheres pretas que lutaram para que eu estivesse aqui hoje, contrariando os planos do sistema e questionando seus padrões que não servem mais para os dias atuais.

Viva a Ciência!

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Elas são coadjuvantes, não, melhor, figurantes
Que nem devia tá aqui.

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Tanta dor rouba nossa voz, sabe o que resta de nós?
Alvos passeando por aí.

Permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Se isso é sobre vivência, me resumir à sobrevivência
É roubar o pouco de bom que vivi
Por fim, permita que eu fale, não as minhas cicatrizes
Achar que essas mazelas me definem é o pior dos crimes
É dar o troféu pro nosso algoz e fazer nós sumir.

Amar(Elo) – Emicida, Majur e Pablllo Vitar.

RESUMO

A Feira Cultural e do Afroempreendedorismo acontece mensalmente em Curitiba desde 2017 e vêm ocupando espaço no cenário de eventos cuja finalidade é de fomentar a cultura afro-brasileira e africana em uma cidade que invisibiliza a população negra. A proposta desta dissertação é de compreender a luta e importância deste evento que é organizado e ocupado por mulheres negras. Essas, que são militantes e atuantes na resistência local desde os anos oitenta, trabalham bravamente para abrir caminhos para outras mulheres de todas as gerações. Com apoio do Instituto Afro-Brasil do Paraná e ocupando a Praça Zumbi dos Palmares, localizada no bairro Pinheirinho, o evento contribui para o fortalecimento do movimento *black money* através do ato de empreender e da construção da identidade política negra através das apresentações culturais. Neste trabalho, trago narrativas e vivências dessas mulheres que têm reescrito a história negra da cidade, lutando contra as burocracias estatais que fortalecem o racismo estrutural e institucional, construindo, assim, uma utopia quilombista que projeta um novo cenário de existência para esse coletivo.

Palavras-chave: Afroempreendedorismo. Feminismo. Mulheres negras. Resistência.

ABSTRACT

The Cultural and Afro-entrepreneurship Fair has taken place monthly in Curitiba since 2017. It has been occupying space in the scenario of events whose purpose is to promote Afro-Brazilian and African culture in a city that makes the black population invisible. This dissertation aims to understand the struggle and importance of this event, which was organized and occupied by black women. These have been militants and active in the local resistance since the 1980s and bravely open paths for other women of all generations. With support from Instituto Afro-Brasil do Paraná and occupying Praça Zumbi dos Palmares, located in the Pinherinho neighborhood, the event contributes to strengthening the black money movement through entrepreneurship and the construction of black political identity through cultural presentations. In this work, I bring narratives and experiences of these women who have rewritten the city's black history, fighting against state bureaucracies that strengthen structural and institutional racism, thus building a quilombo utopia that projects a new scenario of existence for this collective.

Keywords: Afro-entrepreneurship. Feminism. Black women. Resistance. Economy.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – ALGUNS INTEGRANTES DO INSTITUTO EM VISITA À EMBAIXADA AFRICANA EM BRASÍLIA.....	25
FIGURA 2 – CHAPA INOVAÇÃO E EMPODERAMENTO	26
FIGURA 3 – PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES – 1988	27
FIGURA 4 – INAUGURAÇÃO DO ANFITEATRO – 1991	31
FIGURA 5 – PARTIDA DE FUTEBOL – 1991	31
FIGURA 6 – APRESENTAÇÃO DE DANÇA – 1991	32
FIGURA 7 – PAINEL COM IMAGENS DE ZUMBI DOS PALMARES	34
FIGURA 8 – PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES ANTES DA REVITALIZAÇÃO – 2010	36
FIGURA 9 – PRAÇA APÓS REVITALIZAÇÃO – 2012	37
FIGURA 10 – MEMORIAL AFRICANO	38
FIGURA 11 – WILL AMARAL EM SARAU-AFRO CURITIBANO – 2015	41
FIGURA 12 – VENDA DE ROUPAS AFRICANAS	43
FIGURA 13 – ESTRUTURA FÍSICA DA FEIRA	49
FIGURA 14 – ENCARTE DE PROMOÇÃO DO DIA DA ÁFRICA – 2017	51
FIGURA 15 – ABIOLA NA FEIRA DO MEMORIAL DE CURITIBA – 2017	53
FIGURA 16 – BONECAS EXPOSTAS NO AFRO MUNDO MIX	56
FIGURA 17 – ENTRADA DA LOJA AFRO MUNDO MIX	57
FIGURA 18 – VENDA DE BOLACHAS NA FEIRA.....	61
FIGURA 19 – MULHERES SENDO HOMENAGEADAS.....	63
FIGURA 20 – AULA DE DANÇA DURANTE A FEIRA.....	65
FIGURA 21 – FEIRA EDIÇÃO NOVEMBRO.....	70

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – ORÇAMENTO MENSAL DA FEIRA CULTURAL E DO AFROEMPREENDEDORISMO	48
QUADRO 2 – EMPREENDEDORISMO FEMININO COM RECORTE DE RAÇA NO BRASIL	89
QUADRO 3 – OPORTUNIDADES X NECESSIDADES	90
QUADRO 4 – RAMOS DOS EMPREENDIMENTOS DE MULHERES BRANCAS E NEGRAS	90

LISTA DE MAPAS

MAPA 1 – LINHA PRETA.....	115
MAPA 2 – PERCENTUAL POPULAÇÃO NEGRA EM CURITIBA	116
MAPA 3 – NÍVEL SOCIOECONÔMICO POR BAIRRO EM CURITIBA	117
MAPA 4 – TERRITORIALIDADES NEGRAS EM CURITIBA.	119

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 APRESENTANDO PRAÇA, INSTITUTO E FEIRA.....	24
2.1 INSTITUTO AFRO-BRASIL DO PARANÁ.....	24
2.2 A PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES	27
2.3 FEIRA CULTURAL E DO AFROEMPREENDEDORISMO.....	39
2.4 FEIRA DO AFROEMPREENDEDOR – MEMORIAL DE CURITIBA	50
2.5 ESPAÇO AFRO MUNDO MIX.....	54
3 A FEIRA E SUAS BATALHAS	60
3.1 UMA CELEBRAÇÃO DE FORÇAS E RESISTÊNCIA	60
3.2 SOBRE PRETAS E POLÍTICAS	61
3.3 CULTURAL	64
3.4 SOBRE-VIVÊNCIAS	66
3.5 RELAÇÃO ESTADO X FEIRA.....	67
3.5.1 Edição de novembro e a falta de consciência negra da Prefeitura.....	68
3.5.2 A Gestão de espaços públicos em Curitiba	71
3.6 O RACISMO VISTO A PARTIR DAS RELAÇÕES COM O ESTADO BRASILEIRO.....	72
3.7 A FEIRA ENQUANTO LUGAR DE FALA	76
3.8 ESTADO E ETNIAS NO MUNDO MODERNO	79
4 AQUILOMBAR-SE.....	82
4.1 PERSPECTIVAS DE PESQUISADORAS NEGRAS SOBRE AFROEMPREENDEDORISMO.....	82
4.2 AS PREOCUPAÇÕES DA NOVA GERAÇÃO	85
4.3 A FEIRA COMO ESPAÇO DE MILITÂNCIA POLÍTICA E ETNICIDADE	96
4.4 AQUILOMBAR-SE: FEIRA COMO EXPRESSÃO DE UMA UTOPIA NEGRA ..	106
4.5 AQUILOMBAR-SE E SEUS LIMITES.....	113
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	121
REFERÊNCIAS.....	126

1 INTRODUÇÃO

Iniciei minha trajetória acadêmica no curso de design de moda no ano de 2013, passando por um projeto de iniciação científica que me fez querer trabalhar com pesquisa e ensino. Ao ingressar no último ano do curso, pensando em qual tema iria trabalhar durante a pesquisa de conclusão, momento em que, ao mesmo tempo, eu estava passando por um processo de autorreconhecimento como mulher negra e resolvi levar a temática racial para o debate. Falei sobre moda afro-brasileira em diferentes regiões do país, entrevistei e analisei peças de uma designer de Curitiba, Carla Torres da Africanize, assim como de Michelle Fernandes, da Boutique da Krioula de São Paulo e, por fim, Goya Lopes, que é responsável pela marca que leva seu nome na cidade de Salvador. Este trabalho tem um valor emocional muito particular para mim, foi o que me fez estar aqui hoje falando sobre afroempreendedorismo feminino.

Uma vez ouvi uma mulher negra dizendo que não se descobriu negra, mas que foi acusada de ser. No mesmo momento lembrei do vídeo de Victoria Santa Cruz declamando seu poema *Me Gritaron Negra*¹, de 1958, onde ela fala sobre como foi descobrir o que é ser negra. Meu processo foi muito semelhante ao dela, pois aos 8 anos descobri a face do racismo dentro de sala de aula e, mais tarde, na adolescência, era perseguida por garotos brancos imitando sons de macaco pelas minhas costas, e tudo isso me fez tentar embranquecer. Foram anos alisando os cabelos e usando maquiagem mais clara que minha pele, até que, ao chegar aos 21 anos, já no terceiro ano de graduação, comecei a me envolver com feminismo e dentro dele descobri o feminismo negro. A partir desse momento, comecei a me envolver mais com os debates raciais e iniciei meu processo de autorreconhecimento como mulher negra, não da forma como fui acusada quando criança, mas como uma mulher que está prestes a fazer da dor, sua luta. Enquanto meus cachos cresciam, eu lia Ângela Davis e uma nova identidade ia se formando, chegando ao que sou nos dias de hoje.

Nas minhas idas à campo, procurando por marcas de moda construídas por mulheres negras, durante o trabalho final do curso de graduação, notei a ausência delas em determinados espaços. Era 2016 e Curitiba estava começando a construir

¹ Victoria Santa Cruz. *Me Gritaron Negra*. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cHr8DTNRZdg>. Acesso em: 25 de nov. de 2020.

uma identidade de economia colaborativa², espaços voltados para essa prática estavam surgindo, mas sempre na região central e/ou em bairros nobres. O número baixo ou ausência de empreendedoras negras começou a me incomodar, foi então que comecei a questionar esse fato para os donos dos espaços. Me recordo de frequentar espaços como a Moko, que era uma loja que ficava situada na Rua São Francisco, localizada no centro histórico curitibano, ou o Balaio de Gato Brechó, que hoje também é um espaço de economia colaborativa no centro, e perceber que não havia empreendedoras negras nesses espaços, e também um número baixo de pessoas negras consumindo e frequentando. Quando eu questionava a não presença das afroempreendedoras naqueles locais, sempre vinha a mesma resposta: que não conheciam pessoas negras que tivessem marcas. Comecei a ficar intrigada com isso, colocando-me a procurar onde estavam essas pessoas, principalmente essas mulheres negras e empreendedoras.

Foi quando comecei a me envolver com o movimento negro militante de Curitiba, alguns da área de moda, outros do cenário cultural, das artes e da beleza. Aos poucos fui conhecendo afroempreendedores locais, mas, para minha surpresa, sua grande maioria eram mulheres. A quantidade foi aumentando, conheci uma rede de afroempreendedoras, entre elas: designers de moda, artesãs, cabeleireiras, trancistas, confeitadeiras e até algumas que vendem perucas e apliques. Todas articulando o agenciamento da estética negra e africana em seus produtos e serviços. Poucas contavam com um espaço próprio para atender ou vender, a maioria delas participava de feiras. Descobri que, esporadicamente, acontecia uma Feira do Afroempreendedor no Memorial de Curitiba, localizado no Largo da Ordem, região central da cidade, este que é um dos principais pontos turísticos locais. O espaço recebe, durante o ano, diversos eventos e feiras étnicas promovidas pela Fundação Cultural de Curitiba, que apresentarei no decorrer do texto, incluindo na programação a feira do afroempreendedor que, normalmente, acontece nos meses de maio e julho.

² A economia colaborativa (compartilhada ou em rede, como também é conhecida) é um movimento de concretização de uma nova percepção de mundo. Ela representa o entendimento de que, diante de problemas sociais e ambientais que se agravam cada vez mais, a divisão deve necessariamente substituir o acúmulo. Trata-se, assim, de uma força que impacta a forma como vivemos e, principalmente, fazemos negócio. Fonte: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/economia-colaborativa-a-tendencia-que-esta-mudando-o-mercado,49115f4cc443b510VgnVCM1000004c00210aRCRD>. Acesso em: 25 de nov. de 2020.

Ao conhecer o movimento negro militante, assim como a rede de mulheres negras empreendedoras na cidade, em 2018, completando um ano formada, resolvi abrir meu próprio negócio. Atuava desde julho de 2017 como palestrante e professora, participando de eventos falando sobre moda afro-brasileira, então, comecei a produzir acessórios e participar de feiras. Me tornei afroempreendedora devido à dificuldade em me inserir no mercado de trabalho. Assim que me graduei e antes de conseguir ingressar no mestrado, desenvolvi uma marca de acessórios e bolsas feitas de material reciclado e tecidos africanos, e, assim, senti na pele as diversas dificuldades que permeiam o ato de ser uma mulher negra e ter a própria marca. Participei de feiras, vendia pelas redes sociais, mas sem muito sucesso. Aproveitava os eventos em universidades que era convidada como palestrante para levar meus produtos, mas ainda assim era difícil. Em 2019³, encerrei a produção e fiquei apenas com os serviços de palestrante e professora. Foi diante desse cenário que os principais questionamentos surgiram, provocando-me a necessidade de querer entender mais sobre o afroempreendedorismo de Curitiba.

Quando iniciei minhas idas à campo, em julho de 2019, não estava programada uma edição da feira no Memorial. Diante disso, resolvi começar meu trabalho pela feira na Praça Zumbi dos Palmares. Conforme os dados foram aparecendo, percebi que seria mais interessante olhar com maior profundidade à praça, pois a quantidade de relações que se estabelecem nesse espaço era de grande riqueza; sem falar no fato de ser um evento que já faz parte da agenda cultural negra local e que conta com uma programação fixa.

Como era mês de julho, a edição do evento foi muito especial. No dia 25 se comemora o dia da Mulher Afro-latinoamericana e Caribenha e, desde 2014, aqui no Brasil, é comemorando o dia da Mulher Negra e de Tereza de Benguela⁴. Por conta disso, estava acontecendo uma homenagem para diversas mulheres negras de

³ Ingressei no mestrado em Antropologia em 2019, comecei a realizar o trabalho de campo em julho do mesmo ano. Naquele mês não teve a feira no Memorial, então resolvi começar por um outro espaço, pela Feira Cultural e do Afroempreendedorismo que acontece um domingo por mês na Praça Zumbi dos Palmares, no bairro Pinheirinho. Meu orientador fez a mediação entre mim e a organizadora do evento, a Will Amaral. Conversamos via mensagens de texto pelo celular, onde ela me disse quando seria a próxima edição.

⁴ Em 2 de junho de 2014, foi instituído pela então presidenta, Dilma Rousseff, a Lei nº 12.987, tornando 25 de julho o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra. Tereza foi uma líder quilombola que viveu durante o século 18 e foi símbolo de resistência na luta contra a escravidão. Fonte: Site Comunica UFU (Universidade Federal de Uberlândia).

Curitiba que têm contribuído nos últimos anos com a militância local. Me recordo daquele dia como se fosse ontem, havia muitas mulheres, tanto sendo homenageadas quanto expondo no evento. Conforme os meses foram passando, percebi que a presença de mulheres negras era realmente forte.

Lembro-me com precisão de cada ida ao campo. Ao total foram cinco eventos de que participei no ano de 2019. Em cada dia pude observar, me aproximar e conversar com as afroempreendedoras e organizadoras da feira. Por isso, explicarei a organização deste trabalho nos próximos parágrafos situando-te para que consigas visualizar na presença destes ricos cinco encontros.

O primeiro capítulo descreve a Praça Zumbi dos Palmares. Imponente com sua emblemática história de construção, assim como também tratarei da importância da existência do Instituto Afro-brasileiro que, durante a escrita deste trabalho, mudou seu nome para Instituto Afro-Brasil, o qual está sob o comando de Will Amaral, Márcia Reis e Maureen Reis. Por fim, e não menos interessante, nessa seção descreverei a história da feira, que começa como um sarau em homenagem a uma grande poetisa negra curitibana a qual foi apagada da história; até chegar ao grande evento que é atualmente a Feira Cultural do Afroempreendedorismo.

No segundo capítulo trago minhas experiências em campo etnografadas, descrevo minha chegada, primeiras aproximações e fatos marcantes, já relacionando os dados com alguns assuntos que irei debater neste trabalho. Em seguida, relato, brevemente, a história do evento que aconteceu no Memorial de Curitiba e do espaço de economia colaborativa Afro Mundo Mix, espaços importantes que fazem parte da construção de uma rede de afroempreendedorismo local. Também trarei o cenário de gestão de espaços públicos na cidade e como isso se relaciona com a ausência de atenção que a prefeitura dá para a feira.

Por fim, no terceiro capítulo, trarei dados nacionais sobre a presença de mulheres, tanto brancas quanto negras, no cenário dos negócios e quais são seus perfis e diferenças. Nesse mesmo capítulo, trabalharei o conceito do racismo estrutural e institucional em diálogo com o gênero, pensando nas dificuldades da mulher negra em ingressar no mercado de trabalho por conta do quesito “boa aparência”, questionando o lugar social da empregada doméstica criado no Brasil. Pensando nisso, abordarei os medos dessa nova geração de mães que veem suas filhas, frutos das políticas afirmativas, terminando seus cursos, mas se deparando com um mercado de trabalho que não está pronto para recebê-las. Finalizo falando sobre

união e resistência que os afroempreendedores articulam na feira, ocupando esse espaço urbano, criando uma nova forma de existência a partir do conceito de quilombo urbano.

No início do mês de outubro de 2020, por conta do isolamento social fruto da pandemia da COVID-19, realizei entrevistas virtuais a partir de roteiros estruturados previamente, em que, após análise dos dados de campo, identifiquei pontos importantes que deveriam ser abordados durante nossas conversas de acordo com a demanda de tema que cada participante pudesse trazer⁵. Os diálogos apresentados nesta pesquisa foram feitos em alguns momentos na feira e nas entrevistas coletadas posteriormente. Então, em alguns momentos, entraremos em contato com narrativas acessadas a partir da memória dessas mulheres. Para isso, dialoguei com Márcia Reis e Will Amaral, com a finalidade de trazer mais relatos sobre a percepção de cada uma a respeito da feira, do Instituto e do afroempreendedorismo. Mulheres pretas que estão à frente do Instituto Afro- Brasil, o qual tem como objetivo ocupar espaço e movimentar a pirâmide social.

Wilzeli Rajane do Amaral, mais conhecida como Will, tem 59 anos, formada em pedagogia, hoje é aposentada pelo estado do Paraná. Will é uma mulher extremamente engajada no movimento negro local e da região metropolitana de Curitiba, faz parte de diversos grupos militantes: é organizadora do Julho das Pretas Paraná, Fórum de Combate ao Racismo de Araucária, projeto Dia de Rainha, Dialogando com as Pretas, Rede de Imigrantes, Mandata Coletiva das Pretas, além de ser presidenta do Instituto Afro-Brasil. Márcia Reis, prima de Will, tem 52 anos, pedagoga, atua como diretora em uma escola na cidade de Araucária, região metropolitana de Curitiba, artesã na marca “Negra Kaetê” junto com sua irmã Maureen Reis e coordenadora no Instituto.

Também contribuíram com a pesquisa Claimarilu Salvadori, conhecida como Clay, que é cunhada de Will, tem 56 anos, é bancária aposentada e auxiliar de produção na feira, como ela mesmo diz, “pau pra toda obra”, é responsável pela parte burocrática, orçamentos e a construção de projetos para busca de editais para a feira. Conversei rapidamente com Clay a respeito dos custos que a feira possui, ela me explicou alguns detalhes burocráticos que apresento ao longo da dissertação.

⁵ Todas as entrevistas foram gravadas e nelas consta a liberação do uso do nome real de todas as interlocutoras.

A terceira entrevistada foi Maria Lucia de Souza, conhecida como Malu, tem 61 anos, é confeiteira aposentada, afroempreendedora, já foi proprietária de restaurante e pizzaria, atuou e atua em diversos projetos sociais em Curitiba, foi uma das fundadoras da ACNAP⁶ que foi estabelecida em meados dos anos oitenta. Malu acompanhou as negociações durante a construção da Praça Zumbi dos Palmares em 1991. A última entrevistada foi Alessandra Martins, 41 anos, mulher branca, responsável pelo primeiro espaço de economia colaborativa voltado para afroempreendedores de Curitiba, o Afro Mundo Mix. Também é artesã da marca *Petit Poupée*, onde produz bonecas negras e imagens de orixás confeccionadas em tecido.

Conversando com minhas interlocutoras, tive a certeza de aquele espaço era destinado a elas. A Praça Zumbi dos Palmares estava se constituindo como um lugar de resistência política, afinal, como diz Lélia Gonzalez (1979), antropóloga e ativista negra, “(...) com sua força e corajosa capacidade de luta pela sobrevivência, transmite-nos a nós, suas irmãs mais afortunadas, o ímpeto de não nos recusarmos à luta pelo nosso povo” (GONZALEZ, 1979, p. 104), afinal, estamos falando de uma família preta, liderada por mulheres que atuam de forma direta no agenciamento político na cidade de Curitiba através da feira, criando um novo espaço de luta e resistência, questionando um pacto racial antigo estabelecido na cidade.

A antropologia feminista negra e amefricana⁷ de Lélia Gonzalez irá nos guiar durante todo estudo sobre o campo aqui proposto, afinal, foi a primeira teórica a questionar a ausência dos debates de gênero dentro dos movimentos negros, trazendo à tona as diferentes vivências que são experienciadas pelas mulheres negras, assim como Will e suas primas tomando seu lugar à frente do Instituto, quebrando a tradição de um coletivo organizado apenas por homens.

⁶ ACNAP – Associação Cultural de Negritude e Ação Popular.

⁷ A semelhança entre as manifestações culturais praticadas em diferentes regiões das Américas constituiu para Lélia o que mais tarde ela chamou de *amefricanidade*. O legado e a forma de resistência cultural, a passagem do conhecimento ancestral de uma geração para outra e a subversão negra dos códigos da cultura dominantes (religião, língua, vestuário, etc.) subsidiam, segundo Gonzalez, a categoria amefricanidade. (RATTS, p. 144, 2010).

É importante insistir que no quadro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, se inscreve, e muito bem articulada, a desigualdade sexual. Trata-se de uma discriminação em dobro para as mulheres não-brancas da região: as amefricanas e as ameríndias. O duplo caráter de sua condição biológica – racial e sexual – faz com que elas sejam as mulheres mais oprimidas e exploradas de uma região de capitalismo patriarcal-racista dependente. Justamente porque este sistema transforma as diferenças em desigualdades, a discriminação que elas sofrem assume um caráter triplo, dada sua posição de classe, ameríndias e amefricanas fazem parte, na sua grande maioria, do proletariado afrolatinoamericano. (GONZÁLEZ, 2011, p. 17).

Essas mulheres, militantes desde muito jovens, lutam para uma sociedade que seja menos cruel com seus descendentes e isso fica muito claro com relatos como de Márcia sobre o futuro de suas filhas, tendo como uma nova perspectiva de vida o afroempreendedorismo. Lélia também já trazia esse questionamento na década de oitenta quando afirma as articulações ideológicas que são construídas em nossa sociedade, colocando o homem branco como um ideal a ser alcançado, fazendo com que a rejeição para a pessoa negra reverbere na autoestima das crianças, principalmente das meninas. Como resultado, era possível ver uma alta taxa de evasão escolar, além da necessidade de menores de idade terem que trabalhar para auxiliar a família financeiramente, porém, nos dias presentes, essa atual geração de mulheres negras luta para que seus filhos e filhas tenham oportunidades no mercado de trabalho.

Com as políticas afirmativas, o número de jovens negros ingressando no ensino superior vem crescendo, mas será que o mercado de trabalho está pronto para recebê-los? Essa pergunta, entre outras questões, será discutida por mim nas próximas páginas. Lembrando que esse texto foi construído por vozes de mulheres, brancas e negras, pois estamos tomando nosso protagonismo, falando de nós por nós, sem interlocução, sem interpretações outras. Isso é algo que a antropologia vem trazendo com força há algum tempo, onde a mulher negra irá ser apresentada de forma real e não como um tema, como articula Guerreiro Ramos (1957). Ramos discute como o negro sendo representado como tema, ou seja, um objeto estático, não cabe mais nos dias atuais, e sim dá lugar a um negro vida, um ser em movimento, que muda a cada dia.

Somos nós contando nossa própria história. Eu, enquanto mulher negra e pesquisadora, contarei as histórias de outras mulheres negras, em um campo não tão distante quanto a antropologia “aconselha” que seja. Mas é importante deixar evidente

meu posicionamento em todo processo de construção desse trabalho, onde em diversos momentos foi necessário pensar nas situações, como cita a antropóloga negra Luena Nunes Pereira, “(...) como experiências de alteridade, de estranhamento, de familiaridade, quer dizer, são jogos de aproximações e afastamentos que fazemos para compreender as lógicas classificatórias e pensar como se constroem as diferenças, as percepções da diferença, para pensar o chamar do 'outro'” que é, como todos nós sabemos, um processo relacional”. (NUNES PEREIRA, 2020, p. 03). Assim, com a construção da alteridade, que

(...) é uma ideia disseminada que naturaliza o lugar do antropólogo ou antropóloga como um “nós” que é profundamente marcado pelo lugar racial da branquidade, e social da urbanidade supostamente cosmopolita, de classe alta ou média alta, do sul e sudeste brasileiro (e Distrito Federal) (NUNES PEREIRA, 2020, p. 09).

A antropologia como disciplina que sempre legitimou uma relação de extrema alteridade entre pesquisador e pesquisado, agora é tomada por uma avalanche de novos atores sociais que saíram do lugar de “objeto”, ocupando seu lugar de fala de dentro de suas comunidades, conceito esse que será retomado no decorrer do trabalho, mas que faz parte do questionado sobre esse novo cenário da produção de conhecimento acadêmico em nosso país. Márcia Lima (2020) e Djamila Ribeiro (2019) são cirúrgicas ao trabalhar com conceitos trazendo o seu sentido real, que não deve ser visto em uma perspectiva essencialista. Segundo Márcia Lima em entrevista, “(...) somente mulheres negras podem falar de mulheres negras, só mulheres indígenas podem falar sobre mulheres indígenas, 'porque viveram a experiência de ser' – não é isso. É entender que quando você fala sobre alguma coisa está falando do lugar onde você construiu essa sua visão” (EL PAÍS, 2020).

O que pretendo com esta pesquisa é trazer meu olhar de dentro do coletivo de mulheres negras curitibanas, que têm no afroempreendedorismo uma outra possibilidade de existência, formação de identidade e resistência local, rompendo com a hegemônica e universalista visão do negro-tema (RAMOS, 1957), “(...) pois não é como se existisse uma narrativa universal – em geral masculina, ocidental e branca –, e as demais narrativas fossem “um lugar de fala” (LIMA, 2020). Minha fala parte da minha vivência, mas também parte de todos os anos que me debrucei sobre os estudos raciais e de gênero, contribuindo para o rompimento de uma “(...) academia

que ajuda a perpetuar o perfil de uma antropologia colonizada e colonizadora” (NUNES PEREIRA, 2020, p. 11).

2 APRESENTANDO PRAÇA, INSTITUTO E FEIRA

2.1 INSTITUTO AFRO-BRASIL DO PARANÁ

O Instituto Afro-Brasil do Paraná surgiu em abril de 1996, sob o comando de um grupo de homens negros da militância local que tinham como objetivo trabalhar, de forma conjunta e organizada, o fomento à cultura africana e afro-brasileira em Curitiba – dentre eles estavam médicos, engenheiros e professores⁸. Com o passar dos anos, esses homens foram atingindo idades avançadas, criando, assim, um desejo de passar o Instituto para uma outra chapa que pudesse dar continuidade aos trabalhos. Will Amaral era conhecida desse grupo, pois um deles era seu tio, que também era pai de Márcia, o senhor Máximo Francisco dos Reis. Outros nomes que estavam presentes no corpo do Instituto eram o Dr. Nizan, que foi secretário de saúde de Curitiba, e o Coronel Sidney Santos, um dos fundadores da Universidade Tuiuti do Paraná. Os encontros aconteciam semanalmente na casa de Máximo, que ficava localizada no bairro Água Verde, em Curitiba, pois existia uma dificuldade em conseguir estabelecer uma sede física para que os encontros acontecessem. O trabalho do Instituto foi de extrema importância para a comunidade negra curitibana nos anos noventa, sendo

(...) considerado de utilidade pública municipal e estadual através da atuação do vereador Jairo Marcelino e do deputado estadual Orlando Pessuti. O Instituto realizou diversas atividades no estado, fez parcerias com a Secretaria de Estado da Cultura, trouxe a atriz Zezé Motta para um evento na cidade de Curitiba e enviou quatro representantes para um encontro racial que ocorreu na cidade de Cabo Frio/RJ. Tudo com recursos próprios. (VANALI, 2021 p. 542)

⁸A primeira diretoria foi composta por: Presidente: Eng. Agrônomo Valdir Isidoro Silveira; Vice-presidente Desembargador :José Augusto Gomes Aniceto; Secretário Geral: Walter Cezar dos Santos; 1º Secretária: Mirian de Freitas Santos; Tesoureiro Geral: Santos Martins; 1º tesoureiro: Arquiteto Paulo Rolando de Lima; Diretor Geral: Eng. Amilton Ambrósio Ribeiro; Conselho deliberativo: Divonzir Jose Borges; Jorge Modesto Pereira da Silva e Máximo Francisco dos Reis; Suplentes: João Natalino de Oliveira; Natanael Souza dos Santos e Dr. Nizan Pereira de Almeida. (VANALI, 2021, p. 542).

FIGURA 1 – ALGUNS INTEGRANTES DO INSTITUTO EM VISITA À EMBAIXADA AFRICANA EM BRASÍLIA⁹



FONTE: Vanali (2021, p. 78).

Outra ação de extrema importância que foi feita pela primeira geração do Instituto foram as viagens realizadas para Brasília, quando puderam visitar cerca de 12 embaixadas africanas cuja finalidade era estreitar as relações e criar conexões entre Brasil e África. O Instituto acabou ficando parado por alguns anos devido alguns problemas de ordem financeira, segundo entrevista de Valdir Izidoro Silveira, um dos integrantes e fundador do Instituto nos anos noventa, para a pesquisadora e socióloga Ana Vanali em 2017. Neste período, nenhuma ação foi realizada, até que em 2016, após Will organizar o Sarau Afro-curitibano, seu tio a legitimou ao cargo.

(...) o tio Máximo vendo isso disse: “olhe, o Instituto tá parado e com o Instituto vocês podem fazer algumas coisas e daí nós assumimos o Instituto, né, eu sou a presidente, a Maureen é a vice-presidente, daí, ao contrário do primeiro Instituto, esse só tem mulheres, sabe? Assim, nós fizemos esse pacto conosco de só deixar mulheres pra que nós possamos ter essa visibilidade, né, então foi assim que começou o Instituto. (Will Amaral)

Sendo assim, Will assume a presidência e atribui aos principais cargos suas três primas, mulheres negras: Márcia, Maureen e Regina, e sua cunhada, Clay¹⁰. A chapa, denominada “Renovação e Empoderamento”, tem como um de seus objetivos

⁹ Não foi possível identificar quem são os homens presentes nesta imagem, pois na fonte essa informação não está presente.

¹⁰ Única mulher branca, estando neste lugar justamente por ser casada com o irmão da presidente, afirmação realizada a mim pela própria Will.

colaborar com os eventos coordenados e organizados por mulheres negras, pois seu desejo sempre foi de dar voz e espaço para esse grupo de atores sociais que são tão marginalizados e o poder nas tomadas de decisões de um evento tão importante para o movimento negro local.

FIGURA 2 – CHAPA INOVAÇÃO E EMPODERAMENTO¹¹



FONTE: Facebook Instituto Afro-Brasil do Paraná.

¹¹ Da esquerda para direita: Will Amaral, Márcia Reis e Maureen Reis.

2.2 A PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES

Ao contrário do que muitos pensam, inclusive eu pensava no início de minha pesquisa, a Praça Zumbi dos Palmares não foi inaugurada em 1991, mas sim em 1988. O projeto aconteceu em (...)

(...) paralelo ao trabalho da vereadora Marlene Zannin, o vereador Luiz Carlos Betenheuser apresentou na Câmara Municipal de Curitiba um projeto de lei sugerindo a nomeação de um logradouro público, praça ou parque da cidade de “Zumbi dos Palmares”. Sua justificativa era de que “a história do negro no Brasil e a própria colonização nacional calcada nas etnias afro-brasileiras merecem um registro maior e oficial em Curitiba”²⁹. Dia 4 de novembro de 1988, o então prefeito Roberto Requião inaugurou a Praça Zumbi dos Palmares (...). (VANALI, 2021, p. 46).

FIGURA 3 – PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES – 1988



FONTE: Arquivo Público Municipal.

Em 1991, durante o governo Jaime Lerner (1990-1993), o espaço passou por sua primeira reforma, recebendo um anfiteatro. A praça possui uma história emblemática e cercada de disputas e interesses políticos. Essa construção se deu por conta de um projeto de arquitetura e urbanismo que se instaurou em Curitiba durante a década de oitenta, período em que praças e parques surgem homenageando povos que participaram da construção da cidade. Segundo Tatiane Valéria Rogério de

Carvalho (2016), autora de um artigo sobre “O Esquecimento das Marcas da Presença Negra em Curitiba”, esse planejamento foi construído diante de interesses da elite curitibana, ordenando “(...) o espaço urbano e seus habitantes, ou seja, ordenar o que estava fora do lugar. Essa ideia de organização proposta pela elite e pelos políticos teria, assim, o intuito de forjar o imaginário urbano” (CARVALHO. 2016, p. 90). Ou seja, através da organização dos bairros e da colocação dessas praças e parques nesses espaços, estava se legitimando o lugar que alguns grupos deveriam frequentar e ficar. Márcia traz essa reflexão quando questiono sobre a presença da feira neste espaço físico que é a Praça Zumbi dos Palmares.

Então, Curitiba tem essa característica, pode reparar que a escola que tá do lado do posto, que tá do lado da unidade de saúde, que tá do lado da creche, que tá do lado do armazém da família, pra você não se deslocar, a ideia é que a periferia não se desloque, tem o lado bom e o lado ruim, e aí a gente tem que fazer análise do porquê Curitiba faz essa tarefa, né? Lá no Tatuquara, que é um bairro considerado novo, a estrutura tá ... é um do lado do outro, é até bonito de ver, é bom pro usuário, porque daí tá tudo perto, né? Mas é interessante você deixar essas pessoas que enfeiam a cidade longe do centro, que é tão amado por curitibano, curitibano adora a Rua XV, mesmo que ele não vá fazer nada, mas ele adora a Rua XV, né? (Márcia Reis)

Com esse projeto de construção de espaços que homenageiam povos, mas que também legitimam quais são os territórios destinados para alguns grupos em Curitiba, surge a Praça Zumbi dos Palmares, localizada no bairro Pinheirinho, fora da então rota turística curitibana, mas próxima ao terminal de ônibus. Segundo Mário Sanches (1995, p. 36), em sua dissertação sobre a invisibilidade do negro em Curitiba, a construção da praça, que surgiu “(...) no contexto das instalações de equipamentos urbanos durante o tricentenário, homenagearia os negros de Curitiba”.

Maria Lucia de Souza, mais conhecida como Malu, também uma das fundadoras e hoje vice-presidente da ACNAP, acompanhou as primeiras negociações para a construção do anfiteatro no ano de 1991. Ela me contou que já atuava no movimento negro curitibano desde 1986, e participou das negociações junto com a Pastoral Afro para a realização da campanha da fraternidade de 1988 que homenagearia o centenário da abolição no Brasil. Com a fundação da ACNAP, no início dos anos noventa, e com os diversos portais e praças étnicas sendo

inauguradas pela cidade, a associação entrou em contato com o cônsul do Senegal¹² para reclamar por um espaço que representasse a participação da população negra na formação da cidade. Na primeira reunião estavam presentes cerca de seis pessoas do movimento negro junto ao cônsul, o qual havia dito que montaria o projeto, levando-o ao prefeito. Uma das maiores dificuldades, na época, era o fato de todas as pessoas do movimento negro trabalharem durante o dia, o que Malu define como trabalho de sustento, e isso fazia com que os representantes não conseguissem estar mais próximos acompanhando o desenrolar dos projetos de forma geral, incluindo o projeto da praça.

Aí, ele fez reunião lá com o Jaime Lerner, não sei quem tava lá, não sei se tinham pessoas negras, acredito que não tinha, e eles fizeram o projeto da praça Zumbi dos Palmares. Lá, na época, era um matagal, naquele local era um matagal, quase 30 anos atrás, e aí eles montaram e eu só sei que eles falaram que a praça ia sair no Pinheirinho, foi a única coisa que ele passou pra gente, que a praça ia ser no Pinheirinho, e aí eles construíram a praça, acho que assim, em 45 dias, foi uma coisa muito rápida (...) (Malu Souza).

A rapidez com que o anfiteatro foi construído chamou bastante a atenção na época e isso se dá por conta do envolvimento político partidário que está presente por de trás da história, tanto da construção da praça quanto de outras questões, até os dias atuais. No ano de 2020, por exemplo, durante as campanhas eleitorais para prefeito e vereador de Curitiba, alguns candidatos ocuparam a praça, levando consigo representantes negros de um partido específico, como se eles representassem toda população negra local, falando sobre projetos de políticas públicas focadas na promoção da igualdade racial. Um detalhe importante foi que em nenhum momento mencionaram a existência da feira naquele local e muito menos deram o lugar de fala para as responsáveis pela organização da mesma.

Conversei com Márcia e Will sobre o ocorrido e elas me trouxeram alguns relatos sobre essa espécie de apropriação por parte de alguns candidatos, em sua intenção de se aproveitar da imagem da praça para autopromoção e não para, de fato, trabalhar em prol da população negra. Márcia, inclusive, pontua o quanto acredita ser

¹² Oziel Moura dos Santos é sociólogo e administrador público, atua como Consul do Senegal nos estados do Paraná e Santa Catarina. Infelizmente não encontrei informações sobre o ano de sua nomeação, mas, segundo o site do próprio Oziel, sua atuação profissional vem sendo condecorada desde 1990. Dentre as diversas homenagens recebidas durante esses 30 anos, estão: troféu “Guerreiro do Comércio” da FECOMERCIO-PR em 2011; Cidadão Honorário de Ponta Grossa-PR em 1995, de Antonina em 2010 e de Paranaguá-PR em 2018; entre outros títulos.

importante ter representantes negros dentro da câmara de vereadores, mas que precisávamos ter mais pessoas negras para que nossa voz fosse realmente ouvida. Logo após nossa conversa, Curitiba elegeu a primeira vereadora negra da história da cidade, Ana Carolina Dartora, pelo Partido dos Trabalhadores (PT/PR)¹³, que é uma mulher que sempre esteve envolvida com a militância feminista negra na cidade e com a feira do afroempreendedor. Junto com ela, também foi eleito o vereador Renato Freitas pelo mesmo partido. Ou seja, o desejo de Márcia e de todo o movimento negro curitibano se realizou.

Retomando o assunto da praça, Malu conta que o evento de inauguração não foi informado ao movimento negro, fazendo com que apenas poucas pessoas estivessem presentes, “(...) o cônsul, junto com as pessoas da prefeitura, inaugurou a praça e no outro dia a gente ficou sabendo pelos jornais que a praça tinha sido inaugurada (...)” (Malu Souza). Nas imagens concedidas pelo Arquivo Público Municipal de Curitiba, podemos ver que realmente havia poucas pessoas que de fato representassem os coletivos negros na inauguração. Nas imagens a seguir podemos reconhecer o Oziel, junto com o então prefeito na época, Jaime Lerner, ao lado, imagino eu, de outros representantes do governo. Além de falas, cujos conteúdos gostaria muito de saber, o evento contou com apresentação de dança e uma partida de futebol.

¹³ Mesmo sendo um grande avanço para o movimento negro local, ainda acredito que não seja o suficiente. Curitiba é uma cidade conservadora quando o assunto é política, o atual prefeito e grande parte dos vereadores são de partidos de direita, ou seja, será que essas vozes negras serão ouvidas de fato?

FIGURA 4 – INAUGURAÇÃO DO ANFITEATRO – 1991



FONTE: Arquivo Público Municipal de Curitiba.

FIGURA 5 – PARTIDA DE FUTEBOL – 1991



FONTE: Arquivo Público Municipal de Curitiba.

Nas imagens podemos ver que não havia tantas pessoas acompanhando a inauguração, e em outras fotos pude observar que a maioria do público presente era composto por crianças com uniformes, imagino que seja de alguma escola local, além dos próprios jogadores que depois participaram de uma partida. Na Figura 4, por exemplo, temos pessoas que parecem ser representantes de alguns poderes e secretarias, pessoas que poderiam ter convidado outras pessoas para o evento. Malu comenta que na época os meios de comunicação não eram tão fáceis como nos dias de hoje, o que talvez pudesse justificar o não envio ou chegada dos convites, razão da qual eu sinceramente duvido. Isso me faz refletir sobre quais pessoas a prefeitura queria que se fizessem presentes naquele momento, não somente em eventos como este, mas na sociedade curitibana como um todo, e as imagens dizem por si mesmas.

FIGURA 6 – APRESENTAÇÃO DE DANÇA – 1991



FONTE: Arquivo Público Municipal.

Após a inauguração, Malu diz que cortou relações com o cônsul, pois ele procurou diversos representantes de coletivos negros com a intenção de que essas pessoas fizessem campanha para seus candidatos durante as eleições como uma troca por ter conseguido que a praça fosse construída.

A verdade é essa. A gente não teve mais... porque daí a gente percebeu o que ele queria da gente, entendeu? E a gente não ia fazer o jogo, porque a gente tinha o nosso trabalho, nosso trabalho era sério. Não era político... era político, mas de outra forma (Malu Souza).

Algum tempo depois, a ACNAP conseguiu ocupar o local, transferindo suas reuniões mensais para lá, além de realizar alguns torneios de futebol¹⁴, e assim foi até o ano de 1995. Porém, alguns furtos começaram a acontecer, Malu afirmou que em alguns dias o grupo chegava na praça e haviam levado fios de luz e as pias dos banheiros, isso contribuiu para a perda da vontade de ocupar esse espaço e a praça foi deixada de lado, sendo ocupada, futuramente, por uma associação de moradores locais, deixando mais burocrática a tentativa do movimento negro em retornar anos depois.

Interessante observar, ao olhar para toda história da praça, o quanto os entraves burocráticos do sistema impediram que esse local se tornasse um polo de fomento à cultura negra, e que diferentemente de outras praças que foram construídas para homenagear povos imigrantes, como por exemplo a praça do Japão, a praça da Ucrânia e o bosque do Alemão, a praça não teve o mesmo sucesso. Foram diversas tentativas, tanto por parte da população negra, quanto dos moradores locais, de legitimar esse local, mas nenhuma ação foi suficiente. E é nesse aspecto que a feira começa a criar mecanismos para que esse cenário mude, se apropriando desse espaço e da simbologia que ele carrega, fazendo com que assim ele entre para o roteiro de resistência negra em Curitiba, como veremos no último capítulo.

Assim que cheguei à praça, percebi que não era tão longe quanto imaginava, não sei se pelo fato de eu morar em um bairro próximo e por ser domingo, logo acabei não pegando trânsito e me desloquei de carro, então cheguei em menos de 15 minutos ao local. Logo de cara, me surpreendi com o tamanho da praça, além do espaço onde a feira acontece, que é em formato de anfiteatro com escadarias onde as pessoas ficam sentadas assistindo as apresentações culturais. O local também possui um palco com um mural ao fundo, representando várias fases de Zumbi, em todas ele está trabalhando em contexto de lavoura, além de uma imagem de uma família heterossexual com crianças pequenas, não sendo possível distinguir se representa

¹⁴ Havia o time de futebol Palmares e os jogos aconteciam nas quadras que existem na própria praça. Uma das atrações da festa de inauguração da do anfiteatro foi uma partida de futebol realizada pelo time de futebol Palmares.

uma família negra ou branca. Esse mural foi projetado pela artista plástica Maria Luiza Taborda, onde “(...) o objetivo é representar artisticamente a história de lutas dos negros no Brasil” (VANALI, 2021, p. 46).

FIGURA 7 – PAINEL COM IMAGENS DE ZUMBI DOS PALMARES



FONTE: Site The Cities.

Inclusive, após a eleição da vereadora Ana Carolina Dartora (PT), presenciei uma mobilização nas redes sociais de alguns integrantes do movimento negro com interesse em montar um projeto para a construção de um novo mural para a praça, o argumento é de que as imagens presentes de Zumbi remetem ao regime escravista, reforçando uma imagem do negro escravizado, e que isso não condiz com o trabalho que o movimento negro vem fazendo para romper com os estereótipos construídos em nossa sociedade.

Como a rua é íngreme, o espaço onde a feira acontece fica na parte mais baixa; logo acima, o espaço conta com algumas quadras de esportes, estas que foram revitalizadas com a reforma de 2010, parquinho para as crianças, uma academia ao ar livre, um posto da guarda municipal e, por fim, o painel do Memorial da África que foi construído junto com a reforma. Ao redor existem vários condomínios fechados de casas, uma padaria logo à frente em anexo com uma distribuidora de bebidas. Ainda, bem em frente ao Memorial, está o Hospital do Idoso Zilda Arns, inaugurado em março de 2012.

A praça estava muito bem cuidada, grama cortada e sem lixo no chão. Em todas as edições que acompanhei foi possível ver famílias fazendo piquenique, afinal, o local possui uma área verde bem extensa. Márcia me conta sua lembrança de quando era criança vendo seus pais comentarem sobre construção da praça e sobre o boicote que ocorreu na época por parte do movimento negro local,

(...) eu lembro como na família, por exemplo, o meu pai era funcionário, na época, da prefeitura, e daí ele chegou dizendo, eu tenho muita lembrança assim, de coisas que meu pai falava, então assim, “ah, vai ter uma praça dos pretos”, daí eu lembro de exatamente minha mãe dizendo isso: “mas também vai querer por lá no pinheirinho”, e minha mãe era diretora de uma escola no pinheirinho também, “mas pinheirinho é muito longe, por que eles acharam um lugar tão longe?”, na visão da época, porque nós morávamos no CIC, quer dizer, mas como o CIC também era considerado muito longe, então minha mãe falou: “ah, isso aí não vai dar certo!”, e completou, falou assim: “quando eles fazem pra gente, eles fazem mesmo pra deixar a gente bem longe”, e essa estrutura, essa ideia ... a estrutura racista ela fez um trabalho muito... como é que é?, muito eficaz, porque daí ela ... aí o que aconteceu com isso, as pessoas não iam mesmo para praça, as pessoas não iam, e daí assim, tipo, meio como resistência, sabe? Tipo, como um espaço assim, “ah, eles fizeram esse espaço, a gente não vai”, eu lembro disso também, da militância da época não ia na praça, sabe? Meio como um boicote, houve um boicote. (Márcia Reis).

Com esse boicote, a praça Zumbi dos Palmares ficou completamente abandonada, o espaço que antes teria como intuito ser um local de fomento e legitimação da cultura negra em Curitiba se tornou um espaço destinado para uso e tráfico de drogas. Em 2006, a praça passou por uma ampliação, recebendo cinco canchas de futebol de areia, três canchas de vôlei de areia, uma quadra poliesportiva e uma sala de ginástica (TRIBUNA DO PARANÁ, 2006), além da completa troca de fiação e iluminação. Esse projeto foi cunhado pelo então vereador na época Tico Kuzma, que tem um histórico de projetos destinados ao desenvolvimento dos bairros Pinheirinho e Capão Raso, ambos próximos, desde seu primeiro mandato que foi no ano de 2004, juntamente com Sérgio Galante Tocchio, diretor de Parques e Praças da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, e Mauro Juhl, gerente de esportes da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer da Regional Pinheirinho.

Algum tempo depois, em 2010, uma nova reforma foi feita, como é possível ver nas Figuras 8 e 9 abaixo. Desta vez, as obras foram feitas por conta da Copa do Mundo que aconteceu no mesmo ano no Brasil, sendo Curitiba uma das cidades a receber alguns jogos e turistas do mundo todo. Na ocasião, o campo de futebol foi transformado em uma cancha com grama sintética, mais uma ideia do vereador Tico

Kuzma (PROS)¹⁵ em parceria com Tito Zeglin (PDT)¹⁶ e João do Suco (DEM)¹⁷, também vereadores, porém sem relação direta com a praça nem com a feira do afroempreendedorismo.

FIGURA 8 – PRAÇA ZUMBI DOS PALMARES ANTES DA REVITALIZAÇÃO – 2010



FONTE: Site Memorial Lélia Gonzalez

¹⁵ Leônidas Edson Kuzma, ou Tico Kuzma, como é mais conhecido, foi eleito para o quarto mandato (2017-2020) de vereador na Câmara Municipal de Curitiba. Tem como principal meta colaborar com a transformação e avanços da cidade, com foco no bem-estar e na segurança das famílias. O compromisso é trabalhar na elaboração e aprovação de projetos e requerimentos, voltados principalmente para a área da segurança, saúde e educação. Fonte: Página Tico Kuzma — Portal da Câmara Municipal de Curitiba.

¹⁶ Eleito vereador pela primeira vez em 1983, Tito Zeglin é o atual decano da Câmara Municipal de Curitiba - palavra que designa o parlamentar com mais experiência em atividade. Jornalista e radialista, já foi prefeito em exercício da capital do Paraná e agora exercerá seu novo mandato na CMC. Nas suas emendas parlamentares, tem priorizado pavimentação, educação e saúde - apoiando os hospitais do Trabalhador, do Idoso, Cajuru, das Clínicas e Santa Casa, além das entidades assistenciais, como o Pequeno Cotoengo. Fonte: Tito Zeglin — Portal da Câmara Municipal de Curitiba.

¹⁷ João do Suco é curitibano. É empresário no ramo alimentício, tendo exercido diversas atividades comerciais desde jovem, nas quais o contato com o público sempre foi sua satisfação. Em 1986, chegou ao bairro Pinheirinho, onde se estabeleceu com uma banca de frutas. Oito anos mais tarde, em 1994, inaugurou a Lanchonete João do Suco, sendo destaque na Revista Veja e no jornal Gazeta do Povo. Envolvendo-se com a comunidade, participou ativamente das decisões sobre a região do Pinheirinho, principalmente na revitalização da avenida Winston Churchill, em 1996. Por sua comprovada liderança, foi convidado a concorrer às eleições de 2000 e 2004, ficando como primeiro suplente de vereador. Em 2001, atuou como gestor público na Administração Regional do Pinheirinho e, em 2003, assumiu o cargo de administrador da mesma Regional, composta pelos bairros Pinheirinho, Capão Raso, parte do CIC e Tatuquara. Foi vereador entre 2006 e 2012. Fonte: João do Suco | Adote um vereador | Fandom.

Na imagem acima, podemos ver como a praça ficou após alguns anos sem o movimento negro ocupar aquele espaço, antes da revitalização que aconteceu em 2010. É possível ver como o tempo e a falta de atenção a esse espaço por tantos anos levaram à rápida deterioração da praça, ficando com aspecto de real abandono. Porém, com a revitalização, os murais ganharam cores e um novo gramado foi plantado.

FIGURA 9 – PRAÇA APÓS REVITALIZAÇÃO – 2012



FONTE: Blog Família Petroski.

A construção do Memorial Africano, “(...) é uma homenagem de Curitiba ao povo afrodescendente do Brasil e à continente sede dos jogos da Copa do Mundo de 2010” (GELEDÉS, 2010), projeto que também foi liderado pelo cônsul do Senegal. O então prefeito na época, Luciano Ducci, esteve presente na inauguração e disse que “essa é uma justa homenagem a um povo que faz parte da história de nossa cidade. Curitiba tem o compromisso de mostrar que é uma só e se orgulha de todos os povos que fizeram suas etnias” (GELEDÉS, 2006). A fala do prefeito à época revela uma tradição curitibana que está presente em “(...) pesquisas, feitas por historiadores e sociólogos, que analisam a construção da imagem de Curitiba como ‘capital das

etnias'¹⁸ nos anos 1990” (ALVES, 2020). “O painel tem cerca de 21.600 metros quadrados, com 54 colunas que representam cada país do continente. Além das 54 colunas, outras duas, amarelas, com o dobro do tamanho e diferenciadas das demais, completam o portal. As duas colunas simbolizam a educação e a cultura”. (GELEDÉS, 2010).

FIGURA 10 – MEMORIAL AFRICANO



FONTE: Site Prefeitura Municipal de Curitiba.

A feira chega até o espaço apenas em 2017 mudando toda a rotina do local. Assim, a praça começou a ter mais frequentadores, principalmente com a presença dos moradores das redondezas que antes tinham medo de ocupar este espaço por conta da presença de traficantes e usuários de drogas. Márcia relata sobre como a vizinhança percebeu as mudanças ocasionadas pela presença da feira fez na região, “muitas pessoas falaram que, com a nossa ida lá, melhorou a segurança, porque a praça ficava muito a Deus dará pra coisas que não eram muito legais, e daí com a

¹⁸ Conceito cunhado fortemente nos anos noventa pelos representantes governamentais da cidade Jaime Lerner e seu sucessor Rafael Greca, que consistia em trabalhar em elementos simbólicos do imaginário da população. Ambos os governantes atuavam intensamente, reforçando a influência europeia nos gostos e refinamento da população da cidade, algo que nunca remetido quando dizia respeito à comunidade negra. (MORAES; SOUZA, 1999).

gente chegando lá, a gente acaba fazendo com que a pirâmide¹⁹ se movimente de alguma forma” (Márcia Reis).

No próximo subcapítulo, irei trazer detalhes sobre a história de formação da feira, suas negociações e como os eventos que acompanhei aconteceram.

2.3 FEIRA CULTURAL E DO AFROEMPREENDEDORISMO

No ano de 2015, Will foi convidada para organizar um desfile de moda a pedido de um senegalês que vivia na cidade na época, logo ela pensou que já que a produção de um evento deste porte estava sob sua responsabilidade, faria algo que fosse realmente grandioso. No ano seguinte, recebeu mais um convite, desta vez, de um ativista local, para produzir o Sarau Afro-curitibano. Com esse desafio, Will resolveu pesquisar como esse tipo de evento normalmente acontecia, afinal aquela não era a primeira edição. Ela percebeu que poderia fazer algo diferente, que realmente chamasse a atenção das pessoas, principalmente da comunidade negra local, sendo assim, resolveu envolver suas primas, Maureen e Márcia, na organização, e como tema resolveu se inspirar no histórico artístico das mulheres da família, em especial de sua tia Laura Santos, uma grande poetisa local.

¹⁹ Esse movimento que Márcia comenta se dá a partir do momento em que a lógica estrutural de nossa sociedade é questionada, afinal, existem lugares sociais onde a população negra é posta, com hierarquia de gênero, raça e classe, que faz com que diversos estereótipos que foram atribuídos durante toda a história sejam legitimados. Ocupar esse espaço da praça, que até então foi de invisibilidade, reflexo de como a comunidade negra local também é vista, é uma estratégia de combater a visão que a sociedades curitibana possui da população negra e trabalhar para que a estrutura mude a nosso favor.

Candieiro²⁰ um dia nos convidou para fazer um sarau ... como que era? (Pergunta para irmã) ... Sarau Afro-Curitiba, aí dei uma olhadinha na internet e vi que os saraus dele era assim, sarau para ver como era, porque eu nunca tinha feito, daí dei uma olhadinha e tinha lá umas pessoas que declamam umas poesias, um sarau de poesia. Daí o que eu fiz: eu falei com toda minha família, com elas aqui, Márcia, Maureen, minha irmã que tá aqui, minhas irmãs que tão aqui, sabe? Cada uma pegou uma parte: “eu vou imprimir as poesias da tia Laura”, “eu vou ...vou fazer a comida”, “eu vou fazer os convites”, sabe?, daí nós tínhamos... canjica, sabe? Fizemos lembrancinhas, fizemos o convite, levamos em mãos, fizemos lembrancinha pra quem foi, convidamos mulheres, assim, que você conhece, tipo Brenda²¹, tipo Geisa Costa²², tipo, sabe? Só mulheres pretas ... ah, daí convidamos a dona Laura Monte Serrat, que também é uma poeta, professora, e ela foi muito amiga da minha tia Laura²³, daí ela também foi ler uma poesia, falou um pouco da nossa tia. (Will Amaral).

²⁰ Adegmar José da Silva, o Candieiro, foi assessor de Políticas de Igualdade Racial da Prefeitura de Curitiba até 2019, ativista da causa negra há mais de 30 anos e autor de cinco livros, entre eles “Afrocuritibanos: crônicas, manifestos e pensamentos azeviche”. Fonte: <http://www.nacaoz.com.br/2015/afrocuritibanos-ha-seculos-fazendo-historia-na-capital-de-todas-as-geracoes/>. Acesso em 19 de ago. de 2021.

²¹ Brenda Santos é produtora cultural, criativa, pesquisadora. Tem como especialidade projetos de promoção à identidade, memória e cultura negras. É idealizadora e produtora do Um Baile Bom, território negro inspirado nos bailes blacks da década de 70, que tem por objetivo promover experiências e conexões entre a comunidade negra de Curitiba e Região Metropolitana. O Baile também atua como um hub de negócios através da Rede Preta. Dentre as pesquisas mais recentes está “Dos Traços aos Trajetos: a Curitiba Negra entre os séculos XIX e XX”, lançado em novembro de 2020. É representante dos Clubes Sociais Negros do Paraná e membro do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Curitiba. Fonte: texto produzido por Brenda Santos para a autora.

²² Geisa Costa é atriz londrinense, atuando em Curitiba desde 1993, também no cinema, produção cultural, contadora de histórias e, atualmente, terapeuta. Iniciou a sua carreira no teatro em 1981, no Curso de Teatro do Departamento de Cultura de Londrina, atuando na peça “Dona Xepa”, com direção de Antônio Saperas. Fonte: [http://bocasmalditas.com.br/entrevista-de-geisa-costa/#:~:text=Geisa%20Costa%20%C3%A9%20atriz%20londrinense,com%20dire%C3%A7%C3%A3o%20de%20Ant%C3%B4nio%20Saperas](http://bocasmalditas.com.br/entrevista-de-geisa-costa/#:~:text=Geisa%20Costa%20%C3%A9%20atriz%20londrinense,com%20dire%C3%A7%C3%A3o%20de%20Ant%C3%B4nio%20Saperas.). Acesso em 25 de nov. de 2020.

²³ Laura Santos (1921-1981) nasceu e viveu em Curitiba-PR. cursou a Escola Normal Júlia da Costa, ingressou no curso técnico de Química, frequentou o curso de enfermagem de guerra e ingressou no curso de saúde pública, tornando-se visitadora sanitária. Lecionou Matemática e Língua Portuguesa no Grupo Escolar Dom Pedro II em Curitiba, foi funcionária pública especializada em enfermagem de guerra e saúde pública e atuou como jornalista e colaboradora assídua dos periódicos e revistas literárias, bem como dos jornais Gazeta do Povo e Diário da Tarde. Com o trabalho “História da evolução da aviação” (1937), venceu o concurso promovido pela Base Aérea. Poetisa negra em plenos anos de 1950, foi sócia fundadora da Academia de Letras José de Alencar. Fonte: <http://sites.uem.br/cedoc-lafep/indice-de-escriptoras/letra-l/laura-santos>. Acesso em 14 de dez. de 2020.

FIGURA 11 – WILL AMARAL EM SARAU-AFRO CURITIBANO – 2015



FONTE: Centro Cultural Humaitá.

O Sarau foi um sucesso, na primeira edição, em 2015, foram cerca de 120 pessoas e o evento aconteceu na Casa Hoffman²⁴, localizada no centro histórico. Já a segunda edição recebeu cerca de 80 pessoas e aconteceu no Memorial de Curitiba, nesta ocasião, por conta de ter um espaço maior, Will resolveu chamar algumas afroempreendedoras para expor no local. Com o sucesso, ela resolveu começar a realizar pequenas feiras no salão de festas do seu condomínio localizado no bairro Vila Guaíra, “(...) onde as pessoas só podiam entrar com convites, né? Porque tinha que ter o nome na portaria, com convite e tudo, as pessoas só entrariam com convite, e assim, foi ótimo, foi excelente”. (Will Amaral). As pessoas convidadas para esse primeiro evento eram do convívio, tanto familiar quanto do movimento negro, de Will.

²⁴ A Casa Hoffmann é a sede do Centro de Estudos do Movimento, que se destina à exploração de novas estéticas do movimento, sendo um local de referência para artistas e outros profissionais com atuação nas áreas de dança, teatro, artes plásticas e educação. As atividades contam com a infraestrutura necessária ao desenvolvimento artístico, apoiadas em biblioteca, videoteca e cursos ministrados por artistas e pensadores renomados, com abordagem de temas variados, entre eles a crítica da dança, estética filosofia e design cênico. Construída pela família Hoffmann, em 1890, a casa é símbolo da prosperidade de uma família de tecelões austríacos que se mudou para o Brasil no final do século XIX. O imóvel também constitui marco arquitetônico da transformação urbana que Curitiba viveu na virada para o século XX. Habitada pelos Hoffmann até 1974, a casa depois foi alugada e sofreu diversas adaptações, até ser destruída por um incêndio, em 1996. Apenas as paredes externas e a fachada foram mantidas. O imóvel, catalogado como unidade de interesse de preservação do município, foi totalmente restaurado e desde 23 de março de 2003 abriga o Centro de Estudos do Movimento. Fonte: <http://www.fundacaoculturaldecureitiba.com.br/espacos-culturais/casa-hoffmann-r-centro-de-estudos-do-movimento/>. Acesso em 02 de dezembro de 2020.

Algumas já tinham participado do sarau e outras estavam tendo sua primeira experiência expondo em um evento. O intuito de fazer algo mais fechado no início foi promover uma atividade que trouxesse um fortalecimento do coletivo, algo que acabou se estendendo quando a feira foi para um lugar público.

Como a organização do sarau ficou entre a família de Will, as primeiras edições da feira ganharam o nome de “Feira Afro Familiar”, e com o sucesso do evento, considerando que a cada edição o número de afroempreendedores só crescia, Will percebeu que era o momento de buscar um lugar que fosse maior, mas que também trouxesse uma visibilidade e representatividade; foi assim, segundo ela, que surgiu a ideia de levar a feira para a Praça Zumbi dos Palmares por parte de Márcia. Naquele mesmo mês, ela recebeu uma ligação de uma conhecida com quem conversou sobre a possibilidade de ocupar esse espaço que estava abandonado. Foi então que, em julho de 2017, a “Feira Cultural do Afroempreendedorismo” nasceu com a finalidade de evidenciar a produção de bens e serviços de pessoas negras, fazendo girar uma economia denominada movimento *black money*, e enaltecendo a produção cultural de artistas negros locais, afinal, além dos empreendedores, a feira conta com apresentações artísticas e culturais em todas as suas edições.

Nas feiras são ofertados diversos produtos e serviços, dentre eles estão a venda de roupas e acessórios, todos com agenciamento da estética negra. As peças são feitas de tecidos de origem africana, as chamadas capulanas de Moçambique, inclusive uma das afroempreendedoras é uma mulher cujo marido é africano e traz peças e cortes de tecidos direito da África. Outros tipos de vestuário comercializados são camisetas com escritas políticas, frases de efeito como “não é falta de pente, é excesso de atitude”, fazendo referência à forma como a sociedade enxerga o cabelo crespo. Também é possível encontrar peças com imagens de silhuetas de mulheres negras e cores bem vibrantes, por fim, também é possível encontrar um brechó no local. Os acessórios vendidos são produzidos pelas próprias artesãs, utilizando resíduos de tecidos africanos e MDF com frases de militância e turbantes. A venda de roupas e acessórios é o grande carro chefe da feira, seguido por objetos de decoração, como imagens de orixás em gesso, bonecas negras de pano e feltro, garrafas de vidro pintadas a mão com imagens que remetem à fauna e à flora africana e silhueta de mulheres negras. Por fim, também são comercializados alimentos no local, mas não para consumo imediato, apenas pães, bolos e bolachas, me recordo de ver apenas uma barraca comercializando esses tipos de produtos. Em apenas uma

edição, observei a presença de uma trancista que ofertava o serviço de tranças simples para serem feitas na hora.

FIGURA 12 – VENDA DE ROUPAS AFRICANAS



FONTE: Glaucia Pereira do Nascimento.

São dispostas cerca de 10 barracas, mas cerca de 16 já chegaram a expor na feira, sendo que em algumas delas são expostas mais de uma marca. Em um grupo do WhatsApp onde os afroempreendedores e as coordenadoras da feira utilizam para se comunicar, Will me informa que estão presentes 36 pessoas, mas nem todos iam em todas as edições de feira, sendo a maioria composta por mulheres pretas, afinal, “o nosso mote é chamar a mulher... assim, mulher preta, homem preto e outros... e outros... eles têm toda liberdade de vir desde que essa pessoa não negra seja uma pessoa que apresente um produto voltado à nossa cultura, voltado à população negra.” (Will Amaral).

As mulheres nunca estavam sozinhas, nas barracas ficavam com outras mulheres negras, como filhas, irmãs, primas, em poucos casos havia homens junto, como filhos e maridos. A presença de homens brancos era mínima, tanto expondo quanto participando do evento como visitantes ou espectadores das apresentações. Percebi, nas cinco edições que acompanhei, que esse espaço estava sendo ocupado, principalmente, por mulheres negras.

Mesmo com três anos de existência, a feira passou e passa por dificuldades burocráticas por conta do racismo que permeia o sistema. Márcia relatou as dificuldades encontradas pelo caminho para que a feira fosse levada para a praça. Além de toda documentação, exigências foram feitas com a intenção de criar barreiras

para que o evento não acontecesse, um fato marcante foi em relação à venda de alimentos no espaço, considerando que em todas as feiras de Curitiba, incluindo a maior delas que é a Feira do Largo da Ordem, a venda de alimentos para consumo imediato é liberada, enquanto na Feira do Afroempreendedor o mesmo não acontece. Márcia relata o quanto isso ainda é algo que toda a organização luta constantemente para mudar e como se sente ao perceber, segundo ela, que essa situação é fruto da discriminação e preconceito presentes na cidade, que vê o alimento produzido por pessoas negras como perigoso e nocivo à saúde da população.

Tanto que no começo para impedir a praça de funcionar porque, não diretamente, obviamente, sempre é muito sutil, eles começaram a implicar com a comida, tanto que a gente não tem a comida típica porque a gente não pode produzir lá ainda, então a gente agora tá fazendo um novo projeto para que no próximo ano a gente já possa... né? Porque daí, pra impedir a gente, o que eles falaram: “tem fazer um curso no abastecimento”, os nossos afroempreendedores de comida fizeram o quê? Fizerem o curso, daí fizeram o curso e não estava bom, tem que ter MEI, os nossos afroempreendedores foram lá e fizeram MEI, já tinham curso e fizeram o MEI, mas... “ah, mas só que comida típica ... ah, daí ...”, daí a pessoa trouxe uma lista de comidas típicas, né?, pra gente... pra mostrar, pra nós, só para você ter uma noção, pra mostrar pra gente como que seria, que teria que ter comida típica daquela natureza, daí africana, né, porque daí o pessoal tem que entender que nós somos afro-brasileiros, nós não somos africanos, a visão que os africanos têm da gente é muito diferente do que nós temos deles, porque provavelmente o que o colonizador contou pra eles lá não deve ter sido bom ao nosso respeito, você que é da antropologia sabe, não devem achar nós uns fofos, né?

Quem conta uma história e vai contando repetidas vezes uma hora passa a ser uma verdade, não é assim? E aí a pessoa falou da comida, não, não, e eu falei: “pois é, essa comida que você tá dizendo tem que comer com a mão, a vigilância vai autorizar comer com a mão lá na praça? Porque aqui no Brasil a gente come com garfo e faca, e daí como é que vai fazer comer com a mão? e vou dizer mais para você, pra além de comer com a mão, porque isso é cultural, em África, falei em África, além de comer com a mão, todo mundo come no mesmo prato, como é que faz daí? Aqui no Brasil a gente não come no mesmo prato e usa garfo e faca, como é que faz?”

Daí nós vamos tá tirando a cultura, então daí não dá pra ser desse jeito, porque daí você bota a pessoa no nó, “você comeria com a mão no prato do outro colega no mesmo prato, no mesmo tachinho?”, aí a pessoa toma um susto, porque ela não sabia que era assim, ela não estudou a história ancestral, ela não estudou então ela acha que ela sabe, daí quando a gente disse isso, “ah, mas então daí não vai dar”, claro que não, a vigilância sanitária vai autorizar nós comer com a mão, gente, você acha? A estrutura racista vai estar dentro da vigilância sanitária, então não é isso que a gente quer, a gente não quer ir lá pra eles virem dizer pra gente que não é pra gente fazer, a gente que fazer do jeito que fique bom e que fique possível fazer, o acarajé é possível fazer, é só montar a estrutura ... por quê? Porque se lá na Bahia eles fazem no meio da rua, por que aqui iria contaminar os paranaenses? Não tem sentido! Mas por que iria contaminar? Porque a estrutura racista está ali na fala, então assim, a gente explicou, quando não era o ano passado que não era, a gente fez, durante esses dois anos a gente acabou bancando, mas também porque eles também não querem pagar de racistas, ninguém quer pagar de racista, então eles não foram lá fiscalizar se tinha acarajé, se não tinha acarajé, se era feito com água limpa, se era com água suja, se tinha torneirinha, se não tinha torneirinha, entendeu?

Por conta disso, mas a gente sabe que a gente precisa ... e a gente tá trabalhando em cima disso porque os nossos afroempreendedores de comida, eles todos tem o curso, todos tem o MEI, todos estão com tudo regularizado, então a gente só precisa do *start*, né, porque por exemplo se a gente não tivesse impedimentos, a gente teria um acarajé, a gente teria, é... tem doce lá que produz meio que na hora, um doce africano, mas daí você não dá ... você não põe a torneira para as pessoas lavarem a mão, você não põe a tomada no ... na voltagem que aqueles produtos elétricos precisam, daí vai explodir o troço, vai tacar fogo, daí o afroempreendedor que já faz aquilo com dificuldade, vai acabar tendo que ... como é que eu posso dizer? Vai ter que... como é.... pagar o prejuízo? Daí não dá! A ideia é não ter o menor prejuízo, sabe? Nesse sentido. (Márcia Reis).

Will conta que quando começou a organizar a feira, seu intuito era dar visibilidade para afroempreendedoras, ou seja, continuar seu trabalho de projeção e empoderamento para mulheres negras, assim como já vinha sendo feito no Instituto. Mas, conforme as coisas foram se encaminhando, surgiu a necessidade de abrir espaço para o que ela denomina empreendedores étnicos, que são pessoas que se autodeclaram como não negras, mas que produzem peças e/ou serviços que articulam o agenciamento da estética negra. Um exemplo é de Alessandra, artesã que apresentarei posteriormente.

A feira acontece um domingo por mês, das 14h até às 18h. Nas cinco edições que acompanhei, cheguei por volta das 14h, teve apenas uma vez em que a estrutura física não estava completamente montada e havia alguns empreendedores que ainda não haviam chegado e artistas que se atrasaram. Normalmente, o evento se inicia com uma fala sobre o tema da feira daquele mês e sobre os objetivos da existência do evento feita por uma das principais representantes do Instituto Afro, são elas, Will

Amaral, Maureen Reis e Márcia Reis. As três revezam as falas em diversos momentos durante toda programação da tarde, as apresentações acontecem, com intervalos de cerca de 30 minutos entre elas, em algumas edições foram realizados sorteios onde houve interação com o público que estava frequentando, aconteceram homenagens e apresentações que levantavam debates políticos e sociais.

Para expor seus produtos e serviços, tanto os afroempreendedores quanto os empreendedores étnicos pagam uma pequena taxa de participação no valor de trinta reais, algo que não é muito comum nas feiras de Curitiba, pois existem eventos que chegam a cobrar o valor de trezentos reais para que se possa participar. Márcia me conta que é comum acontecer de afroempreendedores nem sempre conseguirem ter esse valor, mas que mesmo assim o Instituto dá um jeito para que essas pessoas possam participar. Ela relata um fato onde uma afroempreendedora não tinha dinheiro nem para comprar o gás da casa dela.

(...) uma outra que chegou lá com o marido, ela foi expor, ela usou todo gás da casa dela, acabou o gás, ela fez os produtos e acabou o gás e alguém comentou alguma coisa, e daí a gente passa no final cobrando o dinheirinho lá, a contribuição, porque é assim, tudo muito caseiro, caderninho, anotando, sabe? Recibinho, e tal, e daí quando fui cobrar dela, eu já sabia, né, eu chamei ela num canto e falei assim “olha, o teu já foi pago, tá?”, daí ela, “mas como?”, eu falei “olha, usa o dinheiro para uma necessidade que você tem, eu sei que você tem uma necessidade, não sei qual é, mais eu sei que você tem uma necessidade, então você pega esse dinheiro e usa pra tua necessidade do momento porque você já fez sua parte”, daí ela encheu o olho de lágrima, olhou pro marido e tal, ninguém entendeu nada, mas não é pra entender, é pra agir, não é pra entender, né? (Márcia Reis).

O restante dos custos de barracas, aluguel e transporte dos equipamentos de som são feitos com o dinheiro disposto pela Fundação Cultural de Curitiba através de uma lei de incentivo para as feiras locais. No ano em que realizei a pesquisa de campo, que foi em 2019, a feira recebeu da Fundação o valor de dezoito mil reais para dar conta de dez edições da feira durante o ano. Will me diz que esse valor não é o suficiente para realizar o evento, pois elas possuem vários gastos, mas que dão um jeito para as coisas funcionarem. No final do ano de 2019, me disse que sentia muito medo de como seria o próximo ano, pois o edital que normalmente abria para feiras não havia sido aberto e elas não sabiam como iriam conseguir realizar os eventos. Neste dia, Will me fez um desabafo a respeito do que espera do futuro da feira: “espero que daqui uns 10 anos essa feira tenha atingido mais pessoas e se tornado um grande evento na cidade”. Olho para ela e digo que isso vai acontecer, acredito que em menos

de 10 anos, ela me responde: “infelizmente não, Suelen. Nós, negros, temos apenas 130 anos de suposta liberdade, não podíamos estudar, leis foram criadas colocando várias barreiras no acesso do negro ao ensino, as coisas só foram melhorar um pouco no governo JK e faz menos tempo que conseguimos entrar na universidade. Nos falta política, não se pode exigir politização de pessoas que têm pouco tempo de suposta liberdade.” (Will Amaral). Tanto em campo, quanto nas entrevistas, foi possível perceber o quanto as organizadoras são apaixonadas pela feira, o quanto estão ali lutando por mudanças na sociedade, em diversos momentos em nossas conversas as emoções vieram e assim fui percebendo que o afroempreendedorismo é apenas a ponta de um “grande *iceberg*” da resistência.

Nas idas a campo e com as entrevistas, pude ter contato com diferentes histórias dessas mulheres que estão lutando pelas causas raciais na cidade desde muito tempo. A realização da feira é apenas uma das ações que esse coletivo tem criado com a finalidade de fomentar a cultura negra e ocupar espaços pela cidade. Essa resistência e r-existência reverbera durante os anos, passando por diversas gerações, como pudemos ver com a história do Instituto, quando observamos as diferentes gerações que coabitam a praça. Estamos caminhando em solo onde se produz e reproduz identidades, ações e pautas a partir de uma pluralidade de vivências. A autora Jurema Werneck (2019) tem uma frase que sintetiza muito bem o lugar que quero chegar agora, “nossos passos vêm de longe” e com certeza eles irão cada vez mais longe.

Entrei em contato com a Clay, cunhada de Will e responsável pelo financeiro do Instituto e ela me forneceu uma tabela com todos os gastos que a feira possui. O valor presente é de quatro mil e quinhentos reais mas, segundo Clay, esse valor pode alterar para mais ou para menos dependendo das necessidades do mês. Ela comenta alguns detalhes do orçamento, como ausência do valor da mão de obra da organização, já que todas as pessoas envolvidas trabalham sem remuneração, evidenciando que se tal valor fosse calculado se tornaria um número exorbitante. Ela diz o quanto é feliz ajudando na existência da feira e como se preocupa com a causa e, por fim, brinca que é cota do grupo por ser a única branca do Instituto. Na tabela abaixo é possível ver que, em média, são necessários cerca de quatro mil e quinhentos reais por mês para que a feira aconteça, sendo que o edital fornece apenas dezoito mil por ano, ou seja, mil e oitocentos reais por mês – quantia que, somada com a taxa de trinta reais que as organizadoras coletam dos afroempreendedores, é

insuficiente, ainda falta dinheiro para que a conta feche. Essa é uma das grandes dificuldades que o Instituto tem, reforçando o quanto as organizadoras não estão ali pelo dinheiro e sim pela causa, pela militância, pelo desejo de ajudar outras pessoas pretas a driblarem as dificuldades sociais que são frutos da discriminação racial que acontece de forma ferrenha em nosso país.

Interessante observar que alguns serviços que estão presentes no orçamento acabam não aparecendo na feira, como fotógrafo, tenda para o palco e materiais de divulgação. Nas cinco edições que observei o evento, percebi que quem fotografava eram as próprias organizadoras com seus celulares pessoais. Outro ponto é a tenda, já que a única edição que presenciei que contava com uma tenda no palco foi a do mês de novembro. Observei que nenhum outro evento da prefeitura estava presente, tanto que em novembro a feira iria acontecer no início do mês e foi cancelada porque estava chovendo demais na cidade e as organizadoras não teriam como colocar uma tenda para proteger o palco. Sobre a divulgação dos eventos, Will relata as dificuldades com as redes sociais, por conta da falta de habilidade com as mesmas e pela ausência de tempo. Ou seja, acredito que a ausência desses objetos e ações na feira é sinal de que a verba destinada não os cobriu, trazendo prejuízo para o andamento e sucesso dos eventos.

QUADRO 1 – ORÇAMENTO MENSAL DA FEIRA CULTURAL E DO AFROEMPREENDEDORISMO

Orçamento físico-financeiro							
Item	Descrição das Atividades	Quant.	Unidade	ocorrência	Valor Unitário -R\$	Total -R\$	Justificativa
1	PRE-PRODUÇÃO/PREPARAÇÃO						
1.1.	ECAD	01	taxa	01	200,00	200,00	
	TOTAL PRE-PRODUÇÃO/PREPARAÇÃO R\$					200,00	
2	PRODUÇÃO/EXECUÇÃO						
2.1.	Grupo de samba	01	cachê	01	700,00	700,00	
2.2.	Locação de equipamento de som e técnico de som	01	verba	01	950,00	950,00	
2.3.	Oficineiro	01	cachê	01	200,00	200,00	
2.4.	dançarino	01	cachê	01	200,00	200,00	
2.5.	cantor	01	cachê	01	300,00	300,00	
2.6.	Locação de barracas	10	diária	01	45,00	450,00	
2.7.	Locação banheiro químico	03	unidade	1	150,00	450,00	
2.8.	Material oficina	1	serviço	1	100,00	100,00	
2.9.	fotógrafo	01	verba	01	200,00	200,00	
2.10.	Materiais expediente	01	verba	01	50,00	50,00	
2.11.	combustível	01	serviço	01	150,00	150,00	
2.12.	Distribuição de cartazes	01	verba	01	100,00	100,00	
2.13.	Locação de tenda para palco	01	diária	01	200,00	200,00	
	TOTAL DE PRODUÇÃO/EXECUÇÃO R\$					4.050,00	
3	DIVULGAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO						
3.1.	Impressão de Material Gráfico (cartazes e flyers)	01	serviço	01	150,00	150,00	
3.2.	Redes sociais (impulsionamento)	01	verba	01	100,00	100,00	
	TOTAL DE DIVULGAÇÃO/COMERCIALIZAÇÃO R\$					250,00	
	TOTAL DO PROJETO(somatório de 1 a 3)						4.500,00

FONTE: Instituto Afro-Brasil do Paraná.

A estrutura física da feira foi um dos pontos que mais me chamou a atenção logo que fiz minha primeira visita. Como descrevi anteriormente, a praça foi construída com a finalidade de ser um anfiteatro a céu aberto, logo o formato da praça é em círculo, onde de um lado tem uma escadaria, remetendo a uma arquibancada que dá acesso ao Memorial da África, e do outro lado, completando o círculo, está o palco, logo atrás do mural com imagens que remetem a Zumbi dos Palmares. Hoje as barracas se organizam em semicírculo, de frente para o palco, mas nem sempre foi assim. No início da feira, elas eram dispostas na grama, encostadas no aramado das canchas, assim, toda vez que ia começar alguma atração cultural todos desciam até o palco, com o fim da apresentação, todos subiam até as barracas, até que, após algumas reuniões, um dos afroempreendedores sugeriu que elas fossem colocadas na disposição que estão até hoje, mudança que acabou agradando a todos e deixando a dinâmica de feira e apresentações culturais mais prática.

FIGURA 13 – ESTRUTURA FÍSICA DA FEIRA



FONTE: A autora (setembro de 2019).

Como é possível ver na Figura 13, em algumas barracas existem cadeiras de praia e banquinhos, e em todas as edições que fui, me deparei com os feirantes e

seus familiares sentados ao redor das barracas, alguns levam até caixas de cerveja. A sensação que tive foi de o evento ser uma extensão do almoço de família de domingo, até que na edição do mês de dezembro minha suposição se tornou real, pois um churrasco das famílias pretas foi realizado durante o evento. Essa sensação é reforçada quando olhamos para toda a trajetória do Instituto Afro-Brasil, da Praça Zumbi dos Palmares e da feira, é nítido o quanto essas pessoas vão se “aquilombando”, tanto num sentido espacial quanto num sentido simbólico, onde os lucros acabam sendo deixados em segundo plano e a ocupação e resistência se tornam prioridade nesta luta.

2.4 FEIRA DO AFROEMPREENDEDOR – MEMORIAL DE CURITIBA

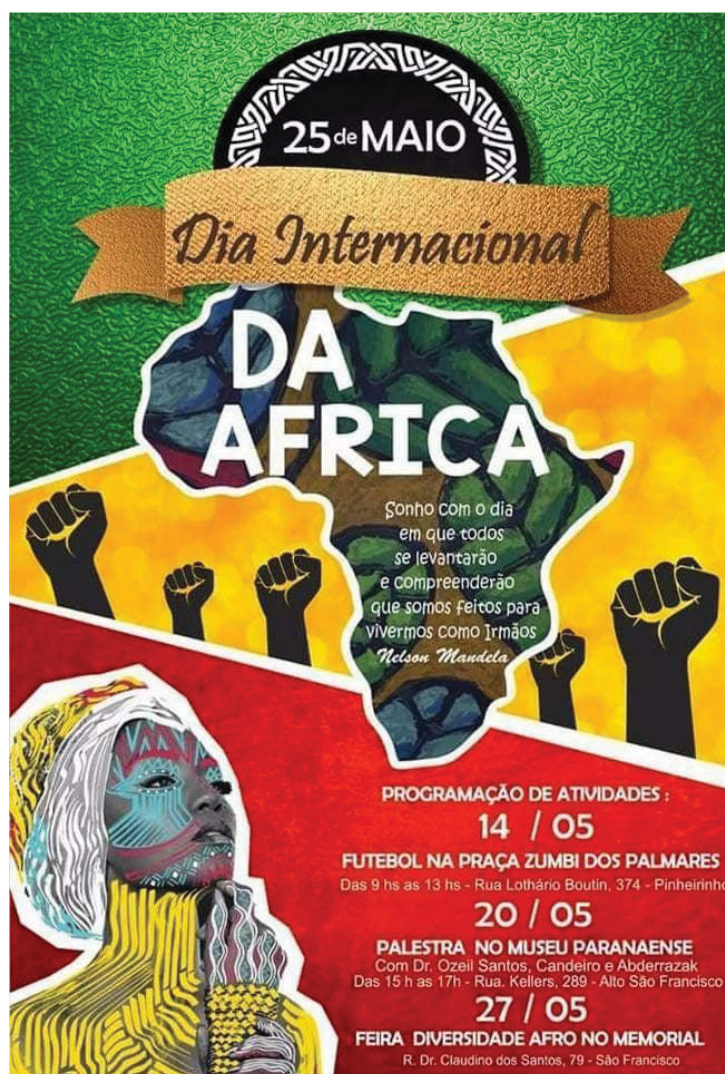
Como já mencionado anteriormente, além da feira que acontece na praça Zumbi dos Palmares, existem dois outros eventos que contribuem para a construção de uma espécie de rede de afroempreendedores locais, são eles a feira que acontece esporadicamente no Memorial de Curitiba e o Afro Mundo Mix, primeiro espaço de economia colaborativa criado exclusivamente para afroempreendedores na cidade. Mesmo o campo principal desta pesquisa sendo a feira na praça, acredito ser importante documentar a histórias desses outros espaços e as relações que eles estabelecem com o campo principal.

Começo trazendo a história do primeiro evento que tive contato muito antes de ingressar no mestrado, que foi a Feira do Afroempreendedor no Memorial de Curitiba. Entrevistei Alessandra Martins, responsável pelo Afro Mundo Mix, que me contou como essa feira se iniciou. Segundo ela, o intuito do evento nunca foi ser uma feira, mas o maior objetivo era trazer apresentações culturais que remetessem à África. O evento foi criado pelo nigeriano Abiola Sulaimon Yusuf, que viveu na cidade de Curitiba até o ano de 2019, e que atualmente mora em Portugal com sua esposa e filho. Aqui em Curitiba existe uma forte presença de imigrantes africanos que acabaram criando uma espécie de comunidade²⁵, diante disso, Abiola percebeu o

²⁵ Existe em Curitiba a Comunidade Nigeriana de Curitiba, onde grande parte de seus integrantes vivem na cidade de Fazenda Rio Grande, região metropolitana de Curitiba. Por volta de 2017, Abiola se organizou com outros nigerianos para reformular a gestão da comunidade, foi nesse momento que Abiola assumiu o posto de conselheiro financeiro da CONIPA (Comunidade Nigeriana do Estado do Paraná). Com isso, Abiola conseguiu realizar ações de integração entre africanos e afro-brasileiros com a organização de diversos eventos.

quanto o cenário de Curitiba não evidenciava, muito menos homenageava, a imigração africana. Nesse contexto, resolveu propor para a Fundação Cultural de Curitiba uma comemoração ao dia Internacional da África que é no mês de maio. O primeiro evento aconteceu em 2017, e contou com uma programação que ia para além da feira, contemplando um torneio de futebol realizado na Praça Zumbi dos Palmares, palestras e apresentações artísticas.

FIGURA 14 – ENCARTE DE PROMOÇÃO DO DIA DA ÁFRICA – 2017



FONTE: Arquivo pessoal de Michele Mara.

Seguindo com a mesma proposta e formato, o evento também aconteceu em setembro, no dia da Independência da Nigéria, que também fez parte da programação do mês da consciência negra, junto com a Marcha do Orgulho Crespo. No ano de 2018 os eventos aconteceram nas mesmas datas, Alessandra participou de perto de todo processo de produção do evento pois seu marido, Jean, é primo de Michele Mara, cantora curitibana que é esposa de Abiola. Na época, ela ficou responsável por

organizar o evento indo atrás dos expositores, mas não poderiam ser quaisquer peças, ela tinha algo em mente para que fizesse sentido com todo conceito do evento.

(...) a gente pegou e procurou assim, pessoas que trabalhassem com produto afro porque quem chegasse lá conseguisse bater o olho e falasse: “isso aqui é uma feira afro!”. Então assim, foi pesquisa em Facebook, Instagram, perguntando por outro: “ah, conhece alguém que faça colar?”, mas assim, um colar afro”, “alguém que pinte um quadro mas um quadro afro”, coisas que remetessem a cultura afro porque se não ia parecer somente mais uma feira, então foi pesquisando e indo atrás de pessoas que trabalhassem com produtos afro, no que necessariamente, digamos assim, fosse formado por pessoas negras, então a feira não era aberta somente para afroempreendedores, a feira era aberta para pessoas que trabalhassem com produtos afro. (Alessandra Martins).

O evento não contava com financiamento, Abiola havia montado um projeto e apresentado com um ano de antecedência para a Fundação, com a aprovação, o órgão disponibilizou as datas para a realização, todo material de apoio estrutural como caixas de som, cadeiras e mesas, mas o restante era de responsabilidade do proponente. A organização exigia dos expositores um valor simbólico de noventa reais para a participação no evento, esse dinheiro arrecadado era utilizado para pagar custos de transporte e lanche dos artistas que ali se apresentavam, mas não era possível pagar cachê e nem a própria organização lucrava com o evento.

Com a ida de Abiola para Portugal, Alessandra e Jean resolveram abraçar o projeto e dar continuidade aos eventos, afinal, já tinham duas datas marcadas para o ano de 2019, quando foi realizado o dia da África em maio e o dia da Independência da Nigéria em setembro.

FIGURA 15 – ABIOLA NA FEIRA DO MEMORIAL DE CURITIBA – 2017



FONTE: Arquivo pessoal de Michele Mara.

Como já mencionado, a feira não contava apenas com expositores negros, mas também com pessoas que produzissem artefatos e serviços com agenciamento da estética e cultura africana e afro-brasileira. Eram comercializadas roupas de tecidos que vinham da África, peças com frases de militância e empoderamento, acessórios, objetos de decoração e bonecas. Alimentos também estavam presentes, mas somente aqueles que não eram destinados ao consumo imediato, como bolachas, pães e bolos. Grande parte dos expositores eram mulheres e homens negros que era artesãos ou que traziam seus produtos de outras regiões.

As apresentações culturais eram de estilos diversos, mas sempre seguindo a linha de trazer elementos africanos. Entrei em contato com Michele Mara, esposa de Abiola, e pedi que me enviasse fotos dos eventos que eles organizaram, e dentre as diversas imagens que recebi, algumas eram das apresentações culturais. Houve diversos shows, incluindo da cantora curitibana Bia Ferreira que ganhou fama nacional após gravar a música “Cota Não é Esmola”, também foi possível ver imagens de um desfile de moda, um concurso de beleza e apresentações de dança.

O evento era muito semelhante com a feira da praça Zumbi dos Palmares, inclusive alguns expositores estiveram presentes nesses dois locais, verdade até mesmo nos três locais, pois no Espaço Afro Mundo Mix alguns nomes se repetem.

2.5 ESPAÇO AFRO MUNDO MIX

Logo que iniciei minhas idas a campo no fim de julho de 2019 surgiu o primeiro espaço de economia colaborativa focado no trabalho de afroempreendedores na cidade. Quando estava na praça Zumbi conversando com a Will, perguntei sobre esse espaço e foi assim que ela me levou até Alessandra, responsável pelo espaço Afro Mundo Mix.

Em formato de loja, localizado no Mercado Sal, um complexo gastronômico no bairro Portão, o Afro Mundo Mix surge a partir de uma ideia proposta pelo próprio Mercado em trazer diferentes grupos étnicos para ocupar o local. Em meados de julho de 2019, foi feito um evento que durou dois finais de semana, em que diferentes coletivos trouxeram produções de artesanato que remetessem às suas etnias, o contato de Alessandra foi passado para o Mercado Sal via um funcionário da Fundação que sabia que ela estava tocando os eventos no Memorial. Após esse evento de duas semanas, a recepção foi positiva e o complexo gastronômico fez uma proposta para que o projeto se tornasse fixo no local, e assim surgiu a loja Afro Mundo Mix.

Estive com Alessandra em julho de 2019, quando conversamos brevemente sobre o início do espaço, fazia apenas uma semana que a loja havia de fato se fixado no local. Depois, pude entrevistá-la no final de abril de 2021, quando estive presencialmente no espaço, podendo observar mais de perto a dinâmica no local, mas em um cenário atípico, pois estávamos em meio a uma pandemia.

Cheguei ao local por volta das 19h, era uma quinta-feira gelada em Curitiba, tive um pouco de dificuldade em encontrar o espaço pois antes ele ficava bem na entrada do complexo, com uma placa grande e bem visível, mas chegando lá, percebi que a loja não estava mais alocada ali. Tive que andar um pouco e perguntar para um segurança onde estava o espaço, quando perguntei pelo nome, ele não sabia ao certo do que eu estava falando, tive que descrever dizendo que era uma loja com produtos afro, naquele momento ele apontou e logo em frente estava a loja. Ao localizar a loja, encontrei Alessandra conversando com algumas pessoas enquanto tomavam cerveja, ela me cumprimentou de longe e disse que logo conversaria comigo, esperei cerca de 20 minutos até que as pessoas fossem embora para que ela pudesse me atender, nesse período fotografei a loja e os produtos.

Assim que a loja esvaziou, Alessandra veio até mim e me pediu desculpas por não ter me dado atenção antes, pois seus parentes estavam no local e me pediu para que pudéssemos esperar pela chegada de seu marido, fiquei aguardando mais 10 minutos. Nesse intervalo de tempo dois homens brancos se aproximaram da loja e puxaram assunto com Alessandra, perguntaram sobre a loja e ela explicou que ali só eram comercializados produtos afro, ela disse que teve a ideia de montar a loja pois seu marido é negro, nesse momento um dos homens pergunta se o marido de Alessandra é africano, ela imediatamente diz que não, que é brasileiro. Um deles resolve entrar na loja e olhar alguns produtos, eles se mostram curiosos em entender mais sobre a importância da existência desse espaço naquele local. Conversam por mais alguns minutos e logo vão embora. Alessandra vem até mim e diz que podemos começar a conversar antes de seu marido chegar.

Ela começa a relatar como começou a produção das bonecas negras e como criou sua marca, a *Petit Poupée*. Sua formação é em química, trabalhou na empresa de bebidas AMBEV durante 10 anos, logo foi morar em Paris, onde ficou por 6 meses. Sempre gostou de costurar, mas fazia isso por hobby, adorava presentear os amigos e parentes com suas bonecas. Quando voltou para o Brasil, conheceu Jean, homem negro e integrante do movimento negro local, e logo começaram a namorar, ele ficou surpreso com o talento de Alessandra e propôs para ela que comesçassem a vendê-las, foi quando ela produziu 35 unidades, ele as anunciou no Facebook e em pouco tempo todas já haviam sido vendidas.

Daí, logo em seguida das bonecas que eu chamo de *baby black*, eu comecei a fazer os bebês orixás, que hoje, tipo, *a baby black* e os bebês orixás são o carro chefe da marca de bonecas, então tudo começou por elas, daí foi a partir das bonecas que eu fui convidada a fazer a feira da Zumbi, que foi assim, tipo, alguém, não me recordo quem, mas alguém passou o meu contato pra Will, aí a Will entrou em contato e me convidou pra fazer a feira da Zumbi. (Alessandra Martins).

FIGURA 16 – BONECAS EXPOSTAS NO AFRO MUNDO MIX



FONTE: A autora (2021).

Na imagem acima é possível ver no canto superior direito um dos orixás bebês e na parte inferior esquerda as bonecas *baby black*, produtos que são o carro chefe da marca segundo Alessandra. Foi nesse período de início de produção que ela começou a expor na praça Zumbi dos Palmares e, logo em seguida, começou a trabalhar com Abiola na organização do evento no Memorial de Curitiba. O espaço surgiu em sua vida em julho de 2019 e hoje ela dedica todas as suas energias à loja.

Atualmente o Mercado Sal possui cerca de 15 expositores, antes do início da pandemia em março de 2020 eram cerca de 32. A queda no número de empreendedores no local se deu pelas dificuldades que a COVID-19 trouxe para quem tem seu próprio negócio no país. Segundo ela, o “abre e fecha” do comércio e a não assistência do governo durante esse período fizeram com que alguns empreendedores abandonassem suas marcas, indo buscar empregos de carteira assinada ou migrando para o ramo da culinária. Em julho de 2019, Alessandra me relatou quais eram os custos dos empreendedores para participar do espaço: os expositores têm que pagar um valor de aluguel, cerca de duzentos reais por mês, mais

15% do faturamento das vendas mensais. Com parte desse valor, ela paga o aluguel da loja para o Mercado Sal.

Os produtos ofertados na loja são muito semelhantes aos vistos tanto na feira do Memorial quanto na feira da praça, a única diferença é que não há alimentos sendo vendidos na loja. São comercializadas roupas de tecido africano, com estampas de militância e grafismos remetendo à cultura africana, acessórios, bonecas, artigos de decoração confeccionados em diferentes materiais, imagens de personagens da mitologia brasileira, calçados e bolsas. Em uma das entradas, havia uma placa que oferecia venda de chope na loja, ao lado de um barril de cerveja e uma manequim vestida com alguns produtos da loja.

FIGURA 17 – ENTRADA DA LOJA AFRO MUNDO MIX



FONTE: A autora (abril, 2021).

Sobre quem frequenta o espaço, Alessandra comentou que o público é majoritariamente branco, diferente do público que normalmente via na feira da praça. Sua marca recebe muitas encomendas, que segundo ela, na maioria das vezes, também são feitas por pessoas brancas. O público masculino também é forte na loja, ela me diz que muitos homens brancos passam por lá e acabam levando bonecas para suas mães e filhas.

Alessandra também me contou sobre as facilidades que estar em um ambiente privado proporciona à loja. Segundo ela, a estrutura ofertada pelo Mercado Sal é excelente e, antes da pandemia, foi possível realizar alguns eventos culturais propostos por ela, ocasiões em que levou grupos de dança e shows com a temática africana para o complexo gastronômico. Todas suas ideias foram aceitas sem questionamentos pela diretoria do local, trazendo mais conforto para que ela continuasse a promover eventos que fomentassem a cultura negra. Isso foi algo que ela comparou em relação com as dificuldades encontradas nos eventos que dependem do aval da prefeitura, assim como é na praça e no Memorial. As burocracias impostas pelo Estado dificultam o trabalho não somente dela, mas de todos aqueles que tentam ocupar os espaços da cidade promovendo a cultura negra. Quando entramos nesse assunto, pergunto para Alessandra do porquê isso acontece e, para ela, isso não tem nada a ver com o racismo, mas sim

(...) pelo burocrático mesmo, são vários passos, porque o que acontece, acho que quando a gente vai lá, a gente vai sem saber direito, não sem saber direito, assim, a gente não tem o conhecimento legal de como usar o espaço público, de como pegar e fazer o evento, o que é preciso, a gente não tem conhecimento, assim, ah, bombeiro, precisa de licença de bombeiro, não precisa de licença de bombeiro? Precisa ter isso, precisa ter aquilo? Aqui a gente pode usar um cabo de luz x, ah, mas aqui não pode, porque aqui tem que ser um cabo y, sabe? Então tem toda essa parte de leis, de normas que a gente acaba por não ter conhecimento, então precisa do apoio, mas eu acho que assim, hoje em dia tem pessoas lutando, tem que ser levado o projeto, apresentado, o primeiro passo é apresentar, mas a partir do momento que você vai apresentar um projeto, daí você vai conseguir pegar e ver onde vai estar esbarrando, hoje é a parte legal mesmo. (Alessandra Martins).

Alessandra traz essa fala a partir de sua perspectiva não somente como mulher branca, onde a percepção sobre o racismo acontece de uma forma diferente, mas também como alguém que está ocupando um espaço em local privado, onde as burocracias são diferentes de quando se está lidando com o Estado. A falta de conhecimento também é um ponto chave nessa discussão, ela traz esse fator sobre o quanto as informações legais são ocultadas, dificultando o acesso a alguns espaços e necessidade de se ter um apoio, mas onde encontrá-lo? Hoje existem alguns nomes nesses espaços de visibilidade que estão tentando trazer mais acessibilidade para a população negra em Curitiba, mas o número ainda não é suficiente para que a mudança seja visível.

Para auxiliar nessa parte burocrática, Alessandra fala sobre um projeto que, junto com seu marido, foi apresentado dias antes de nossa conversa para o vereador Renato Freitas (PT-PR). A ideia é fazer um grande evento, semelhante à Feira Preta que acontece em São Paulo uma vez por ano, algo que se torne fixo na agenda negra nacional. Com apoio do vereador, essa parte jurídica e burocrática seria sanada, mas para isso seria necessário conseguir verba para o evento de fato acontecer. Como foi apenas uma primeira conversa, ainda não é possível enxergar um horizonte para que a realização desse evento, mas ela acredita que seu trabalho contribui para que algumas sementes sejam plantadas, principalmente pelo fato de ela ser uma mulher branca que atua de forma ativa dentro do movimento negro.

(...) às vezes olham assim: “ah, mas você é uma branca e tá fazendo...”, eu fico assim: “gente, vocês não estão vendo? Eu sou preta por dentro!” (risos). O que eu vejo hoje assim, quanto mais espaços tiverem demonstrando a cultura africana, mais se ganha! Então tudo começou com as bonecas, a partir das bonecas que surgiu esse espaço de movimentar... às vezes as pessoas pensam assim: “ah, a África é capoeira, só ... tem tudo, tem dança, é música, é performance, é artesanato, são artistas, em todos os sentidos. (Alessandra Martins).

Me despedi de Alessandra a parabenizando pelo seu trabalho no Mercado Sal com o Afro Mundo Mix, ela me agradece por ter estado lá e diz que posso contar com ela para o que precisasse. É evidente que o espaço de Alessandra é um marco na trajetória do afroempreendedorismo e da economia colaborativa na cidade, pois ela contribui para a criação de uma rede de produtores que se encontram em diferentes espaços e ações, onde é visível a formação de intersecção de diferentes grupos com o mesmo intuito: lutar por outros modos de existência na cidade.

3 A FEIRA E SUAS BATALHAS

3.1 UMA CELEBRAÇÃO DE FORÇAS E RESISTÊNCIA

Comecei minhas idas a campo em julho de 2019, estava no primeiro ano do mestrado e aquela ansiedade tomando conta para começar as observações o quanto antes. Por fim essa ansiedade foi até boa pois em 2020 fomos atingidos pela pandemia da COVID-19 e todas as feiras foram suspensas por algum tempo – até o fim da escrita dessa pesquisa em 2021, a Feira do Afroempreendedorismo não havia retomado as atividades. Pude acompanhar as edições de julho, setembro, outubro, novembro e dezembro de 2019, e em cada edição tive contato com situações diferentes.

De forma geral, a feira acontecia sempre da mesma forma, no início uma fala era feita por uma das organizadoras, e esse momento direcionava o ritmo e a temática trabalhada naquela edição na feira, por exemplo, no mês de julho (sobre o qual falarei com mais profundidade no próximo tópico) o tema foi o dia da mulher negra, em setembro não teve tema, em outubro foi o dia das crianças, novembro era para ter sido sobre o mês da consciência negra, e em dezembro o tema foi o natal.

Algumas edições contaram com alguns sorteios e interações com o público, as atividades culturais também eram direcionadas nesse sentido, pois pude presenciar aulas de dança sendo ministradas para os frequentadores do evento.

Os produtos eram variados, desde roupas com tecidos africanos, roupas com frases de militância, acessórios, até objetos de decoração, turbantes, bolsas, incensos e, em uma edição, a presença de uma trancista. Percebi em todas as edições que nem todas as barracas ficavam cheias, principalmente quando eram dias mais frios. Em algumas barracas era possível ver mais de uma marca expondo, em outras, principalmente quando era de alimentos, apenas uma afroempreendedora comercializava seus produtos.

A maioria das pessoas expondo eram mulheres, consegui conversar com algumas que contaram um pouco de suas histórias e como chegaram até o afroempreendedorismo. Na maioria das vezes não estavam sozinhas, levavam filhos, netos e irmãos. A presença familiar era forte, em algumas barracas eu notei que havia cadeiras de praia ao redor onde as pessoas sentavam e ficavam a tarde inteira conversando.

FIGURA 18 – VENDA DE BOLACHAS NA FEIRA



FONTE: A autora (2019).

Nas cinco edições que estive em campo, percebi que os frequentadores eram quase sempre os mesmos que iam prestigiar as apresentações e comprar, e a maioria eram mulheres negras. Também percebi uma movimentação de moradores locais que iam até lá fazer um piquenique, ou levar o cachorro para passear, ou levar as crianças para brincar e acabavam dando uma passada pelo evento.

Para melhor entendimento, resolvi separar os acontecimentos por temas. Em um primeiro momento, irei descrever meu processo de aproximação com Will Amaral e a forte presença de mulheres negras no local; no seguinte, discorrerei sobre acontecimentos que mostram um pouco como é a relação do Estado com a feira e, depois, sobre as apresentações culturais, e por fim, mas não menos importante, trarei histórias de algumas afroempreendedoras.

3.2 SOBRE PRETAS E POLÍTICAS

Cheguei à praça Zumbi dos Palmares por volta das 14h, era mês de julho, as barracas já estão montadas e as atividades culturais logo se iniciarão. Avisto Will de

longe, ela é meu primeiro contato, havia conversado com ela alguns dias antes por intermédio do meu orientador, ela estava no palco acertando os últimos detalhes pois essa edição da feira será muito especial. Dei uma volta pelas barracas, tentando me familiarizar com o ambiente, observei os produtos que estão sendo expostos, percebo que há 10 barracas no total, em algumas tem mais de um expositor, cumprimento alguns expositores e retorno para próximo do palco.

Will assume o microfone, faz uma breve fala sobre movimento *black money*, afroempreendedorismo e a invisibilidade no negro em Curitiba, dando início à atividade logo em seguida. O envolvimento da militância não fica apenas no discurso, ele se materializa através de ações como a que aconteceu nessa edição do mês de julho, já que no dia 25 de julho é comemorado o dia da Mulher Afro-latinoamericana e Caribenha e desde 2014, graças a então presidenta Dilma Rousseff, o mesmo dia se tornou aqui no Brasil homenagem à Tereza de Benguela. Com essa data tão importante, acontece desde 2015, em todo o Brasil, o “Julho das Pretas”, quando cada cidade se organiza para propor atividades que levem à conscientização e os debates sobre raça e gênero. Will, além de ser presidenta do Instituto Afro-Brasil do Paraná, também está à frente da organização do “Julho das Pretas” em Curitiba, onde, desde 2017, realiza homenagens para mulheres negras militantes da cidade dentro da feira do Afroempreendedor.

As homenagens se iniciam, Will faz uma breve fala sobre cada mulher, chama uma por uma até o palco e as presenteia com uma espécie de certificado com o nome da homenageada, depois disso, cada mulher tem direito de agradecer e dar o recado que quiser. Dentre as homenageadas está a atriz local Geisa Costa, a qual faz uma breve apresentação declamando um poema sobre as *Yabás*. Outro nome marcante foi a jornalista da Rede Paranaense de Comunicação, Dulcineia Novaes, que após receber a homenagem diz “a gente se faz pelo trabalho”, também fala sobre “a importância de se assumir como negra, usando a simbologia do cabelo, citando a música de Wilson Simonal, “Sou Negro de Cor”. Em seguida a plateia, pequena, mas potente, composta em sua grande maioria por mulheres acima dos 60 anos, começa a cantar em coro. Percebo que na maioria dos discursos das homenageadas aparecem temas como: “colorir Curitiba”, “empoderamento”, “ativismo como vício”, sexualidade, gênero, religião e geração.

FIGURA 19 – MULHERES SENDO HOMENAGEADAS²⁶

FONTE: A autora (2019).

É visível perceber a comoção entre as homenageadas, falam sobre a transformação da sociedade pelas mãos das mulheres negras, exaltação da ancestralidade, principalmente a imagem da mãe na vida de cada uma. Dentre as homenageadas também está Silvana Bárbara, que é presidenta da Rede de Mulheres Negras do Paraná, que fala sobre quão difícil é ser mulher negra em diferentes lugares do país. Durante toda a celebração, as músicas que serviram de plano de fundo são sambas e pontos de terreiro, que falam sobre orixás e fé.

Dentre as homenageadas também estavam professoras da rede pública de ensino, que falaram sobre a ocupação de mulheres negras nas universidades públicas. Também falaram sobre a importância da presença da mulher preta, termo mais utilizado do que negra, na vida de uma criança. Ainda na área da educação, a professora doutora Megg Rayara Gomes, a primeira doutora travesti preta da Universidade Federal do Paraná, recebe uma homenagem. Ela fala sobre a

²⁶ Da esquerda para direita: Clemilda Santiago, Edna Coqueiro, Dulcineia Novaes, Dirléia Matias, Almira Maciel, Andreia Vitor, Will Amaral, Leonir Santos e Geisa Costa.

dificuldade do movimento negro de reconhecer as pautas LGBTI+, sobre a ocupação das universidades por pessoas sem títulos de mestre e doutor e sobre o empretecimento da academia.

As homenagens vão chegando ao fim, os depoimentos que se seguem trazem reflexões sobre: vida e dignidade de pessoas negras, em especial jovens negros; luta e resistência das mulheres negras; lugar de fala – conceito trabalhado pela filósofa Djamila Ribeiro – e a presença masculina no processo de empoderamento das mulheres. Outros temas abordados foram o reconhecimento, resistência e ancestralidade; viver com respeito e solidariedade; a importância dos remanescentes quilombolas em nossa sociedade e dentro do movimento negro urbano.

No fim da premiação, ao som da música “Negro sim”, todas as mulheres no palco cantam em coro. Geisa Costa canta duas composições criadas por ela e por Katia Drumond²⁷ do MUV²⁸ para peça *Yabas*. Essa atividade durou cerca de duas horas e, ao fim, todas se reúnem para uma foto em grupo.

3.3 CULTURAL

As apresentações culturais são atividades de grande importância para o andamento da feira pois são uma forma de manter o público presente na praça, além de enaltecer a produção de artistas negros locais e trazer debates raciais para o espaço. As temáticas apresentadas seguem o mesmo roteiro proposto nas falas de abertura do evento, e nas cinco edições que pude acompanhar, assisti apresentações de danças que representam a cultura africana e afro-brasileira, como samba e zouk, performances com elementos da mitologia iorubá, como foi o caso da apresentação de Leonardo da Cruz, bailarino formado pela FAP-PR, que trouxe uma performance homenageando os orixás. Ainda, pude presenciar shows de música com rappers

²⁷ Katia Drumond iniciou a carreira artística em 1984, na cidade de Curitiba, onde passou a integrar diversas companhias de dança e teatro. No ano de 1990 passou a se apresentar também como cantora profissional, apresentando-se em shows no Rio de Janeiro, São Paulo, Salvador, Argentina, Europa e Japão. Neste mesmo ano participou como cantora e atriz do espetáculo “New York”. Fonte: <https://dicionariompb.com.br/katia-drumond>.

²⁸ O MUV é um projeto musical criado em 1999, no Rio de Janeiro, pelo produtor musical, tecladista, compositor e arranjador Ricardo Verocai e sua parceira, a cantora, compositora e atriz Kátia Drumond. Desde 2005 o projeto migrou para Curitiba e a cada novo ciclo convidam diversas parcerias. Fonte: <https://www.brasildefatopr.com.br/2019/11/06/muv-comemora-vinte-anos-com-seis-shows-gratuitos-em-curitiba>.

locais e imigrantes africanos, declamação de poemas e aulas de dança africana (como na Figura 20 abaixo, onde a bailarina Priscilla Pontes deu uma breve aula que faz parte do seu projeto Pontes Móveis²⁹) e zumba.

FIGURA 20 – AULA DE DANÇA DURANTE A FEIRA



FONTE: A autora (2019).

Durante os eventos, nos intervalos entre as apresentações, algumas músicas de artistas brasileiros e norte-americanos ficam tocando, principalmente de mulheres que são referências atuais para as jovens negras, como *Beyoncé*, *Rihanna* e *Iza*. As letras falam sobre empoderamento da mulher negra, valorização da ancestralidade e cultura negra. Já as músicas tocadas pelos artistas convidados são diversas, existe uma preferência por letras militantes que tragam a conscientização sobre racismo e machismo, como em uma das edições em que um grupo de samba composto apenas por mulheres estava presente. Elas fizeram questão de trazer músicas que fossem respostas a letras machistas conhecidas nacionalmente.

²⁹ Projeto independente voltado à ampliação do espaço de pesquisa em Danças Negras na cidade de Curitiba, visando o fortalecimento de uma rede de profissionais da cena local engajados com os campos de saberes das artes e culturas africano-diaspóricas. Fonte: Facebook Pontes Móveis.

3.4 SOBRE-VIVÊNCIAS

Durante o campo, consegui conversar com algumas expositoras entre uma venda ou outra – isso porque, no geral, a feira é um ambiente corrido, sendo difícil conseguir dialogar sem nenhuma interrupção. Logo na primeira edição, pude conhecer Regina Reis, que inclusive é irmã de Maurren e Márcia, mulher preta, professora aposentada pelo estado e que faz crochê. Digo que sou pesquisadora e que irei acompanhar a feira nos próximos meses, ela me contou que acha muito importante falar sobre a feira na universidade e que acredita que isso pode ajudá-los a ganhar visibilidade. Pergunto como ela começou a empreender, ela me diz que era algo que fazia como hobby, depois que se aposentou tinha muito tempo livre e foi buscar algo para ocupar a mente, assim descobriu o crochê, no início fazia bolsas, toucas e cachecóis para os netos, sobrinhos e filhos, até que um dia sua filha lhe disse, “mãe, por que a senhora não começa a vender?”, ela foi até Will e começou a expor na feira. Pergunto como ela se sente estando ali, ela diz que gosta muito, pois acaba vendo as amigas e conversando, disse que não vende muito, mas também considera sua atividade no crochê mais por diversão do que por necessidade, também me conta que não consegue produzir em quantidade pois como as peças demoram para serem feitas, sente muita dor nas mãos, mas mesmo assim, faz porque gosta e ajuda a ocupar a mente.

Na edição do mês de setembro, consegui conversar com um casal que expõe peças de origem africana, ela me conta que o homem é seu marido, o filho deles também estava presente, devia ter cerca de 5 anos de idade. Seu marido é africano e traz do Senegal tecidos e peças prontas para vender, normalmente ele vai ao país sozinho, fica alguns dias por lá e volta. Percebo que a criança está bem agitada, ela me diz que é difícil quando tem que estar na feira sozinha, sem o marido, pois o filho fica bem ansioso e cansado. Pergunto se ela gosta de estar ali, me diz que sim, também conta que participa da feira que acontece esporadicamente no Memorial de Curitiba, pois lá, por ser central, tem mais movimento.

Normalmente era difícil conseguir conversar com as expositoras por conta do andamento das atividades, pois tinham alguns momentos em que havia um grande movimento de pessoas na feira, além do fato de, na maioria das vezes, existirem outras pessoas nas barracas, como familiares. A presença de parentes próximos era bem comum, o que levava ao sentimento de estar participando de um evento

particular, que sempre foi muito grande. Ainda, eu percebia que todas aquelas pessoas envolvidas neste evento estavam formando uma grande família – inclusive, no mês de dezembro, última edição da feira do ano, aconteceu o “Churrasco das Famílias Pretas”, onde várias pessoas, algumas que eu não tinha visto em outras edições, levaram alimentos típicos de churrasco, como carnes, pães e bebidas alcoólicas. O grupo se organizou na parte de trás do mural que fica no fundo do palco, improvisaram uma churrasqueira com tijolos e fizeram uma festa enquanto a feira ainda acontecia. Não me aproximei muito, pois não me sentia como parte dos convidados.

Esse sentimento esteve presente durante grande parte das observações em campo, mesmo sendo uma mulher negra em um campo não tão distante de mim, senti dificuldades de conseguir me inserir naquele grupo. Ao meu olhar, a própria organização espacial em que as barracas foram montadas, um círculo fechado com o palco, trazia uma percepção de território privado, como se aquele local fosse uma casa, com seus muros altos, onde apenas convidados poderiam entrar. Quando comecei a frequentar a feira, na posição de pesquisadora, senti alguns olhares de desconfiança sendo feitos a mim, dos quais não tiro a razão, pois a feira possui um histórico de tentativas de apropriação por parte de pessoas que se diziam apoiadoras do movimento, mas que na verdade só estavam pensando na sua autopromoção em cima do trabalho desse coletivo. Mas um ponto interessante que pude observar durante toda minha trajetória construindo essa dissertação foi que, assim que iniciei minha participação mais ativa no movimento de mulheres negras da cidade, o sentimento de desconfiança já não era tão forte. Uma pena que a pandemia veio e os churrascos não aconteceram mais, pois acredito que hoje eu receberia um convite para participar dessa festa.

3.5 RELAÇÃO ESTADO X FEIRA

Neste tópico, irei relatar algumas situações que trazem um pouco da relação entre Estado e a feira. Começando pela edição do mês de outubro, quando eu e Will estávamos sentadas uma ao lado da outra conversando, ela estava me contando mais sobre a feira e o Instituto quando dois guardas municipais chegaram apontando armas para dois rapazes brancos que estavam sentados na escadaria. Tudo aconteceu de forma muito rápida, mas que foi suficiente para criar uma tensão no ambiente. Os

homens foram revistados, enquanto isso, um dos organizadores da feira, um homem branco, sacou o celular e foi mais próximo da ação para filmar. Will assiste tudo isso muito assustada, diz que seu companheiro de Instituto é petista fanático e que não iria ficar calado com aquele vídeo. Esse mesmo homem perguntou para os guardas o que estava acontecendo, um deles disse que haviam recebido uma denúncia anônima de que jovens estariam vendendo drogas ali na praça. Will se levanta, assim que os guardas vão embora, não encontrando nada com os rapazes, e pergunta para eles se estão bem. Um dos jovens pede para este senhor enviar o vídeo para que possa tomar uma providência judicial contra o Estado.

Will retorna até mim e conta o que aconteceu, se diz emocionada e comenta que a guarda municipal nunca se preocupou com aquele espaço, nunca fizeram uma ronda guardado a integridade dos afroempreendedores ou visitantes da feira, e isso a deixava muito triste. Continuou, “é desta forma que os brancos nos enxergam, como criminosos!”, reforçando o quanto esse tipo de ação faz com que as pessoas fiquem com medo de frequentar a praça e a feira, pois a população pode ter uma percepção errônea sobre o evento.

Um detalhe importante é que, logo acima da praça, no Memorial da África, existe um posto da guarda municipal, e realmente, nas três visitas que fiz até então, eu nunca havia visto nenhum guarda rondando a praça e assegurando o evento. Mas esse não foi o único momento em que pude observar situações inusitadas, a seguir trarei relatos de uma edição que foi bem emblemática e problemática.

3.5.1 Edição de novembro e a falta de consciência negra da Prefeitura

Na edição de novembro, outro fato demarcou o quanto é necessário refletir acerca das instituições estatais e sua atuação com um papel discriminatório em relação a tudo que envolve a população negra. Assim que avistei a praça, percebi grandes mudanças em relação às outras edições que eu acompanhei. Primeiro que já havia um grupo de samba posicionado no palco iniciando o show, havia muita gente, muito mais do que normalmente tem, mas a maioria era branca. Me aproximei e vi que a estrutura física também estava diferente, havia banheiros químicos, um caminhão de médio porte com várias caixas de som e uma barraca toda fechada de onde saiam e entravam diversas crianças o tempo todo, estas estavam uniformizadas. Também percebi uma cama elástica e um toldo em cima do palco, como naquele mesmo mês

a feira foi cancelada por conta da chuva, pensei que toda aquela estrutura seria para deixar o evento mais amparado.

Assim que comecei a descer a escadaria/arquibancada, avistei Will, Márcia e Maureen, elas não estavam com caras muito animadas, como de praxe, fui até elas cumprimentar, logo de cara eu disse: “nossa, quanta gente, né?”, e Márcia, sem rodeios, rebate, “não se anima não, esse não é nosso público, vieram pelas crianças. Vai ter coral infantil, os pais vieram assistir!”. Como, até aquela edição, eu não tinha visto uma apresentação infantil, comentei de maneira bem animada sobre elas terem trazido esse tipo de apresentação para a feira, e Márcia me responde, “não foi a gente, esse evento é da Fundação Cultural, são os projetos contemplados pelos editais, onde obrigatoriamente devem se apresentar de forma gratuita. Por isso da estrutura, tem som que funciona, camarim, toldo no palco, banheiro químico e guarda municipal. Quando é só nosso, não tem nada!”. Naquele momento, eu não soube nem o que dizer, então ela completa, “assim que as crianças se apresentarem, essa praça vai ficar vazia”.

Naquele dia, a condução do evento não havia ficado nas mãos das organizadoras, mas sim de Jackson Pires de Oliveira, um homem branco, que também é chefe do Núcleo da Fundação Cultural da Rua da Cidadania do bairro Pinheirinho. Maureen foi chamada ao palco para falar um pouco sobre o que é a feira, uma fala que durou menos de cinco minutos, ela falou sobre o mês da consciência negra e como é importante se trabalhar na luta antirracista. Seguinte a isso, foi chamada a responsável pelo projeto “Musicar”, Ângela Sasse, mulher branca, que também fez uma breve fala onde contou sobre seu trabalho com crianças da rede municipal de ensino. O apresentador chama um representante da prefeitura para fazer uma fala, o mesmo diz que o prefeito Rafael Greca não pode estar presente pois estava na inauguração do carrossel de Natal no Passeio Público, no centro da cidade. O apresentador pontua que a atividade daquele dia faz parte de uma das cláusulas dos editais de incentivo. Assim como Márcia previu, com a apresentação das crianças, a praça esvazia-se e nesse momento o evento abre espaço para a programação do Instituto.

FIGURA 21 – FEIRA EDIÇÃO NOVEMBRO



FONTE: A autora (novembro, 2019).

O evento vai se encaminhando para o final, um grupo de capoeira está na programação, mas com atraso, resolvem chamar alguém para entreter o público. Então Black G, um rapper que já havia se apresentado na feira na edição de setembro, que também é namorado de Will, assume o palco. Ele estava bebendo fazia algum tempo, ao lado de Maureen em uma das barracas, ao ser chamado pelo apresentador ao palco, acaba subindo com a latinha na mão, no mesmo instante foi repreendido pelo mesmo com a seguinte frase, “deixa a latinha com alguém, você não pode subir aqui com isso, tem que dar o exemplo para as crianças”. A questão foi o tom com que a frase foi dita, percebi que outras pessoas que estavam ao redor da praça se aproximaram para ver bem o que estava acontecendo. Vi que as mulheres do Instituto mudaram seus semblantes, ficando um pouco constrangidas. Black G cantou três músicas, logo o grupo de capoeira chega, faz uma breve apresentação e a feira se encerra com uma sensação um pouco estranha no ar.

Essa estranheza me fez refletir sobre a forma como a feira foi tomada por um evento que não tinha relação com a comunidade negra, principalmente por ter sido no mês de novembro, que é quando existe uma agenda de ações por toda a cidade com a finalidade de enaltecer os debates raciais. Durante toda a edição a sensação de tomada de espaço era grande, pois o Instituto tem trabalhado assiduamente na

ocupação daquele local, para que, em um mês tão importante, o real significado por todos estarem ali se perdesse – na verdade, fosse retirado.

O mais interessante foi que, diante disso, a feira da edição de novembro, mês da consciência negra, que originalmente tinha como programação homenagear Zumbi dos Palmares, acabou se perdendo, se tornando um outro evento bem diferente da feira propriamente dita. Sendo assim, fica visível como o Estado enxerga a existência da feira, não levando em consideração sua importância na agenda política e militante da comunidade negra local.

3.5.2 A Gestão de espaços públicos em Curitiba

Para entendermos melhor esse acontecimento, é importante compreender como ocorre a gestão de espaços públicos em Curitiba. O primeiro ponto que chama a atenção é o fato de que a cidade não possui uma Secretaria de Cultura, sendo assim, todas as tomadas de decisões em relação às atividades culturais e artísticas são feitas pela Fundação Cultural de Curitiba (FCC) e pelo Instituto Curitiba de Arte e Cultura (ICAC).

A cidade de Curitiba possui várias praças, cuja gestão é de competência da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, mas se a praça possui outros agregados os poderes se dividem. Por exemplo, a praça Zumbi dos Palmares possui equipamentos para atividade física e canchas de esporte, esses detalhes ficam a cargo da Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude (SMELJ). Com isso se formam várias fronteiras de poderes em um mesmo espaço, o que leva à dificuldade de tomar algumas decisões. Quando uma feira é colocada no espaço de uma praça, como é o caso da feira Cultural e do Afroempreendedorismo, a Secretária Municipal de Urbanismo (SMU) é envolvida por questão de alvará, assim como a Fundação Cultural, que faz a interface da seleção por meio de editais, e, se tem alimento, traz parte de Secretária de Saúde por conta da vigilância sanitária. Diante disso, o evento tem que lidar com uma hierarquia de saberes e gestão – por exemplo, no caso da liberação para venda de alimentos de consumo imediato, de responsabilidade da vigilância sanitária, a instituição possui uma espécie de superioridade em relação à Fundação Cultural.

Dentro dos poderes que perpassam pelo evento, a Fundação Cultural é a que possui menos autonomia, o que interfere na estrutura da feira e em como ela é vista

na cidade. Esse representante que estava presente na edição do mês de novembro é um gestor da Fundação Cultural dentro da Regional do Pinheirinho, ou seja, ela não possui tanta autonomia assim para que as coisas aconteçam de forma positiva para a feira. Nessa situação em específico, ele estava atuando apenas no papel de “representar o representante” da Fundação, já que o representante oficial não estava presente.

Outro ponto importante são as presenças, pois existem formas de saber se o evento é visto com relevância pela prefeitura da seguinte forma: quem são as pessoas que estão presentes no local e, no caso das feiras, se está inserida no roteiro de feiras livres no site da prefeitura³⁰. Até a finalização desta pesquisa, a feira do afroempreendedorismo não estava incluída nesse roteiro e, além da edição do mês de novembro, nas outras edições não se teve a presença de nenhum representante oficial da prefeitura.

Então, para que as mudanças realmente acontecessem na feira e tivesse a estrutura tão sonhada pelas organizadoras, seria necessário que o administrador geral da regional do Pinheirinho, que é a pessoa que possui o poder de interligar as secretarias, de realmente colocasse a mão na massa – mas onde fica o interesse em agir em prol de um evento proposto pelo movimento negro? Depois de conhecer a história da praça e toda a luta que foi feita pelas organizadoras do evento, podemos imaginar os motivos que levam a esse não interesse em contribuir para o sucesso da feira. A seguir, trarei o cenário das relações do Estado e as etnias nos tempos atuais para que, talvez, você, meu caro leitor, consiga entender onde quero chegar.

3.6 O RACISMO VISTO A PARTIR DAS RELAÇÕES COM O ESTADO BRASILEIRO

Durante a fala das minhas interlocutoras e enquanto observava alguns acontecimentos em campo, foi nítido perceber o quanto o racismo atua de forma estrutural no cotidiano, não somente na feira em si, mas na vida pessoal de cada uma. Silvio Almeida (2019, p. 77), filósofo negro que vem ganhando espaço nos últimos

³⁰ Até a conclusão desta pesquisa a feira Cultural e do Afroempreendedorismo não havia sido incluída no roteiro oficial de feiras da cidade que está presente neste link de acesso público: <https://turismo.curitiba.pr.gov.br/conteudo/feiras-de-bairros/1029>. Acesso em 16 de novembro de 2021.

anos dentro do cenário de pensadores sobre as questões raciais, classifica o racismo como “(...) uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas consciente ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo social a qual pertencem”. Segundo Ângela Figueiredo (2008), antropóloga negra, citando Stolcke (1991), o racismo é “(...) uma das características mais marcantes das sociedades ocidentais é a capacidade de atribuir uma origem natural, às desigualdades sociais”. Este mecanismo assegura quase que uma ordem/desordem natural dos fenômenos sociais. Assim, a partir deste raciocínio, os diferentes marcadores sociais acabam por se tornarem em “(...) subprodutos de um mesmo discurso que visa legitimar práticas de dominação masculina racial e de classe, nas sociedades ocidentais” (FIGUEIREDO, 2008, p. 241).

Essas práticas se materializam através de ações por parte do opressor fazendo com que a pessoa, neste caso, negra, sofra com diversas exclusões em diferentes âmbitos sociais. Diante disso, ao falar sobre racismo estrutural, estamos nos referindo a “(...) uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo 'normal' com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional” (ALMEIDA, 2019 p. 33). No cenário nacional, o racismo atua como uma “(...) construção ideológica e um conjunto de práticas, que passou por um processo de perpetuação e reforço após a abolição da escravidão, na medida em que beneficiou e beneficia determinados interesses” (GONZÁLEZ, 1979, p. 34).

Os agentes públicos, com suas burocracias, executam um papel importante na consolidação do racismo quando atuam de forma parcial nas tomadas de decisões diante de assuntos que envolvem a população negra. A violência acontece de forma escancarada, quando observamos a ação policial em um espaço negro, e de forma sutil na postura do representante da prefeitura na edição de novembro e na dificuldade da organização em conseguir a liberação para venda de alimentos africanos na feira do afroempreendedorismo. Por mais que a organização cumpra todas as normas técnicas e burocracias exigidas, ainda assim não é possível que as vendas sejam realizadas. A justificativa é de que os pratos típicos africanos e afro-brasileiros, como o acarajé, poderão causar problemas para a saúde dos curitibanos. O racismo como parte do sistema burocrático traduz as indiferenças que o “eu” tem diante do “outro”,

pois o discurso oficial é construído para favorecer alguns interesses hegemônicos da sociedade.

A tarefa é, pois, identificar os materiais com os quais cada Estado constrói suas próprias origens, traçando modos pelos quais poderosos interesses – ou atores mesquinhos – cooptam esses materiais a fim de criar a sua própria autoridade. É também nos mesmos materiais que os cidadãos encontram as fontes que precisam para lutar contra oficiais inoportunos, que alegam estar cumprindo ordens do Estado. (HERZFELD, 2016, p. 55).

Diante disso, entendemos o conceito de “racismo institucional”, que acaba, em alguns momentos, se mostrando de maneira “(...) menos evidente, muito mais sutil, menos identificável em termos de indivíduos específicos que cometem os atos” (ALMEIDA, 2019, p. 29), ocorrendo um “(...) tratamento desigual nas operações cotidianas tais como em sistemas e agendas educativas, mercado de trabalho, justiça criminal, etc.” (KILOMBA, 2019, p. 78). Essas práticas reforçam a forma através da qual a sociedade enxerga tudo que envolve a promoção da cultura e da pessoa negra.

Acrescentaria o fato de que também a vivência do racismo é diferente para homens e mulheres. Os homens negros, sobretudo, os jovens negros estão mais expostos à violência física institucionalizada ou não; enquanto que as mulheres são mais vulneráveis a outro tipo de violência, não somente aquelas que condicionam a aparência às oportunidades de trabalho (CARNEIRO, 1995), mas, principalmente, as que estão relacionadas às representações sobre o corpo e à construção de padrões de beleza hegemônicos que desconsideram a existência da beleza negra. (FIGUEIREDO, 2013, p. 247).

Pensando em aspectos relacionados à participação da prefeitura e de instituições na promoção da feira do afroempreendedorismo, é possível ver como o racismo serve de pano de fundo, diante dos entraves burocráticos, para que a feira aconteça com a ausência de políticas públicas que auxiliem sua execução, diferente do que ocorre com outros eventos curitibanos. Essa situação é apenas um reflexo de como os representantes burocratas “se aproveitam” desse lugar de privilégio em que estão para continuar a manutenção do tipo ideal de população.

Os burocratas, que têm o poder de admitir cidadãos para dentro da imagem nacional, também operam como poderosos chefões e patrões que retraduzem o Estado homogêneo em termos sociais e que controlam a definição de qual é ou não a forma correta (nos sentidos burocrático e abstrato da palavra!). (HERZFELD, 2016, p. 105).

O conceito do racismo estrutural é de extrema importância para entender melhor a ação das burocracias, pois através dele é possível perceber como a prática discriminatória não atua somente no nível individual, mas transcende alcançando o coletivo. Esse racismo estrutural é representado por espaços, seja o próprio governo e empresas privadas, instituições que se apropriam do poder, este que “(...) combinado com o preconceito forma o que entendemos como racismo” (KILOMBA, 2019, p. 76), e atuam de forma minuciosa na perpetuação da discriminação racial, pois

(...) a dimensão do poder como elemento constitutivo das relações raciais, não somente o poder de um indivíduo de uma raça sobre outro, mas de um grupo sobre outro, algo possível quando há o controle direto ou indireto de determinados grupos sobre o aparato institucional. (ALMEIDA, 2019, p. 31).

As instituições de forma geral acabam agindo como uma barreira para que o racismo burocrático atue de forma segura e inquestionável, fazendo com que elas “(...) produzam as condições para o estabelecimento e a manutenção da ordem social” (ALMEIDA, 2019, p. 31), assim, “as políticas e as práticas fazem com que a pessoa negra, e toda bagagem que vem com ela, não se encaixam naquela visão hegemônica que o sistema coloca como o correto” (DÁVILA, 1970, p. 148).

Nessa situação descrita, podemos ver um representante do Estado agindo da maneira que o sistema impõe as ações. É importante entender a dimensão simbólica que essa ação representa diante de um processo de institucionalização do indivíduo, no caso, do funcionário da prefeitura que está à frente do evento. “Uma única pessoa possui diferentes papéis e assume relações contratuais unidirecionais com distintas pessoas” (COHEN, 1978, p. 73), ou seja, se o indivíduo está em seu espaço de trabalho, ele irá despenhar as funções que lhe foram atribuídas. Contudo, diante de suas ações, não se pode segmentar aquilo que faz parte de sua performance enquanto empregado e aquilo que faz parte de sua personalidade em sua totalidade, pois as ações não acontecem de forma mecânica, “(...) assim, um papel contratual requer julgamento e a ação da personalidade integral, envolvendo, ao menos em certos estágios, interação com outros seres humanos, isso independe do grau de especialização que ele comporta” (COHEN, 1978, p. 73).

Em um âmbito de mercado de trabalho, discussão que tem se mostrado presente nesta pesquisa, é importante entender como esses fatores apresentados até

o momento reverberam quando pensamos a mobilidade social do negro na sociedade brasileira. Mesmo me dedicando, mais a frente, a trazer o cenário do mercado de trabalho para as mulheres negras, é de relevância compreender como o período escravocrata e o pós-abolição deixaram em nossas vidas resquícios da colonialidade.

A abolição constitui um episódio decisivo de uma revolução social feita pelo branco e para o branco. Saído do regime servil sem condições para se adaptar rapidamente ao novo sistema de trabalho, à economia urbano-comercial e à modernização, “o homem de cor” viu-se duplamente espoliado. Primeiro, porque o ex-agente de trabalho escravo não recebeu nenhuma indenização, garantia ou assistência; segundo, porque se viu, repentinamente, em competição com o branco em ocupações que eram degradadas e repelidas anteriormente, sem ter meios para enfrentar e repelir essa forma mais sutil de despojamento social. (FERNANDES, 2007, p. 66).

A elite branca se beneficia das burocracias do Estado, alimentando os mecanismos que dificultam a vida da população negra, seja no mercado de trabalho, na educação, saúde e qualidade de vida. A população negra torna-se, diante dessa relação, “(...) vítimas de um sistema perverso e, ao mesmo tempo, sujeitos de ação, porque denunciam e lutam para mudá-lo” (RIBEIRO, 2018, p. 36) e mesmo assim, “(...) onde quer que os cidadãos culpem a burocracia por alguma humilhação constrangedora, eles reafirmam a própria teologia do Estado” (HERZFELD, 2016, p. 43). Ou seja, as práticas punitivas impostas pelo Estado dentro da relação com outros grupos estão construídas de forma tão sólida que se torna difícil de enxergar mudanças realmente acontecendo em um campo tomado por confrontos e negociações intermináveis.

3.7 A FEIRA ENQUANTO LUGAR DE FALA

A fala, como uma das principais ferramentas de comunicação que atua como formadora de princípios e, em alguns estudos, atua sob a forma de decretos, aparece na feira como marcador político. Durante todo evento, em todas as edições, pude presenciar a fala sendo exaltada através de palavras de força e militância. Na edição do mês de julho, em que cerca de 23 mulheres negras foram homenageadas, algumas até trouxeram em suas falas vivências do ser mulher negra em diferentes aspectos. As experiências individuais ajudam a compreender as experiências do coletivo.

Essa categoria de fala vem sendo trabalhada com muita força nos últimos anos, principalmente por Djamila Ribeiro (2019, p. 57), prática que ela afirma como

uma “(...) tentativa de analisar os diversos discursos a partir da localização de grupos distintos (...)”, levando em consideração suas especificidades enquanto etnicidade. Esse conceito vem para nos auxiliar a entender como o racismo burocrático atua em alguns momentos e, acerca disso, é possível dialogar com o que González (1979) traz sobre a construção do racismo enquanto discurso.

Na medida em que o racismo, enquanto discurso, se situa entre os discursos de exclusão, o grupo por ele excluído é tratado como objeto e não como sujeito. Consequentemente, é infantilizado, não tem direito a voz própria, é fala por ele. E ele diz o que quer, caracteriza o excluído de acordo com seus interesses e seus valores. No momento em que o excluído assume a própria fala e se põe como sujeito, a reação de quem ouve só pode se dar nos níveis acima caracterizados. (GONZALEZ, 1979, p. 43-44).

Mas a fala, quando negada, age com violência contra aquele que é calado. Na edição de novembro, como já foi descrito anteriormente, a feira foi apropriada pelo Núcleo da Fundação Cultural de Curitiba da Regional do Pinheirinho para que concomitantemente ocorresse um outro evento, atividade que faz parte da contrapartida social de um outro projeto que havia sido contemplado pelo edital de leis de incentivo, o Musicar. Naquele dia, a estrutura física da feira estava completamente diferente do que normalmente é, com toldos, brinquedos para as crianças, entre outros aparatos. Importante salientar que esse dia foi a única vez, pelo menos de todos os meses em que acompanhei a feira, que as organizadoras não trabalharam como “mestre de cerimônias” conduzindo o evento, era nítido como o espaço de fala delas havia sido tomado. Como bem articula Ribeiro (2019, p. 65) “o falar não se restringe ao ato de emitir palavras, mas de poder existir”, ou seja, todo evento é conduzido pelas organizadoras, são emitidas palavras que constituem a alma da feira, são espécies de decretos que materializam, através de palavras para o coletivo, o porquê elas estão ali, reforçando suas existências como mulheres, negras e empreendedoras.

Quando pensamos nesse processo de troca em que a palavra consiste, logo lembramos do dom enquanto ato de estabelecimento de relações baseadas em trocas entre pares ou não, pois são as “(...) palavras, frases e discursos que o ser humano produz e troca em primeiro lugar com os outros” (GODBOUT, 1992, p. 21). Para que o processo de troca seja válido, é necessário que exista o ato de dar a palavra e não a retirar, não deve existir uma monopolização no pensamento e de sua materialização diante do ato da fala, e “(...) se alguém retiver por um certo tempo, que o faça tendo em vista carregá-la de mais valor ainda quando ela foi restituída” (GODBOUT, 1992,

p. 21). O que vem do processo e que deve ser levado em consideração é sobre as relações estabelecidas entre representantes do Estado e a elite local, pois estamos falando de um cenário cujo tema principal é a detenção do poder diante da sociedade e sob outros grupos. Os interesses mercantil e político são colocados em jogo, constituindo em sistema. Claro que não devemos reduzir o dom aos interesses econômicos e de poder, pois esse conceito diz respeito ao sistema social em sua totalidade.

Quando o representante da regional do Pinheirinho³¹ assumiu a condução do evento, percebi o quanto um certo desconforto pairou no ar, uma ausência de poder transpor essa existência coletiva que sempre é trabalhada em cada edição da feira como parte da formação da etnicidade. Ou seja, uma afronta à coletividade, apreendida como uma deslegitimação das lideranças que, a cada edição da feira, organizam e coordenam as atividades realizadas na Praça. Não sei ao certo o porquê a feira foi escolhida como espaço para a realização dessa atividade, mas era possível perceber que as organizadoras do Instituto não estavam mais com as “rédeas” do evento, pois toda a programação havia sido alterada, o público era completamente diferente do que normalmente frequenta o local, era como se houvessem penetrar em uma festa familiar.

Nesse mesmo dia, outro fato curioso aconteceu, quase chegando ao fim do evento, quando foi dada a oportunidade de que uma atividade de programação da feira fosse finalmente realizada, um dos artistas foi chamado para subir ao palco. Ao se dirigir ao local, foi repreendido pelo apresentador por estar com uma lata de cerveja na mão, mas essa repreensão se deu de uma forma que chamou atenção de outras pessoas que estavam ao redor da praça, pois percebi olhares de curiosidade e julgamento. Assumir o local de fala também é impor limites, é colocar o outro e suas práticas culturais no lugar da subalternidade, reforçando outros estereótipos de opressão. Pensando de forma mais específica, a fluidez dos marcadores de gênero e raça faz com que, em alguns momentos, o homem negro consiga se colocar como

³¹ Regional é a área de abrangência de cada território em que a cidade está dividida administrativamente. Curitiba possui dez Regionais, destinadas à operacionalização, integração e controle das atividades descentralizadas. Em casa Regional, possui uma Rua da Cidadania que é o equipamento público onde são ofertados os serviços de infraestrutura urbana, ambiental, econômica e de caráter social. Nas Ruas da Cidadania estão implantadas as Unidades Administrativas de diversos órgãos e entidades do poder público municipal que atuam de forma regionalizada e, em algumas, também das esferas estadual e federal, espaços de esporte e lazer comunitários e rede de comércio. Fonte: <https://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/o-que-sao-regionais/80>.

sujeito, e às vezes não. Para Herzfeld (2016, p. 83), o Estado, junto com seus representantes que atuam para aplicar as burocracias impostas pelo sistema, representam “(...) a sua versão miniatura da identidade nacional”, ou seja, a pessoa que está naquele espaço a serviço do sistema atua para que os estereótipos se legitimem e que as ações dos indivíduos sejam contidas dentro do modelo que o Estado entende como correto. Ações como essa contribuem para que a “(...) rejeição burocrática dos indivíduos coletivamente “diferentes” os priva de sua individualidade” (HERZFELD, 2016, p. 91).

3.8 ESTADO E ETNIAS NO MUNDO MODERNO

Antes de partir para análise das ações do Estado e o racismo presentes no campo aqui estudado, é importante dar um passo para trás e entender como o Estado se relaciona com as diferentes etnias no cenário atual em que vivemos. Para começar, é preciso compreender como o conceito de Estado opera diante da ideia de nação, que é algo que cuja definição precisa é de difícil elaboração, mas que “(...) no sentido daqueles que os empregam, que de certos grupos de pessoas pode ser esperado, diante de outros, um sentimento de solidariedade específico, pertencendo, portanto, à esfera de valores” (WEBER, 2009, p. 172). No entanto, essa espécie de vínculo que se pressupõe que a nação possui não passa de palavras, pois na prática as relações funcionam de forma bem diferente, principalmente quando levamos em consideração fatores denominados como elementos étnicos dos grupos inseridos em uma determinada localidade. Ainda assim, “(...) a ideia de nação tende a incluir a ideia da origem comum e de uma semelhança no modo de ser (de conteúdo indeterminado), partilha isso com o sentimento de comunidade 'étnico', também alimentado por fontes diversas” (WEBER, 2009, p. 173).

O Estado opera como uma “(...) estrutura de poder imperialista que exige a entrega pessoal incondicional” (WEBER, 2009, p. 172), atrelado aos interesses materiais e imateriais, em especial políticos, da elite local, em que mesmo que essa elite não ocupe diretamente esse espaço, consegue ter sua participação de maneira formal nas tomadas de decisões, uma espécie de “impérios anônimos” (COHEN, 1978, p. 152). Essa organização privilegia um certo grupo social, assumindo assim a influência sob o conceito de “nação”.

Pensando nisso, reflexões antropológicas em diferentes campos de pesquisa têm identificado como o poder atribuído para um grupo específico contribui para o processo de estratificação. Isso porque “(...) conforme a base da desigualdade seja o poder, o prestígio, ou uma combinação dos dois, e as classes sejam concebidas em comum como implicando uma hierarquia de poder (tanto político quanto econômico), as castas e o estado” (DUMONT, 2008, p. 310). Aprofundando mais essa discussão, Weber, citado por Cohen (1978), problematiza as três dimensões do processo de estratificação, que seriam classe, status e partido.

Nesse modelo, a diferenciação entre classe e política só pode ser mantida quando se adota uma definição muito estreita do poder e da política. O poder é definido em termos da política do Estado, e tem sido fácil para os sociólogos assinalar muitos casos de “incongruências” entre o poder político e o econômico. Por exemplo, afirma-se que certos grupos, embora detenham riquezas, não participam do poder político. (COHEN, 1978, p. 151).

A partir desse conceito onde a sociedade pressupõe uma união que na verdade é inexistente, as desigualdades sociais fazem com que “(...) a diferença e a diferenciação tendem, mesmo que entre nós, assumir um aspecto hierárquico e a se tornar desigualdade, ou discriminação, permanentes e hereditários” (DUMONT, 2008, p. 311), ou seja, as opressões se tornam estruturais em nossa sociedade, reverberando em todas as gerações que fazem parte dos grupos subalternizados pelo sistema. Mais do que isso, é relevante entender que existem mecanismos que fortalecem esse processo, mantendo a herança de desigualdade. Por exemplo, na Índia, esse fenômeno atua de forma coletiva, onde

(...) se passa como se só os caracteres físicos fossem essencialmente coletivos, onde tudo o que é mental tende a ser, primeiro individual. (Assim, as diferenças mentais serão atribuídas aos tipos físicos.) Isso é buscar coisas muito longe? É apenas insistir na ascendência cristã do individualismo e do igualitarismo modernos: o indivíduo só tem “próximos” (mesmo seus rivais são tomados como sujeitos), e ele acredita na igualdade mobiliária de todos os homens tomados em particular; ao mesmo tempo, para ele a inferioridade coletiva de uma categoria de homens, quando está interessado em afirmá-la, se exprime e se justifica pelo que os diferencia fisicamente de si mesmo e de seu grupo. Em suma, a proclamação da igualdade fez explodir um modo de distinção centrado no social, mas que misturava indistintamente aspectos sociais, culturais e físicos. O dualismo subjacente conduzia, para reafirmar a desigualdade, a colocar na frente aspectos físicos. (DUMONT, 2008, p. 314).

O racismo, enquanto prática que é oriunda dessa hierarquia, se mostra como um fato complexo, em que essa distinção entre “eu” e o “outro” atua como parte

de estruturação dessa opressão, que diz respeito à relação do branco com o negro, na qual fatores construídos socialmente mantêm as engrenagens que fortalecem a desigualdade social. Assim, “(...) a ascensão do 'negro' e do 'mulato' estará dentro de um processo de acumulação de vantagens que privilegia o “branco” (FERNANDES, 2007, p. 29). As burocracias do sistema contribuem para que esses privilégios continuem existindo mesmo com o passar das gerações. Esses privilégios estão presentes em diversas áreas da sociedade, seja no momento de conseguir uma vaga de emprego, dentro de relacionamentos interpessoais ou até no acesso aos direitos básicos do ser humano. Ser branco na sociedade brasileira faz com que as pessoas alcancem com mais facilidade espaços de visibilidade e legitimidade.

Olhando através de uma perspectiva da interseccionalidade, esse sistema vai trabalhar para manter cada vez mais a mulher negra na base da pirâmide social, impedindo sua mobilidade e ascensão. “Quem possui privilégios sociais tem interesse em criar mecanismos para mantê-los, seja pela ciência, pela arte, pela educação” (RIBEIRO, 2018, p. 77), e complemento, também pela burocracia. Por outro lado, há um processo constante de resistência e de subversão desse sistema, como podemos ver com as interlocutoras dessa pesquisa. A maioria tem cursos superiores e são aposentadas, elas atuam ativamente para desestruturar os efeitos perversos do sistema.

Diante disso tudo, podemos compreender o quanto a existência da feira é importante, mas também exige um árduo trabalho por parte das organizadoras, em especial para enfrentar todas essas adversidades que fazem parte de um sistema muito maior. Para elas, se colocar dentro dessas relações é mais do que necessário para que consigam reivindicar seus ideais e alcançar cada vez mais legitimidade na cidade, não somente como produtoras de cultura, mas como parte orgânica do movimento negro local. Para que a força não acabe, elas se organizam, criando assim um coletivo que ultrapassa os limites de apenas pensar e organizar um evento. Sugiro que, desse modo, elas produzem conexões que conformam o grupo de afroempreendedoras enquanto componentes de uma mesma família, como elas mesmas assumem.

4 AQUILOMBAR-SE

4.1 PERSPECTIVAS DE PESQUISADORAS NEGRAS SOBRE AFROEMPREENDEDORISMO

Antes de entrarmos propriamente no que viria a ser essa utopia negra que conseguimos identificar acontecendo na praça durante a feira, acredito ser importante trazer alguns fundamentos sobre o que vem a ser afroempreendedorismo no campo conceitual. Para Santos (2019, p. 36), “afroempreendedorismo, em sentido amplo, diz respeito ao movimento empreendedor realizado por negras e negros”. Esse movimento, segundo ela, pode ser focado em um modelo de negócio que pense de forma ampla, como por exemplo abrir um supermercado, uma loja de roupas ou um restaurante, mas também pode ser uma modalidade de negócio focado nas pessoas negras como público-alvo, envolvendo apenas pessoas negras em todo processo produtivo, marketing, funcionários negros, etc. “Ambas as modalidades são classificadas pela autora como “*latu sensu* (sentido amplo) (...) e (...) *scripto sensu* (sentido estrito)” (SANTOS, 2019, p, 36).

Mais do que “apenas” um corpo negro frente a um negócio, o afroempreendedorismo articula posicionamentos ideológicos e políticos. Segundo Oliveira (2019, p. 21), “o afroempreendedorismo enquanto fenômeno em desenvolvimento e que carrega uma gama de variáveis sociológicas como racismo, antirracismo, identidade, trabalho, renda, educação, entre outras (...)”, onde esses fatores entram em diálogo com o modelo de negócio proposto. Ser um afroempreendedor se constitui como algo além de apenas obter lucros e/ou forma de subsistência. O afroempreendedorismo também segue o mesmo caminho, em que Santos (2019) categoriza alguns “princípios reitores” – dentre eles, chamo atenção para a “unidade racial”, que seria a carga política que esse modelo de negócio carrega, “rompendo com práticas coloniais”, e ainda,

(...) fazendo-se necessário que se estabeleçam relações mais próximas entre negros empreendedores, de modo a permitir através de uma união de forças aconteça uma maior circulação de renda entre negros e que estes possam ocupar melhores lugares na pirâmide social. (SANTOS, 2019, p. 40).

Outra categoria com que a autora trabalha se refere à relação do modelo de negócio com a “valorização da ancestralidade”, conceito que a autora traz com a responsabilidade de enaltecer a história dos antepassados, pois, segundo ela, “esse movimento pela valorização da ancestralidade também repercute na construção da autoestima negra e na conformação de identidade (...)” (SANTOS, 2019, p. 41). Esse processo é materializado quando percebemos o agenciamento da estética negra nos produtos e serviços ofertados por empreendedores negros, pois, assim, o discurso se torna visual, criando uma comunicação clara e objetiva.

Para além do que Santos (2019) traz, dentro do contexto no qual estou trabalhando, o afroempreendedorismo surge em duas categorias, a partir daquelas pessoas que realmente têm apenas como opção abrir seu próprio negócio por necessidade, e das pessoas que estão ali por conta da militância, como é o caso das próprias Márcia e Will, considerando que a primeira é professora concursada e a segunda é aposentada pelo estado.

Nós temos dois públicos, quem vive de feira, que precisa, então, que a gente esteja colocando online, ativando, estimulando nesse sentido, mas tem aquele que tem outras rendas, que no caso do afroempreendedorismo é muito mais para a militância, então a frequência é desses dois perfis. (Márcia Reis).

Diante dessa categoria em que o ato de empreender se torna uma ferramenta de luta e ocupação, destaca-se o caso da marca de Márcia com sua irmã, Maureen, denominada *Negra Kaetê*, que recebeu esse nome para homenagear a etnia a qual seu pai acredita que tenham como descendência, onde a tradição da mulher como centro do poder familiar é forte. As peças de decoração têm como temáticas a representação do universo feminino africano, trazendo referenciais estéticos em suas cores e formas. Assim como Márcia, sua irmã também não tem a marca como fonte central de subsistência, Maureen é psicóloga e policial militar aposentada.

Considerando o contexto brasileiro, nos últimos anos, tem-se visto um crescente no número de pesquisas acadêmicas e institucionais sobre afroempreendedorismo em todo território nacional. um exemplo é o Projeto Brasil Afroempreendedor vinculado ao Instituto Adolpho Bauer que fez, em 2016, um levantamento sobre o perfil do afroempreendedorismo brasileiro, monitorando os pequenos negócios comandados por pessoas negras e pensando em políticas públicas para o fortalecimento desse tipo de modelo de negócio. Dentre os resultados

obtidos estão: de 1.277 afroempreendedores que foram entrevistados, 748 eram mulheres (cerca de 59%), com a faixa etária entre 30 e 40 anos, classe média, tiveram acesso ao ensino superior, mas havia aberto seu próprio negócio por necessidade. Outro dado interessante é que, a partir do número total de entrevistados, os produtos e serviços mais oferecidos são das áreas de moda e confecção, artesanato e comércio varejista (MICK, 2016), sendo que mais de 57% correspondem às empresas familiares, enquanto mais de 48% com a participação da família nuclear (cônjuge e/ou filhos).

Esse perfil apresentado pelo Projeto Brasil Afroempreendedor vai de encontro com dados apresentados em uma etnografia realizada na década de oitenta pela antropóloga Ângela Figueiredo (2012). Em “Classe Média Negra: trajetória e perfis”, a autora busca traçar um cenário econômico, de trabalho e classe da população negra em Salvador, e, em um capítulo de sua obra, a questão do empreendedorismo negro está presente. Assim, após entrevistar alguns empresários negros, traz o que viria a ser o perfil do afroempreendedor naquele momento e contexto.

(...) podemos esboçar o perfil do empresário negro como um indivíduo do sexo masculino, casado, que tem entre 25 e 45 anos de idade, chefe de família, possui o primeiro grau incompleto e é filho de trabalhadores manuais ou agrícolas. Eles são proprietários de pequenas e médias empresas instaladas fora da residência, provavelmente são donos de um comércio no ramo da alimentação e trabalham com duas a cinco pessoas, dentre as quais podem estar incluídos os membros da família. Comparados ao grupo branco, os empresários negros são mais jovens e menos escolarizados. (FIGUEIREDO, 2012, p. 109).

Outro trabalho interessante que aborda essa questão do afroempreendedorismo, com um contexto mais semelhante ao abordamos nesta dissertação, é o da Gleicy Mailly da Silva, pesquisadora negra, que em sua tese de doutorado em Antropologia produziu uma etnografia sobre a Feira Preta em São Paulo, evento criado por uma mulher negra que tem ganhado grandes proporções nos últimos anos. Neste trabalho, Silva (2017) traz relatos da criadora da feira, Adriana Barbosa, e de algumas outras afroempreendedoras que participam do evento. A pesquisadora também traz a potencialidade política que esse evento possui, como se constitui em um espaço de mobilidade social feminina, e ainda traça um perfil de uma empreendedora da cultura, pois, assim, se tornou possível trabalhar a “(...) complexidade e seriedade dos projetos que mulheres desenvolvem na construção de carreiras e vínculos sociais (...)” (SILVA, 2017, p. 253).

O afroempreendedorismo tal como conhecemos na atualidade resultou em um sistema econômico afro centrado denominado *black money*. Esse sistema teve origem nos Estados Unidos no início dos anos 2000 a partir do surgimento de bancos onde pessoas negras com alto poder aquisitivo patrocinavam projetos de afroempreendedores. Essa prática tornou-se comum e foi ganhando novos sentidos, trazendo a força da centralização da economia para e por pessoas negras; sendo assim, atua como uma das “(...) estratégias dos movimentos sociais negros para superar a exclusão social e a pobreza entre a população negra, como a criação de uma economia própria baseada na solidariedade étnica entre os próprios negros” (NASCIMENTO, 2019, p. 156), criando assim possibilidades para uma nova geração de empregos e fortalecendo a autonomia da população negra.

Sabemos que existe uma linha tênue entre teoria e prática. Por mais que a literatura mostre um afroempreendedorismo forte, a realidade é que os afroempreendedores passam por diversas dificuldades para que realmente consigam se sustentar daquilo que vendem. Muitas vezes, essa prática acaba sendo a única opção diante do cenário de desemprego brasileiro, principalmente para a nova geração. Um dos objetivos das mulheres do Instituto é lutar para que o afroempreendedorismo curitibano seja valorizado e reconhecido como tal – para que, finalmente, a teoria seja um reflexo do que acontece na vida real.

4.2 AS PREOCUPAÇÕES DA NOVA GERAÇÃO

Antes de buscarmos entender os dramas da nova geração, é importante entender o cenário no qual estamos adentrando. Como já mencionado aqui, o conceito de empreendedorismo, desde sua origem teórica até suas práxis, não possui uma compreensão quando o assunto é recorte de gênero, “(...) visto que as características empreendedoras podem ser encontradas tanto em homens quanto em mulheres, ainda que suas primeiras definições contemplassem quase que exclusivamente o público masculino” (STROBINO, 2016, p. 60). Nos últimos anos, é possível perceber um crescente número de mulheres empreendedoras no Brasil. Segundo dados do SEBRAE (2019), o país está em sétimo lugar no mundo com maior quantidade de empreendedoras em estágio inicial, ou seja, quando os modelos de negócios estão em seus primeiros 42 meses de existência.

Os estudos sobre empreendedorismo sob a ótica do recorte de gênero têm sido feitos desde os anos 70 em todo mundo. Isso se dá pelo fato de que no mesmo período estávamos vivendo a explosão da segunda onda feminista, que se iniciou dez anos antes, quando os debates sobre mulher no mercado de trabalho estavam em efervescência devido à pluralidade que o corpo do movimento feminista estava assumindo. As primeiras produções que se atentaram a falar sobre a temática surgiram na Europa, tendo como objetivo pensar “(...) a motivação, características de personalidade e perfil das empreendedoras, bem como as dificuldades enfrentadas por elas na criação de suas empresas” (GIMENEZ, 2016, p. 42-43). Já no Brasil, os estudos se intensificaram no início dos anos 2000, com a finalidade de compreender a origem e os motivos que levaram mulheres a abrirem seus próprios negócios contemplando nosso contexto local.

As motivações para que mulheres comesçassem a adentrar o mundo dos negócios se dá por diversos fatores, segundo dados do GEM (2019)³², dentre eles estão o alto índice de desemprego no país que atinge as mulheres, afirmação dada por cerca de 90% das empreendedoras entrevistadas. Outros dados interessantes dizem respeito ao grau de escolaridade delas, onde apenas 8% possuem ensino superior e a faixa etária varia de 35 a 54 anos. Pensar nesses dados contemplando o marcador de raça deixa a situação ainda mais complexa já que, segundo dados do IPEA (2018), mais de 50% das pessoas desempregadas do no Brasil são mulheres negras, isso sem considerar os dados do impacto da pandemia da COVID-19 nesse cenário.

O grande percentual de mulheres negras desempregadas suscita a reflexão sobre a “boa aparência” e como isso impede a presença de pessoas negras, principalmente mulheres, ocupando cargos de trabalho. O sistema com valores racistas age dentro das instituições como ferramenta de exclusão, e a “boa aparência” é uma prática de extrema violência direcionada para as mulheres negras, “(...) é o fato de que as instituições atuam na formulação de regras e na imposição de padrões sociais que atribuem privilégios a um determinado grupo racial, no caso, os brancos” (ALMEIDA, 2018, p. 31). Além da divisão sexual do trabalho, essas mulheres sofrem com os danos causados pela divisão racial do trabalho, dificuldade que

³² Monitoramento de empreendedorismo global ou GEM (sigla do inglês global *entrepreneurship monitor*) é o maior estudo unificado de atividade empreendedora no mundo.

(...) pode ainda ser amplamente constatada nas sociedades contemporâneas, pois mesmo em países onde o racismo não é abertamente praticado pelo Estado ou em que há leis antirracistas, indivíduos pertencentes a grupos minoritários recebem salários menores e estão mais expostos a trabalhos insalubres ou precarizados. (ALMEIDA, 2018, p, 65).

As mulheres negras são obrigadas a lidar com uma sociedade que estabelece um lugar no que diz respeito à inserção e à mobilidade no mercado de trabalho, fruto da estrutura burocrática que é racista, onde “(...) as pessoas brancas, de modo deliberado ou não, são beneficiárias das condições criadas por uma sociedade que se organiza baseando-se em normas e padrões prejudiciais à população negra” (ALMEIDA, 2019, p. 31). Esse fator do desemprego atinge com muita força as mulheres negras, fazendo com que o afroempreendedorismo seja o único caminho possível para sair desse estado de vulnerabilidade. O fator marcante deste debate é o que Márcia traz como “quesito boa aparência”, que é um parâmetro estético que coloca os traços negroides como inaceitáveis, fazendo com que jovens, como suas filhas, não consigam se inserir no mercado de trabalho.

Você tem um filho que você está dizendo que é para ele ficar no magistério, mas ele não consegue emprego, por que ele não consegue emprego? Porque ele não se enquadra na “boa aparência”, então ela vai na escolinha particular, ela não se enquadra na “boa aparência”, é linda, você olha e fala: “nossa, é linda, fui eu que fiz”, mas não importa, a estrutura racista ela te dá uma porta, ela te tranca. Então teve um tempo, um período aqui que foi bem tenso, porque uma delas que tá terminando ... elas são gêmeas, mas uma reprovou, então, uma termina agora e a outra termina ano que vem, aí uma delas falou assim: “eu vou entregar currículo pra tudo quanto é lugar”, e foi, sabe? Todo dia de manhã entregava currículo em escolinha aqui, escolinha ali, e não sei o que, “ah não, a mulher gostou de mim e falou que vai me ligar” e nunca liga! Então assim, isso é frustrante, então o que a gente chegou a conclusão: bom, com o afroempreendedorismo você não vai precisar... obviamente aqui em casa não há necessidade de algumas coisas porque a gente acaba subsistindo, né, eu trabalho, enfim, mas “pra tuas coisinhas você consegue ter”, então você consegue ter um dinheiro pra comprar um creme pro cabelo, você tem um dinheiro pra coisas que são básicas, né?, mostrando que você tá no mundo adulto, mas a sociedade não adianta, você vai dizer o quê? “Ah, é coincidência que não conseguiu um emprego”, não! A “boa aparência” que eles dizem que não pode colocar, que não sei o que, ele delimita, então com isso surge o afroempreendedorismo com muita força, porque daí o que eu sei fazer: eu sei vender, eu sou simpática, vou vender na internet, não sei o que, tanto que o delas começa tudo na internet, antes da pandemia, tudo na internet, tal, tal, tal, e agora já começa a dar uma ... um certo respiro, você vê que a coisa funciona, que anda, entende? Então, por quê? Porque daí a estrutura te fecha a porta e você tem que nadar, você não pode esperar que eles fiquem com a porta fechada, o dia que eles vão abrir a porta, porque eles não vão abrir, e é difícil dialogar com as pessoas, com a nossa estrutura, porque ela não negocia. (Márcia Reis).

As filhas de Márcia são duas jovens na faixa etária dos 20 anos que, a partir dessa experiência relatada pela mãe, começaram a frequentar a feira com a intenção de abrir seus próprios empreendimentos, assim, elas criaram o brechó Garimpretas, hoje o negócio cresceu, estendendo-se para Garimpretas *Braids* e *Nails*, onde oferecem os serviços de tranças e unhas. Essa realidade é muito comum na vida de mulheres negras e fica evidente quando analisamos dados como os apresentados nos Quadros 2 e 3 a seguir, através dos quais é possível perceber a diferença discrepante entre a porcentagem do porquê das mulheres negras resolvem abrir um negócio em relação aos homens brancos.

No que diz respeito aos ramos mais trabalhados, em primeiro lugar está o comércio de roupas, serviços domésticos (este com certeza possui um recorte racial mais acentuado), serviços de buffet e festas, salões e estabelecimentos na área da beleza, como loja de cosméticos, e por fim, restaurantes. Interessante que esses modelos de negócios fazem parte de um imaginário patriarcal de tarefas destinadas à mulher, sem falar que são empreendimentos que não necessitam de um investimento tão alto, pois existe uma dificuldade para mulheres conseguirem empréstimos em bancos, por exemplo. Outro dado apresentado pelo SEBRAE (2019) foi o tempo médio de trabalho das mulheres em relação aos homens, elas chegam a trabalhar cerca de 18 horas a menos, por conta das jornadas duplas ou até mesmo triplas de trabalho, que envolvem o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos em consonância com cuidar do negócio.

Quando afunilamos ainda mais os dados, pensando por um viés da interseccionalidade com a categoria raça, as estatísticas são ainda mais alarmantes. O SEBRAE (2019) publicou uma pesquisa em agosto do mesmo ano com dados complementares aos que apresentei anteriormente, que foi divulgada em março e através da qual a questão racial é abordada para se compreender o cenário do empreendedorismo feminino brasileiro. As comparações da situação da mulher negra no mundo dos negócios são feitas em relação ao homem branco, que é o topo da pirâmide social, seguido por mulheres brancas e homens negros. As diferenças encontradas entre os atores sociais deixam explícitas as dificuldades que mulheres negras possuem no mercado de trabalho e quando resolvem abrir seus próprios negócios.

Segundo dados do SEBRAE (2019), como é possível ver no Quadro 2 abaixo, o número de empreendedoras no Brasil no ano de 2019 somou quase 35%, sendo

que mais da metade são mulheres negras. Um dos principais fatores que resulta nessa busca é o fato de que o desemprego no país atinge com mais força este grupo social.

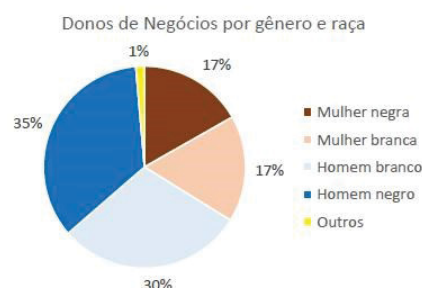
QUADRO 2 – EMPREENDEDORISMO FEMININO COM RECORTE DE RAÇA NO BRASIL

Empreendedorismo feminino no Brasil (I trimestre 2019)

*As mulheres (brancas + negras) representam 34,3% dos Donos de Negócio do país.
As mulheres negras representam quase metade deste contingente (16,8%)
Existem cerca de 4,7 milhões de mulheres negras Donas de Negócio (*)*

Donos de Negócio - I trimestre de 2019

		Gênero					
		Homem	%	Mulher	%	Total	%
Raça/cor	Branca	8.398.791	29,8%	4.803.961	17,0%	13.202.753	46,8%
	Negra	9.867.424	35,0%	4.727.731	16,8%	14.595.155	51,8%
	Outras	244.411	0,9%	142.756	0,5%	387.167	1,4%
	TOTAL	18.510.627	65,7%	9.674.448	34,3%	28.185.075	100,0%



Fonte: PNADC (2019), I trimestre

Nota: (*) Donos de negócio= Empregadores + Conta-Própria

(*) Donos de negócio=Indivíduos que estão à frente de um negócio (formal ou informal), como Empregador ou Conta Própria.

Especialistas em pequenos negócios / 0800 570 0800 / sebrae.com.br



FONTE: SEBRAE (2019).

Outros dados apresentados por essa mesma pesquisa apontam para outras características importantes presentes no perfil das afroempreendedoras brasileiras. O Paraná é o estado do sul do país que mais possui afroempreendedoras, sua faixa etária varia entre 35 e 44 anos, possuem menos escolaridade em relação às mulheres brancas, mas um pouco mais em relação aos homens. Também assumem com mais frequência a posição de chefes de casa, e cerca de 80% trabalham na informalidade, ou seja, sem CNPJ, enquanto 58% das mulheres brancas trabalham nas mesmas condições. As mulheres negras também trabalham, em sua grande maioria, sem sócios e sem funcionários, trabalham cerca de 7 horas a menos em relação às mulheres brancas³³, possuem uma renda quase 50% menor, têm como espaço de trabalho suas próprias residências, empreendem mais por necessidade do que por oportunidade, e seus principais ramos de trabalho são serviços domésticos e de salões de beleza – isso em comparação com mulheres brancas.

³³ Esse tempo a menos pode parecer estranho, mas ele diz respeito ao tempo que as mulheres negras possuem para dedicar aos afazeres domésticos e cuidados com os filhos, fazendo com que tenham menos tempo para se dedicar ao próprio negócio.

QUADRO 3 – OPORTUNIDADES X NECESSIDADES

Empreendedores(as) Iniciais do GEM – Oportunidade x Necessidade

*As mulheres empreendem menos por oportunidade que os homens
As mulheres negras empreendem menos por oportunidade que as brancas*



Fonte Global Entrepreneurship Monitor (2018)

Especialistas em pequenos negócios / ORGO 5.70 ORGO / sebrae.com.br

SEBRAE

FONTE: SEBRAE (2019).

QUADRO 4 – RAMOS DOS EMPREENDIMENTOS DE MULHERES BRANCAS E NEGRAS

Apenas Empreendedoras do GEM – Principais atividades

Empreendedoras negras têm maior participação em serviços domésticos e serviços ambulantes de alimentação

Empreendedoras negras		
1	SERVIÇOS DOMÉSTICOS (diaristas, cuidadores de crianças e idosos, jardinagem, camareiros, caseiros, cozinheiros, etc)	18%
2	CABELEIREIROS E OUTRAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE BELEZA	15%
3	RESTAURANTES E OUTROS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	13%
4	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	8%
5	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	7%
6	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	7%
7	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	4%
8	SERVIÇOS AMBULANTES DE ALIMENTAÇÃO	4%
9	ATIVIDADES DE ENSINO NÃO ESPECIFICADAS ANTERIORMENTE	2%
10	COMÉRCIO VAREJISTA DE OUTROS PRODUTOS NOVOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	2%
	Outras atividades	22%
	TOTAL	100%

Empreendedoras brancas		
1	COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS DO VESTUÁRIO E ACESSÓRIOS	13%
2	CABELEIREIROS E OUTRAS ATIVIDADES DE TRATAMENTO DE BELEZA	12%
3	Confecção de peças do vestuário, exceto roupas íntimas	11%
4	RESTAURANTES E OUTROS ESTABELECIMENTOS DE SERVIÇOS DE ALIMENTAÇÃO E BEBIDAS	11%
5	COMÉRCIO VAREJISTA DE COSMÉTICOS, PRODUTOS DE PERFUMARIA E DE HIGIENE PESSOAL	6%
6	SERVIÇOS DOMÉSTICOS (diaristas, cuidadores de crianças e idosos, jardinagem, camareiros, caseiros, cozinheiros, etc)	6%
7	FABRICAÇÃO DE OUTROS PRODUTOS TÊXTEIS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	5%
8	Comércio varejista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios - minimercados, mercearias e armazéns	4%
9	FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS NÃO ESPECIFICADOS ANTERIORMENTE	3%
10	ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS, EXCETO CULTURAIS E ESPORTIVOS	2%
	Outras atividades	27%
	TOTAL	100%

Fonte Global Entrepreneurship Monitor (2018)

Especialistas em pequenos negócios / ORGO 5.70 ORGO / sebrae.com.br

SEBRAE

FONTE: SEBRAE (2019).

Interessante observar que, em primeiro lugar dos empreendimentos criados por mulheres brancas, está o ramo do vestuário, e em relação às mulheres negras está o emprego doméstico. Isso nos faz perceber a diferença dos lugares sociais da mulher negra e branca na sociedade. O trabalho doméstico é uma realidade da vida das mulheres negras desde o período escravista brasileiro, quando grande parte delas atuavam nas casas dos senhores tendo como ocupação cuidar dos afazeres privados. Para além disso, essas mulheres tinham que trabalhar para a formação da produção

econômica da família para a qual estava a serviço, como, por exemplo, efetuar “(...) atividades relacionadas à produção familiar em setores como alimentação, vestuário, fabricação de equipamentos e utensílios para o trabalho” (ALGRANTI, 1997, p. 43). Como estamos falando de um período que baseava seu sistema econômico no processo de escravidão da população negra, era comum que a família branca tivesse uma empregada doméstica, ou mucama, se tornando símbolo de status social, algo que se perpetua até os dias atuais, com a presença do quartinho e do banheiro da empregada, demarcando de forma incisiva o lugar do trabalho doméstico na sociedade e quem deve fazê-lo. Mas como pensar essa modalidade de trabalho sendo categorizada nos dias atuais como empreendedorismo? Ainda no período império, o serviço doméstico e o trabalho de “ganhadeiras” se tornam as principais fontes de subsistência das mulheres negras, atingindo números bem maiores do que em relação a outros tipos de trabalho. “Os números correspondentes ao trabalho doméstico só ficavam atrás dos registrados nas vagas denominadas das categorias dos 'sem profissão' ou das ocupações 'mal definidas' ou 'desconhecidas'”. (SOUZA, 2012, p. 251).

Chegando aos dias atuais, vemos cenas como a citada acima, por Márcia, onde suas filhas sofrem a exclusão por parte do mercado de trabalho e buscam no afroempreendedorismo uma nova forma de existir e sobreviver. Mas é importante chamar a atenção, quando olhamos para esse passado que reverbera até os dias atuais, seja como memórias ou como história social, para a existência de um discurso neoliberal. Esse discurso coloca o empreendedorismo como categoria romantizada, tentando desfocar o fato de que existe uma precarização no mercado de trabalho brasileiro e que, através esse discurso do “jeitinho brasileiro”, acaba por, “(...) muitas vezes, precarizar ainda mais a situação dos trabalhadores, sobretudo para negros e negras” (BERTH, 2019, p. 74), e categorizá-lo como modalidade, em relação com o cenário atual em que o trabalho doméstico se encontra, após anos e anos de luta por direitos, parece incoerente.

Em 2013 foi instaurada a PEC (Proposta de Emenda Constitucional) das trabalhadoras domésticas, cujo foco era garantir direitos básicos para essa categoria que sempre foi marginalizada em nossa sociedade. Na época, diversas discussões aconteceram, tanto do lado das trabalhadoras, quanto dos empregadores, todos trazendo suas percepções sobre o que mudaria após a aprovação da nova emenda. Um ponto importante foi relacionado à informalidade em que esse serviço atuava, pois

grande parte das trabalhadoras, que eram negras, não possuíam carteiras de trabalho assinadas e nem contratos de trabalho, documentos que garantem direitos para todos os trabalhadores brasileiros. Um dos pontos mais importantes dessa discussão foi de levar em consideração

A altíssima taxa de informalidade do serviço doméstico no Brasil e que o rendimento médio das domésticas do país é inferior ao salário-mínimo. Ou seja, não há acordos, responsabilidades individuais nem bons costumes, mas sim velhos hábitos arcaicos de herança escravista que marcam a submissão. (LIMA, 2019, p. 151).

Will me conta sobre como a crença do trabalho doméstico como único meio de subsistência era forte, desde sua infância e se perpetuando durante uma pesquisa que realizou na área da educação³⁴. Em seu artigo, Will chamou a atenção para o critério de escolha de cursos profissionalizantes por parte dos jovens negros na escola na qual ela trabalhava na época, percebendo que eles acabavam indo para as áreas de trabalhos manuais, como por exemplo a construção civil. Logo, durante a pesquisa, trouxe relatos de algumas interlocutoras sobre a influência, como mães, na escolha do trabalho doméstico na vida de suas filhas, “(...) as senhorinhas diziam: pois é, porque a fia, ela ia ser doméstica mesmo, né?, então já ia levando ela quando pequeninha já pra ir aprendendo os afazeres da casa das patroas”(Will Amaral). A pesquisa de Will evidencia a percepção acerca da mulher negra no mercado de trabalho:

O processo de exclusão da mulher negra é patenteado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis sociais que lhe são atribuídos: “domésticas” ou “mulatas”. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar, etc. (GONZALÉZ, 1979, p. 44).

Sendo assim, a partir de uma perspectiva do gênero e da raça em intersecção, a mulher negra é colocada no lugar do trabalho doméstico sob a justificativa vinda do sistema patriarcal que se baseia na biologia, atribuindo as habilidades do sujeito como

³⁴ Em 2013, Will participou de uma pesquisa, sob orientação de Marcos Silva da Silveira, sobre o negro no ensino profissional. O texto foi publicado no Caderno do Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Disponível em http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_ufpr_ped_pdp_wilzeli_rejane_do_amaral.pdf. Último acesso em 13 de agosto de 2021.

oriundas da natureza do “ser mulher” e “ser negra”. A partir dessa naturalização do lugar social no mercado de trabalho, a mulher negra se vê sem perspectivas de mobilidade, como se a única opção fosse essa, em que ela continua a “(...) se colocar numa situação de sujeição, de dependências das famílias de classe média branca (...) onde a mesma, na posição de empregada doméstica, sofre (...) um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da “inferioridade”, da subordinação” (GONZALÉZ, 1979, p. 42).

Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas. E é nesse cotidiano que podemos constatar que somos vistas como domésticas. Melhor exemplo disso são os casos de discriminação de mulheres negras da classe média, cada vez mais crescentes. Não adianta serem “educadas” ou estarem “bem-vestidas” (afinal, “boa aparência”, como vemos nos anúncios de emprego, é uma categoria “branca”, unicamente atribuível à “brancas” ou “clarinhas”. Os porteiros dos edifícios obrigam-nas a entrar pela porta de serviço, obedecendo instruções dos síndicos brancos (os mesmos que as “comem com os olhos” no Carnaval ou nos oba-obas da vida). Afinal, se é preta só pode ser doméstica, logo entrada de serviço. E pensando bem, entrada de serviço é algo meio maroto, ambíguo, pois sem querer remete a gente pra outras entradas (não é “seu” síndico?). É por aí que a gente saca que não dá para fingir que a outra função da mucama seja esquecida. (GONZALÉZ, 1983, p. 82-83).

O machismo é fundamental para manter o sistema de opressão funcionando, por isso vejo como problemática a classificação dada ao trabalho doméstico como categoria de afroempreendedorismo. Afinal, existe um movimento de se investir no afroempreendedorismo para que mulheres negras possam enxergar outras tantas possibilidades de existência, isso é um dos pilares que observo acontecer na feira do afroempreendedorismo e nos discursos de minhas interlocutoras.

Os estudos que refletiram sobre o emprego doméstico, por exemplo, têm destacado que há uma ambiguidade no discurso sobre o trabalho doméstico que obscurece, dificulta que as trabalhadoras domésticas tenham consciência da opressão de gênero, raça e classe que elas vivenciam. Frequentemente, as famílias que empregam as trabalhadoras domésticas adotam o discurso de que elas fazem parte da família, ao invés de serem consideradas somente como trabalhadoras. A consequência imediata disso é que as relações de poder presentes na relação entre patroas e empregadas são mascaradas, escondidas sob o discurso de um suposto parentesco. (FIGUEIREDO, 2013, p. 245).

Por mais que existam discussões sobre o tema, essa modalidade de trabalho ainda é o que “(...) possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro

de um sistema de dupla jornada (...), pois, (...) a libertação da mulher branca tem sido às custas da exploração da mulher negra” (GONZALEZ, 1991, p. 43). Esse fator deve ser levado em consideração quando grande parte das pessoas que atuam nessa área são mulheres negras e que

São pessoas remuneradas por um trabalho que se realiza no âmbito privado, cuja baixa regulação as coloca vulneráveis a regras pessoais e abusos. Além disso, essas relações são construídas entre mulheres, patroas e empregadas. Ou seja, o serviço doméstico revela também a faceta de gênero da gestão do espaço doméstico. São relações mediadas por tensões em torno das regras cotidianas, afetos marcados por hierarquias (em especial em ambientes com crianças), assim como por grande dose de preconceito e estigmas relacionados à convivência no espaço doméstico: acusações de roubo, restrições alimentares, uso do espaço marcado pela configuração da exclusão e do confinamento. (LIMA, 2019, p. 157).

A partir disso, chegamos nos dias atuais e encontramos a nova geração, aquela de que as filhas de Márcia fazem parte, fruto das políticas afirmativas de cotas raciais saindo das universidades e tendo que lidar com um mercado de trabalho que não quer recebê-las, pois mesmo com o aumento do número de jovens negros concluindo o ensino superior, os poderes institucionais continuam trabalhando para que os lugares sociais destinados a cada ator social sejam mantidos. Esse fator se torna ainda mais complicado quando interseccionamos gênero, raça e geração. Mesmo com cursos técnicos e graduações, as jovens negras seguem tendo dificuldade em ingressar no mercado de trabalho e, quando ingressam, não conseguem alcançar postos altos nas empresas, sofrendo com o chamado teto de vidro³⁵. Esse é um debate muito semelhante ao que tivemos no período das implementações das cotas nas universidades públicas, quando as discussões giravam em torno das condições em que os estudantes negros conseguiriam se formar. Marcia Lima (2011) afirma que as dificuldades que as políticas afirmativas enfrentam para provocar uma mudança no sistema de fato está na durabilidade das desigualdades, pois a implementação de uma ação leva à resolução dos outros problemas que fazem parte deste grande abismo social. Assim, para ela

³⁵ Teto de vidro ou teto de cristal é um fenômeno utilizado para fazer referência às barreiras que sofrem as mulheres no âmbito laboral. Tal teto é o responsável pela condenação e faz com que elas permaneçam na base da pirâmide econômica, impedidas de ascender a um cargo diretivo. É simplesmente uma precariedade do trabalho feminino. Fonte: <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/05/artigo-o-teto-de-vidro-e-as-mulheres-nos-espacos-de-poder-por-yanne-teles>. Acesso em 19 ago. 2021.

(..) o principal temor é que o sistema de cotas é barato para quem implementa e caro para quem utiliza. Barato e caro em amplo sentido. Se pensarmos no cotidiano universitário e nas condições das universidades (principalmente públicas) de hoje não podemos acreditar que nesse modelo será discutida a sobrevivência desses alunos no sistema. Ele tira a responsabilidade de inclusão através de uma burocrática distribuição de vagas e joga no aluno a responsabilidade de seguir adiante. (LIMA, 2005, p. 261).

O fato é que logo após abolição, a pessoa negra estava inserida em uma sociedade que havia passado por uma revolução social³⁶ feita pelo branco e para o branco (FERNANDES, 2007, p. 66), na qual as condições de vida impostas para a população negra eram extremamente injustas, sendo de difícil adaptação. Isso impactou no processo de integração do negro na sociedade como um todo. Mesmo com pequenos sinais de inclusão, ainda “(...) estamos diante de estruturas ocupacionais e socioeconômicas que não foram afetadas pelas transformações ocorridas ou de estruturas novas, que absorvem a mão de obra nacional sem qualificações especiais e sem melhores perspectivas” (FERNANDES, 2007, p. 67). O que o autor quer dizer é que o processo de integração do negro tomou dois caminhos distintos, um deles diz respeito a uma meia inserção dentro do sistema de classes, e o outro vai em direção à ascensão social plena, com a possibilidade de atingir o coletivo, que na verdade não aconteceu. Esse ponto tem muita relação com o que Lima (2011) fala sobre a permanência das desigualdades e que (...) em suma, a expansão urbana, a revolução industrial e a modernização ainda não produziram efeitos bastante profundos para modificar a extrema desigualdade racial que herdamos do passado (FERNANDES, 2007, p. 67).

Então, mesmo com a conquista de espaço nas universidades a partir da implementação das cotas, o mercado de trabalho não acompanhou esse processo. Marcia Lima, em uma entrevista concedida no fim de 2020, expressou seu desejo de ver a juventude negra ocupando ainda mais espaço dentro das instituições de ensino, mas dessa vez nos papéis de professores e pesquisadores, além de achar importante “(...) criar espaços institucionais novos para nós, pesquisadoras negras, mas também é importante ocupar espaços estabelecidos” (EL PAÍS, 2020). Reforço o quão difícil

³⁶ Não podemos esquecer das inúmeras revoltas feitas por negras e negros contra o sistema escravista, culminando na instauração de incontáveis quilombos, e também da forte pressão do movimento abolicionista pela abolição. Em seguida da abolição, várias entidades negras continuaram se mobilizando pela implementação de políticas públicas para a população negra (SANTOS, S. 2014).

esse percurso se torna quando ainda temos que lidar com um sistema burocrático e racista que dificulta o alcance da população negra a uma vida digna.

O afroempreendedorismo, nesse cenário de desigualdades, acaba agindo como única possibilidade, isso somado ao trabalho manual, que é uma modalidade que exige poucos recursos financeiros e estruturais, pois muitas vezes pode ser feito em casa. Em alguns momentos, o que acaba acontecendo é que essa modalidade de empreendimento acaba durando pouco tempo, até a mulher encontrar um emprego formal, algo que Alessandra relatou ter acontecido com algumas afroempreendedoras em seu espaço. Em alguns textos encontrei como justificativa o fato da ausência de conhecimento na área de gestão levar os empreendedores por necessidade a fecharem seus negócios, mas observando algumas afroempreendedoras da feira, percebo que existe uma dificuldade para que suas marcas realmente consigam entrar no hall das marcas autorais da cidade – e a única justificativa que consigo enxergar para essa dificuldade é o racismo.

4.3 A FEIRA COMO ESPAÇO DE MILITÂNCIA POLÍTICA E ETNICIDADE

A feira é um espaço de formação política e que ultrapassa o ato de empreender. Um dos pontos que mais me chamaram a atenção durante meu período de observação de campo foi a forma como estavam vestidas. Grande parte das mulheres estavam vestidas de maneira impecável, com roupas que enalteciam a nossa ancestralidade negra. Eu, uma jovem antropóloga, iniciei minhas idas a campo vestida de forma mais neutra possível, como se fosse possível, e percebi o quanto isso estava interferindo em meu processo de aproximação. Com o tempo fui, de certa forma, me soltando, usando peças semelhantes com as delas, mas não que eu não as usasse antes, apenas não achava que poderia usar estando no papel de pesquisadora. Conversando com Will, perguntei sobre como elas estavam trajadas na feira fazia-me sentir que estava em uma festa. Ela me conta como a estética é importante no processo do afroempreendedorismo feminino, como a forma que as mulheres vão para a feira simboliza uma transição individual e coletiva.

A feira para elas foi uma transformação na vida, na alma, no subconsciente, no coração, na autoestima, até em se arrumar, vir preparada, porque no comecinho elas vinham com um “moletomzinho” e depois opa, não é isso! Então a gente começou a perceber assim, ao andar da feira, que isso também estava elevando o potencial, a autoestima, muito lindo. Até me emocionei (com lágrimas nos olhos). (Will Amaral).

Esse processo de transformação estética faz parte da construção de um “ser mulher negra”, “(...) que emerge nos últimos anos, que exhibe orgulhoso um corpo politizado, valorizado pelo discurso cujo principal objetivo é resgatar a autoestima negra”. (FIGUEIREDO, 2013, p. 242). Essa autodefinição e identificação fazem parte de um processo de descolonização da forma como esses corpos são vistos, pois eles não serão mais pautados a partir da percepção do outro, assumindo uma emancipação de suas próprias imagens. Sendo assim, a construção dos elementos visuais, “(...) faz emergir um conjunto complexo de elementos em que a criatividade das roupas, danças e penteados compõem parte fundamental de uma nova proposta estética voltada para a valorização da autoestima negra”. (FIGUEIREDO, 2013, p. 244).

Diante disso, podemos perceber o quanto esse espaço contribui para a formação da etnicidade deste coletivo. Lilia Schwartz (2012, p. 295) traz por definição como a identidade que é entendida “(...) a partir da noção de “grupos de relação”, como uma forma de organização social, em populações cujos membros se identificam e são identificados como tal”. Esse processo de identificação não só diz respeito aos aspectos biológicos, como o fenótipo, mas vai para além disso – fala sobre a identificação através de elementos culturais, atuantes diante de um espaço de interação, e podemos incluir aqui como espaços de resistência e ocupação onde todas as pessoas se identificam e são identificadas externamente. Quando pensamos no espaço de interação da feira, conseguimos perceber todos esses pontos em articulação e, ainda mais, vemos a categoria afroempreendedorismo como parte constituinte desse processo de construção do coletivo. Estamos diante de um grupo negro que se relaciona com alguns grupos brancos, fora das categorias de tipos ideais do ser negro e branco.

A etnicidade diz respeito à forma como cada grupo se define e como ele é lido por outros grupos da sociedade, a partir de seu processo de identificação através do compartilhamento de histórias e de ancestralidade. Sabemos que a população negra brasileira tem passado por um movimento de retomada das simbologias de uma África

mãe, algo que, inclusive, é comum de ver nos espaços de resistência existentes em Curitiba, até mesmo na feira. Ainda, vemos que as novas gerações têm lutado para ressignificar esses elementos em uma perspectiva política. Assim, “(...) o uso de símbolos e de signos dados para promover significações novas ou não oficiais, seja pela ambiguidade dos primeiros ou pelo rearranjo dos últimos” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 239), considerando que

(...) a etnicidade faz da tradição ideologia, ao fazer passa o outro pelo mesmo; e faz da tradição um mito na medida em que os elementos culturais que se tornaram “outros”, pelo rearranjo e simplificação a que foram submetidos, precisamente para se tornarem diacríticos, se encontram por isso mesmo sobrecarregados de sentido. (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 239).

Ou seja, falar sobre etnicidade não quer dizer que estamos falando sobre tradição, pois diante da realidade de um grupo negro que está em constantes negociações com outros grupos, em especial com os grupos brancos, ocasiona que alguns elementos sejam perdidos ao decorrer do tempo ou até mesmo “(...) abocanhados em um discurso oficial” (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 239), dificultando sua transmissão para gerações posteriores. O ato de transmissão pode se tornar possível “(...) pelo ato de tomar símbolos emprestados e negociar espaço com a sociedade branca majoritária” (SANSONE, 1991, p. 127).

Malu traz um relato interessante sobre seu processo de identificação como mulher negra quando começa a se inserir no movimento negro. Ela conta que foi convidada por dois homens brancos e loiros para participar de um coletivo negro no início dos anos oitenta, interessante que quando ela recebeu o convite pensou: “será que eles me enxergam como negra?”. Antes de se definir como tal, ela foi definida por um exterior, essa dificuldade de se perceber como tal vem do fato de ser parda, filha de pai branco e mãe retinta. Com essa percepção externa, Malu começou a frequentar os encontros do movimento negro, mas ainda bem desconfiada. Até que sentiu algo diferente quando ouviu um canto em nagô pela primeira vez.

E nesse dia, Suelen, que eu descobri que eu era negra, porque quando terminou a reunião, eles cantaram uma música na língua nagô, que é um canto de ofertório, canto de igreja, assim, mas cantaram na língua nagô, e eu entrei no ônibus pra vir pra casa, aquilo ficou batendo na minha cabeça como um martelo, assim, eu vim o ônibus inteiro com aquela música, e aí pensava assim, porque a minha mãe é preta, retinta, e eu falava assim: nossa, eu nunca soube que negro tinha língua, que minha mãe é negra e o meu pai é filho de espanhol, eu sou neta de espanhol, e eu falei assim: meu pai sempre falou um espanhol pra gente, sempre ensaiava um pouco da língua espanhol, e da minha mãe... Naquela hora eu não sabia que ela também tinha uma língua, e aquilo foi muito forte pra mim, foi uma coisa assim, né... que eu não esqueço até hoje. E aí eu falei: não, eu quero fazer parte disso, eu quero descobrir, né? (Malu Souza).

Malu iniciou seu processo de identificação com o grupo negro através da linguagem e da música africana quando, a partir deste momento, se atribuiu como negra e nesse sentido sua narrativa demonstra, de certa forma, “(...) como a construção da subjetividade negra resulta de processos complexos” (FIGUEIREDO, 2008, p. 243).

Os processos através dos quais elas se tornaram negras seguem caminhos distintos. Duas delas precisaram recorrer à psicanálise; foi preciso aprender a se revelar através do inconsciente, ou, da memória como sugere Gonzalez (1983). Em um dos casos, o processo de assunção da identidade de mulher negra ocorreu através do contato com o ativismo negro, como demonstrado também em outras pesquisas (FIGUEIREDO, 2002; GOMES, 2006). Caldwell também demonstra como o processo de aceitação e rejeição refere-se, invariavelmente, à aceitação do corpo e das características físicas do corpo negro. (FIGUEIREDO, 2008 p. 243).

A etnicidade se constitui pois é “(...) o ponto crucial tornava-se a “fronteira étnica” que define o grupo e não o material cultural” (SCHWARTZ, 2012, p. 295). A identidade atemporal, neste caso, resistindo ao tempo e às distâncias, se conectando com o outro lado do oceano. E, assim, as diferenças se formam, pois “(...) a identidade é formada pela tomada de consciência das diferenças e não das diferenças em si” (SCHWARTZ, 2012, p. 296).

Comparar o processo vivido por Malu nos anos oitenta vai ser diferente dos processos percebidos e vividos pelas afroempreendedoras atualmente. A feira se constitui como um espaço de formação do “ser mulher negra” que é diferente da formação que Malu teve lá nos anos oitenta, desenvolvendo um “(...) terreno próprio de etnicidade (...)” (SILVA DA SILVEIRA, 2013, p. 227). Além disso, a forma como irão se enxergar será em uma outra perspectiva, de formal decolonial, onde os elementos culturais não fazem mais parte dos estereótipos do “ser mulher negra”, rompendo com

as figuras clássicas, como argumenta Lélia González (1979) ao trazer as imagens emblemáticas atribuídas às mulheres negras no Brasil. Sendo assim,

Ao construir uma visão do Negro pelos próprios negros, numa proposta de descolonização cultural, o significante Negro passaria a informar novos lugares classificatórios, dentro de uma afirmação de Identidades negras para comunidades negras que se organizavam em torno destes grupos culturais, entendidas agora como “comunidades étnicas”. Este movimento encontraria seus limites e resistências, que vem sendo objeto de diversas análises. (SILVEIRA, 2013, p. 228).

A partir deste encontro entre as afroempreendedoras, organização e outras pessoas negras que convivem neste espaço que é a feira, percebemos os elementos, não somente estéticos, como vestuário, cabelos e acessórios, mas também a forma como pensam, pelo que lutam e no que acreditam. Esse movimento de mulheres negras atua na construção de novos espaços “(...) de forma árdua na sociedade, nas classes pobres, nos coletivos organizados, na juventude periférica, estudantil e trabalhadora, onde as negras são maioria (...)” (RIBEIRO, 2018, p. 144), mas é preciso que se consiga alcançar espaços de maior visibilidade para que as mudanças necessárias aconteçam de fato. Todos esses elementos em diálogo contribuem para a formação da etnicidade do grupo com o qual estamos trabalhando.

Esses elementos que são reforçados edição após edição de feira, começando pelos discursos de cunho político ditos por Will e Márcia em toda abertura, passando pelas atividades culturais propostas por artistas negros, músicas tocadas durante o evento, todos esses elementos podem ser entendidos como parte dos sinais manifesto e dos valores fundamentais que constituem esse grupo dos afroempreendedores da Praça Zumbi dos Palmares. Diante disso, se cria uma identificação, tanto entre eles, quanto para o exterior do espaço da praça, e quando pensamos o interior da praça, não se pode esquecer das interações com os empreendedores étnicos dentro desse campo, que seriam as pessoas não negras que também expõem na feira. e os frequentadores brancos, que podem ser poucos, mas que existem. Esse ponto tem muita relação com o que o autor Antônio Sergio Guimarães (2008) traz em seu texto “Cor e Raça”, segundo o qual a raça, para a sociologia, é um conjunto de discursos sobre as origens de um grupo que levam à construção de uma comunidade que trabalha na reivindicação das ideias do coletivo.

O Instituto atua como uma entidade organizacional, criando um “(...)conjunto sistemático de regras que governam os encontros sociais interétnicos” (BARTH, 2000,

p. 35), demarcando seus traços de distinção, entre organizadoras, empreendedores, artistas, etc., criando assim uma sistematização do espaço no qual a feira acontece, reverberando na afirmação étnica desse coletivo. Essa ação também interfere nas relações e negociações interétnicas que são estáveis, pois

(...) pressupõe precisamente esse tipo de estrutura de interação: um conjunto de prescrições que governam as situações de contato e permitem uma articulação em alguns setores ou domínios de atividade específicos e em conjunto de interdições ou proscricções com relação a determinadas situações sociais, de modo a evitar interações interétnicas em outros setores; com isso, partes das culturas são protegidas da confrontação e da modificação. (BARTH, 2000, p. 35).

Existe uma consciência por parte dos participantes brancos diante do cenário da feira, onde eles trabalham a partir do seu lugar, se questionado sobre seus privilégios e trabalhando em conjunto, em prol dos ideais construídos pelo Instituto e afroempreendedores. Havendo conformidade quanto a essas prescrições, a concordância das pessoas quanto a códigos e valores não precisa estender-se para além daquilo que é relevante para aquelas situações sociais nas quais elas interagem. (BARTH, 2000). Sendo assim,

Os grupos étnicos não são apenas ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos; e as diferentes maneiras através das quais eles são mantidos, não só as formas de recrutamento definitivo como também os modos de expressão e validação contínuas. (BARTH, 2000, p. 34).

A partir desse encontro é possível perceber a construção da etnicidade, não somente dos afroempreendedores, mas de todas as pessoas negras e não negras que participam deste evento. Todos eles contribuem para a organização do sistema de pensamento do grupo, que obviamente não representa todos os negros de Curitiba, muito menos do Brasil, mas que se representam enquanto um grupo que luta contra o racismo que atinge todos os negros da cidade e país.

Esse fato foi percebido não só no Brasil, mas também em outras regiões da África. Esse fenômeno foi notado em diversos lugares do mundo, onde as ações acontecem internamente em grupos, principalmente nas relações econômicas e de cunho comercial. Isso fez com que se redescobrisse o que

(...) Max Weber havia escrito há bastante tempo: de que as comunidades étnicas podiam se formar em organizações eficientes para resistência ou conquista de espaços, em suma, que eram formas de organização política. Descobriu-se que a etnicidade podia ser uma linguagem. (CARNEIRO DA CUNHA, 2009, p. 237).

É impossível ignorarmos a força política que a feira possui dentro da agenda de luta do movimento negro curitibano. Também é possível perceber como essa organização vai aos poucos ocupando um espaço tão importante na cidade, trabalhando sua ancestralidade, história e estética como fundamentais em sua formação enquanto indivíduos e enquanto coletivo. As ações políticas propostas pela feira e suas organizadoras estão tomando espaço para além das barreiras da praça, chegando até a câmara de vereadores, pois só assim é possível que se comece uma negociação com as forças do Estado e suas dificuldades impostas. Essas ações podem ser entendidas como parte da formação da etnicidade do coletivo negro, afinal, “a definição das fronteiras étnicas, ou seja, quando a cultura negra se torna etnicidade negra também pode ocorrer numa variedade de maneiras e é amplamente relacionada às contingências” (SANSONE, 1991, p. 127).

Essa instabilidade que o Estado e o sistema burocrático colocam, principalmente para as mulheres negras, cria a necessidade de posicionamento por parte delas dentro deste cenário. As práticas burocráticas são criadas para legitimar alguns grupos sociais, não de forma direta, mas com lacunas que contribuem para que esse mecanismo continue em pleno funcionamento, como as imposições feitas para a realização dos eventos da cultura negra, entre outros que trago mais adiante. Essas ações fazem com que exista uma reafirmação “(...) da submissão requerida das pessoas a código de leis claramente definidos, sugerindo ao mesmo tempo a necessidade de aplacar os seus cobradores locais. Aqueles que desobedecem 'são tratados como lixo'” (HERZFELD, 2012, p. 43).

A feira é um espaço que transforma a vida das mulheres negras que ali estão, afinal, mais do que empreender, a feira age como uma rede de mulheres. Ali são debatidas questões relacionadas ao racismo e ao machismo do cotidiano, iniciando um processo de empoderamento, afinal, estar na feira faz com que elas aprendam a valorizar seus produtos, não só monetariamente mas simbolicamente. A feira possibilita que esse grupo de afroempreendedoras passem pelos “(...) estágios da autoafirmação, autovalorização e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais

variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente, de um entendimento quanto a sua posição social e política (...)” (BERTH, 2019, p. 21).

O empoderamento traz uma tomada de consciência, partindo do prefixo “auto”, pois, quanto ao âmbito individual, “(...) é uma autoemancipação, fundada numa compreensão individualista de empoderamento, que enfatiza a dimensão psicossocial” (BAQUERO, 2012, p. 177), uma vez que o indivíduo começa a olhar de forma mais crítica para o sistema no qual se está inserido. No que diz respeito a grupo social de mulheres negras, esse movimento tem crescido cada vez mais. Berth (2019) aborda o tema com uma precisão cirúrgica quando intersecciona com o conceito de afroempreendedorismo dizendo como essa modalidade de negócio tem como produto a criação de um sistema econômico, o movimento *black money*, que “(...) diz respeito ao potencial consumerista do capital negro, de alto e real valor que o dinheiro do negro possui na economia (SANTOS, 2019, p. 71), atuando como “(...) fortalecimento social” (BERTH, 2019, p. 74). Esse fortalecimento traz uma sensação de alcance ao status social operante dentro do sistema capitalista, mas é importante observar que o sistema que os afroempreendedores criam se mostra ser adverso ao capitalista – ou seja, quando a pessoa negra almeja essa ascensão social por meio do afroempreendedorismo, ela não se dá da mesma forma que para a pessoa branca. Assim, o afroempreendedorismo fala sobre ascensão social e mobilidade através da ótica do empoderamento, articulando a mudança de status dentro da sociedade na qual esse grupo está inserido.

Em princípio, qualquer indivíduo tem a possibilidade de ascender socialmente por sua fortuna, por seus méritos intelectuais, por seus títulos profissionais, por suas qualidades morais, ou pela combinação desses elementos, de acordo com os sistemas de valores de uma sociedade de tipo capitalista. (AZEVEDO, 1955, p. 195).

Como dito anteriormente, o afroempreendedorismo contribui para o início do processo de empoderamento para as mulheres que estão no espaço da feira, partindo de uma vivência individual. Esse processo vai para além do ato de vender, também tendo como fundamento a formação política e educacional que estar inserida neste grupo em específico traz. Márcia me conta sobre como muitas destas afroempreendedoras, antes de começarem a frequentar a feira, não tinham consciência de como o racismo atinge toda população negra ao redor do mundo, e relata como os debates dentro das reuniões a respeito dessas temáticas fizeram com

que essas mulheres começassem a se inserir de forma mais militante na organização da feira, e até mesmo, aplicassem mudanças na vida como um todo.

Então, a gente percebeu, por exemplo, que tinha gente que falava: “ah, eu nem sabia dessa história que vocês falam de racismo”, daí você começa a resgatar: “mas veja, isso aconteceu com você?” “Ah, aconteceu!”, então, isso é racismo. Isso que você não viu, sabe por que você não viu? Porque eles fingem que não é, porque o racismo é o crime perfeito, no direto a gente fala que racismo é o crime perfeito, o louco é quem sofreu o racismo, quem sofreu o racismo é maluco porque até remontar o nexu do que a pessoa está dizendo pra chegar lá e bater e dizer é racismo, entendeu? (Márcia Reis)

Situações como essa mostram o quanto o espaço da feira, para além do empreendedorismo em si, atua como um lugar de formação educacional e política, fazendo parte da construção do processo de empoderamento de cada mulher presente. Pensando num âmbito coletivo, as afroempreendedoras lutam contra um sistema racista e patriarcal para conseguir alcançar seu espaço de visibilidade.

A ascensão social dos escuros como indivíduos é frequente e fácil de verificar. Como grupo, no entanto, as pessoas de cor vêm acendendo mais dificilmente. Basta comparar as proporções em que os diversos tipos físicos se encontram na população total da Bahia e nos grupos e organizações que simbolizam a “classe alta”. (AZEVEDO, 1955, p. 195-196).

Pensando um pouco além do status atribuído apenas em relação à mobilidade de classe social, também é interessante trabalhar com o conceito em diálogo com a formação da mulher negra como status de sujeito através do afroempreendedorismo. O racismo em diálogo com o machismo opera de forma assídua, tirando da mulher negra como sujeita dentro da sociedade, sendo assim, “(...) uma pessoa alcança o status completo de *sujeito* quando ela, em seu contexto social, é reconhecida em todos os três diferentes níveis e quando se identifica e se considera reconhecida como tal” (KILOMBA, 2019, p. 74). Esse papel do sujeito parte de um lugar substancial, mas ainda assim relacional, podendo ser articulado em espaços distintos, como no caso com o que estamos trabalhando aqui. Vejo a relação desse status dentro do sistema capitalista, que acontece de forma tímida. Ao mesmo tempo, percebo esse fenômeno dentro do espaço intra da feira, onde as afroempreendedoras passam por todo esse processo de transformação alcançando essa modalidade de status a partir desse lugar que, de certa forma, é mais fechado, criando potência suficiente para, junto com todo coletivo negro, alcançar esse lugar de sujeitas de forma mais ampla.

Mesmo existindo a dificuldade estrutural da ascensão social da mulher negra diante do sistema capitalista, ou, como define brilhantemente a antropóloga Lélia Gonzalez, capitalismo patriarcal que constrói a imagem das mulheres negras amefricanas como “(...) corpos animalizados” (GONZALÉZ, 2011, p. 10), os conceitos teóricos e práticos do feminismo negro contribuem para a luta e para a ocupação de território, tanto das afroempreendedoras, quanto das próprias organizadoras da feira. “Quando buscamos a teoria interseccional como ferramenta política de resistência, ela nos mostra para além do feminismo na diferença, mas pensar 'encruzilhadas identitárias” (AKOTIRENE, 2019, p. 44) como marcadores de aproximação e força. Assim, é importante pensar que “(...) na medida em que existe uma divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrido pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo), assim como sobre seu lugar na força de trabalho” (GONZALÉZ, 1982, p. 96). A partir disso, ir para além do lugar de opressão, mas trabalhar como resistência, o afroempreendedorismo feminino contribui para que a mulher negra saia do lugar social da empregada doméstica, que “(...) internaliza a subordinação e inferioridade (...)” (GONZALÉZ, p. 1982, p. 98), para que ela possa, literalmente, dar valor, tanto monetário quanto simbólico, à sua força de trabalho, contrariando o sistema hegemônico, pois “(...) a opressão forma as condições de resistência” (KILOMBA, 2019, p. 69).

Ainda que o afroempreendedorismo contribua para que parte do processo de transformação aconteça, além da formação educacional, também se cria uma consciência de classe, raça e gênero, passando pela mobilidade social. O ato de empreender, para mulheres negras se torna uma prática curativa, pois, através da ótica do feminismo negro que coloca a mulher negra como centro do debate da opressão na sociedade, ele age “(...) impulsionando e visibilizando corpos, promovendo recuperação de identidades e reexistências” (SANTOS, 2019, p. 61). Quando as afroempreendedoras estão nesse processo de reconstrução, posso assim dizer, elas têm como objetivo movimentar a pirâmide social, na qual ocupam o lugar da base, pois quando estão alocadas nesse lugar, significa que elas estão fora do lugar hegemônico – claro que pela perspectiva do branco, afinal, “(...) no racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão 'fora do lugar' e, por essa razão, corpos que não podem pertencer” (KILOMBA, 2019, p. 56). Sendo assim, ao assumirem o papel de donas de seus empreendimentos, elas balançam aquilo que se estruturou por séculos como o correto, questionando

hierarquias de poder como o racismo estrutural, institucional e do cotidiano, encarando essas mudanças de lugares. Assim, elas trabalham na construção de um espaço, mesmo que ainda utópico, onde podem escolher em qual lugar querem estar.

4.4 AQUILOMBAR-SE: FEIRA COMO EXPRESSÃO DE UMA UTOPIA NEGRA

O conceito denominado de “quilombismo” tem sido muito usado por diversos movimentos militantes da atualidade. É comum escutar falas como “aquilombe-se” ou “vamos nos aquilombar”. Antes de tratar sobre o que o conceito representa, é importante pontuar sua origem, se constituindo, assim, em “(...) uma importante tecnologia social de resistência que promove o 'estar junto' para ampliar e potencializar saberes, cultura, identidade e histórias ancestrais. Aquilombar-se é, para os negros, um jeito de ser no mundo” (BATISTA, 2019, p. 399).

Para Abdias Nascimento (2019), o conceito nasce a partir de uma espécie de prática de libertação da população afrodescendente, através da qual espaços e redes de conexão são criados pela população negra com diversas finalidades. Ainda, segundo ele,

O quilombismo se estruturava em formas associativas que tanto podiam estar localizadas no seio de florestas de difícil acesso, que facilitava sua defesa e organização econômico-social própria, como também assumiram modelos de organização permitidos ou tolerados, frequentemente com ostensivas finalidades religiosas (católicas), recreativas, beneficentes, esportivas, culturais ou de auxílio mútuo. Não importam as aparências e os objetivos declarados: fundamentalmente, todas elas preencheram uma importante função social para a comunidade negra, desempenhando um papel relevante na sustentação da comunidade africana. Genuínos focos de resistência física e cultural. Objetivamente, essa rede de associações, irmandades, confrarias, clubes, grêmios, terreiros, centros, tendas, afoxés, escolas de samba, gafieiras foram e são os quilombos legalizados pela sociedade dominante; do outro lado da lei, erguem-se os quilombos revelados que conhecemos. Porém tanto os permitidos quanto os “ilegais” foram uma unidade, uma única afirmação humana, étnica. (NASCIMENTO, 2019, p. 252).

Essa “sustentação da comunidade africana”, que Abdias Nascimento (2019) menciona acima, se dá por diversos pilares que constituem esse conceito dentro da prática do quilombismo até os dias atuais. O afroempreendedorismo curitibano possui uma espécie de rede que integra os afroempreendedores e empreendedores étnicos em um mesmo grupo – um exemplo é a história de Alessandra, que faz parte do grupo de empreendedores étnicos que expõe nas duas feiras do afroempreendedorismo que

acontecem em Curitiba, na Praça Zumbi dos Palmares e no Memorial de Curitiba, além de ser a idealizadora do Afro Mundo Mix.

Ressalto a existência de pontos que conectam os afroempreendedores e empreendedores étnicos na cidade, pelo menos aqueles que expõem em feiras, pois existem alguns profissionais que possuem seus próprios espaços ou comercializam seus produtos exclusivamente pelas redes sociais. Essa organização composta por afrodescendentes é defendida dentro do conceito de quilombismo trabalhado por Abdias Nascimento (2019), em conjunto com a conscientização, como instrumentos fundamentais para a execução deste projeto emancipatório de um coletivo.

Então, o quilombismo, como utopia aplicada neste contexto no qual estamos trabalhando, não diz respeito a um quilombo de forma literal, mas a um posicionamento político de resistência e união entre pessoas negras em Curitiba. Em relação a esse quilombismo, é possível perceber os pressupostos que fazem existir essa identificação e simbologia que o conceito trabalha, como finalidade de se constituir como um processo

(...) dinâmico na estratégia e na tática de sobrevivência e progresso das comunidades de origem africana. Com efeito, o quilombismo tem se revelado fator capaz de mobilizar disciplinadamente o povo afro-brasileiro por causa do profundo apelo psicossocial cujas raízes estão entranhadas na história, na cultura e na vivência dos afro-brasileiros. (NASCIMENTO, 2019, p. 252).

Essa estratégia de sobrevivência torna-se nítida quando se observa a feira se constituindo. Desde sua ida para a Praça Zumbi dos Palmares, o evento conviveu forçadamente com ausência de investimentos por parte do Estado, além das dificuldades impostas através de exigências governamentais para que a feira aconteça. Como já mencionei anteriormente, a feira já passou por diversas dificuldades para garantir sua existência, afinal é frequentada pelas pessoas que realmente estão ali por militância, mas também por aquelas que precisam daquela verba para garantir o sustento de suas famílias.

Diante disso, é possível perceber uma mobilização por parte tanto do Instituto, quanto dos afroempreendedores, para manter a feira firme e forte. No fim do ano de 2019, a feira estava passando por dificuldades financeiras, o edital pelo qual a organização normalmente se inscrevia para arrecadação de verba não abriu e a feira corria o risco de não acontecer em 2020. Sendo assim, foi proposto criar uma “vaquinha” online, que é basicamente um site que busca angariar fundos da população

para execução de projetos, mas o resultado não foi como o esperado. Em paralelo a isso, a pandemia por conta da COVID-19 complicou ainda mais a situação; mas, mesmo assim, os feirantes têm se organizado para se promoverem via internet, e o Instituto tem trabalhado como suporte para aqueles afroempreendedores que possuem mais dificuldades financeiras através da distribuição de cestas básicas.

A união entre feirantes e organização sempre foi um dos aspectos que mais me chamou atenção desde o primeiro momento em que estive na feira, é visível perceber como as relações tendem a ser simétricas, pois por mais que existam pessoas que estão, de certa forma, à frente da organização, as tomadas de decisões são em conjunto. A autogestão acontece de forma muito organizada e democrática, tanto que Márcia traz essa característica como ponto diferencial em relação a outras feiras pela cidade.

A gente também tem uma ideia de Instituto que está todo mundo linear, então a gente faz reunião coletiva o tempo todo, (...) porque a gente conversa, “oh, vamos aumentar o valor? Dá para todo mundo aumentar? Vamos por camiseta? Vamos à camiseta porque a camiseta é organizada. Todo mundo vai querer? Todo mundo vai querer!”, tudo é conversado, nada é resolvido, a gente leva pauta, mas é conversado, então não tem uma visão hierarquizada das coordenadoras da feira e eu acho que é isso que deu credibilidade, então a gente chega lá e cumprimenta um por um, com beijo, com abraço, quando podia né? Beijo, abraço e tal, fala como foi o dia, fala como é que foi, ao final de cada ano a gente faz um churrasco todo mundo junto, sabe? Todo mundo junto, “ah, por que você não foi? Ah, vamos, não sei o que... vamos se organizar, vamos se encontrar”, então a gente faz essa tarefa, com isso as mulheres trouxeram seus filhos, trouxeram seus esposos, seus companheiros, e aí começa a aumentar a ideia, né? (Márcia Reis).

Essa relação de cumplicidade traz um ar familiar para a feira, já começando pelo fato de o próprio evento ter começado na casa da Will e do Instituto ter nascido pelas mãos do Tio de Will, que é pai de Márcia. Então, a feira se inicia a partir de relações de parentesco consanguíneo, se estendendo, posteriormente, com a chegada de outras pessoas, que no início já eram conhecidas da família. O núcleo com aspecto familiar vai crescendo, mantendo a ideia de “(...) garantir ao povo trabalhador negro o seu lugar na hierarquia de Poder e Decisão, mantendo a sua integridade etno-cultural, é a motivação básica do quilombismo” (NASCIMENTO, 2019, p. 268). Isso proporciona que as mulheres negras possam “(...) olhar para o passado de forma a ter orgulho do que representa a luta quilombola e ressignificar esse passado”. “Neles, que se autodenominam espaços quilombolas, impera a liberdade e o respeito pelos negros, por sua cultura, história e memória” (BATISTA,

2019, p. 414). Essa relação de união que se transforma em uma grande família consiste em tradição da própria família de Will, já que ela conta que quando sua mãe ainda estava neste plano, ela enchia a casa de pessoas, todos juntos “aquilombados” em um mesmo lugar.

(...) minha tia Luci era assim, que era minha madrinha, mãe da Will, se fosse tempo que não fosse pandemia, você poderia posar uma semana na casa dela... que a mãe dela era assim, passava na rua minha tia já conhecia, dava boa tarde e já levava pra dormir na casa dela, e depois terminava dizendo que era nosso parente, minha tia adorava ter parente, adorava ter família grande, né, quando já não é, mas ela pegava gente na rua, assim, “ah, fulano, tá precisando, coitado, vamos levar pra casa”, daí a pessoa já ficava pra almoçar, já ficava pra jantar, já ficava para dormir, acabou que você voltava três dias depois e a pessoa estava lá, eu, “tia Luci, porque a pessoa está aí?”, “ah, não tem pra onde ir, fica aí, né”, a gente vai ajudando, e assim ia, a gente tem muito essa coisa, que a gente foi criado dessa forma, às vezes é bom, às vezes é ruim. (Márcia Reis).

Eu até conto pra muita gente que na casa da minha mãe, quando as pessoas iam na casa da minha mãe, não existia sala, existia, mas ninguém ficava na sala porque minha mãe foi sempre de ficar no quarto, então a gente chegava, ia pro quarto e deitava na cama e colocava almofada no chão e cadeiras, e a gente ficava tudo amontoado no quarto, bem aquilombado, isso é bem nosso. E não era só nós, irmãos, os primos, os tios, sempre vinham e a gente ficava sempre no quarto, as visitas, todo mundo. Então a gente sempre teve essa questão de aquilombar, e a questão de a gente deixar o Instituto só em família foi porque nós unimos para fazer o sarau da tia Laura, e daí “ah, então vamos fazer o sarau, deu certo, vamos fazer uma feira, deu certo, vamos fazer a feira do afroempreendedorismo, então foi”, então foi uma coisa foi levando a outra (Will Amaral).

Outro ponto importante é quando o autor fala sobre “jamais as organizações políticas dos afro-brasileiros deverão permitir o acesso aos brancos não quilombistas a posições com autoridade para obstruir a ação ou influenciar as tomadas de posição teóricas e práticas em face da luta” (NASCIMENTO, 2019, p. 268). Quando Will Amaral traz que uma de suas prioridades ao assumir o Instituto foi colocar, nas cadeiras principais de organização, apenas mulheres, sendo que apenas uma é branca, é possível perceber esse processo de centralidade do “poder” para os negros. Pensando sob uma perspectiva interseccional, onde o gênero entra em articulação com raça, essa decisão representa uma tentativa de dar o poder àquelas que na sociedade não os possuem.

Esse poder que falo se refere ao “poder quilombista quer dizer: a Raça Negra no Poder. (...) Poder Negro será um poder democrático” (NASCIMENTO, 2019, p. 269). Como “poder democrático”, parto do pressuposto que os afroempreendedores

participam dos debates sobre a organização da feira, ou seja, como a própria Márcia relata acima, existe uma tomada de decisões que se baseia no coletivo, em que todos participam de forma igualitária na organização da feira.

O quilombismo remete ao processo de construção dos quilombos durante o período escravagista. Especialmente, o Quilombo de Palmares, um espaço que ultrapassa o conceito de refúgio, mas uma rede física e simbólica de resistência, um novo modo de vida, que realiza sua autogestão sob a figura de Zumbi dos Palmares – o mesmo que é homenageado pela praça, que se constitui como um espaço físico de resistência, localizada às margens de uma cidade onde a ideia de branquitude é ovacionada. Zumbi vem como símbolo da consolidação de um “quilombo” urbano, localizado no bairro Pinheirinho, uma utopia cheia de esperança de um grupo de mulheres afroempreendedoras que sonha em ocupar seu espaço e reconhecimento como pertencentes à cidade de Curitiba.

Essa organização social que se institui também diz respeito ao pacto social realizado no Brasil em que alguns grupos, categorizados como subalternos, começam a ocupar outros espaços, fora do eixo central. Esses grupos rompem com as classificações essencialistas atribuídas a eles, fazendo com que não seja mais necessário provar quem são. Assim, esse “quilombo” que se forma em às margens da cidade de Curitiba “(...) constitui, certamente, novos focos de poder e organização, que, apesar de enfrentarem grandes dificuldades, atraem e fazem com que se redefinam identidades” (VELHO, 2007, p. 128).

Com isso, podemos perceber uma nova proposta de pacto sendo construído por esse coletivo de afroempreendedoras, onde há o desejo de que a cidade de fato inclua a existência a participação da população negra na formação social de Curitiba, além de que exista uma cooperação por parte do Estado para que a feira e todos os outros eventos da agenda negra local ganhem evidência e apoio. Esses espaços de resistência que foram criados em diferentes pontos vêm justamente para questionar padrões construídos e romper com as burocracias impostas pelo governo local, que insiste em trabalhar para a promoção de uma Curitiba exclusivamente branca e de origem europeia.

A partir disso, também podemos pensar na perspectiva da praça, como espaço de resistência, se constituindo como um espaço doméstico. Começamos pela ocupação por parte do Instituto, que tem como histórico ser formado por membros de uma mesma família, como já vimos anteriormente. A feira acontece aos domingos

pela tarde e algo bem interessante que observei foi a forte presença de famílias no local, pessoas que vivem ao redor da praça em condomínios e familiares das afroempreendedoras. Até um “churrasco das famílias pretas” aconteceu no mês de dezembro, evento já tradicional da militância negra curitibana. O clima familiar é forte e isso já se dá a partir da história da feira, que se inicia como “Feira Afro Familiar” na casa da presidente do Instituto, onde apenas convidados poderiam entrar, como já mencionado anteriormente.

Esse campo de interação social parte de uma organização entre os membros familiares que fazem parte do Instituto, fazendo com que as pessoas envolvidas, tanto com laços consanguíneos, quanto por afinidade, se conectem no conceito de ajuda, de estar ali pelo mesmo ideal, criando um espaço “(...) que retém o poder de referir-se simultaneamente ajuda tanto aos atos do cotidiano em que esta troca se dá – e que possibilitam tornar menos difíceis as condições de vida destas pessoas – quanto à dimensão moral de que são investidos” (GUEDES, 1998, p. 202), ultrapassando as obrigações morais que se instauram no contexto familiar. O conceito de ajuda atua para além do senso comum, atua numa perspectiva feminista de união, ultrapassando os limites étnicos entre todos os envolvidos na construção da feira.

Relaciono essa perspectiva aos relatos de Will sobre sua mãe, que levava as pessoas para morar em sua casa, pessoas com as quais ela não tinha um laço familiar biológico, mas que precisavam de acolhimento, de uma nova chance. A feira atua nessa mesma linha, aquilombando afroempreendedoras, empreendedores étnicos e outras pessoas que por algum motivo estão à margem do sistema.

Diante disso, a feira atua como uma espécie de associativismo, não da forma literal que acontecia nos clubes negros como veremos no tópico a seguir, mas na perspectiva da formação de um conjunto de atividades e laços em prol do coletivo naquele espaço. Esse fato tem relação direta com o que já refletimos anteriormente sobre a perspectiva antropológica do dom, pois a partir do momento em que as pessoas se envolvem e direcionam suas energias para uma determinada causa, de maneira voluntária, elas estão trabalhando o engajamento do associativismo – como é o caso do Instituto Afro-Brasil que nunca lucrou com a organização dos eventos, incluindo a feira, e quando Alessandra nos conta sobre seu trabalho na feira do Memorial. Essas ações se tornam necessárias

(...) no mundo da pobreza, porque o Estado e o mercado, insuficientemente desenvolvidos e estruturados, estão longe, estão longe de poder garantir a sobrevivência material da totalidade da população e porque os cidadãos sentem então a necessidade de “se virar” recorrendo a todos os instrumentos do “informal”. (CAILLÉ, 2002, p. 141).

Essas articulações políticas se tornam necessárias e são feitas em diferentes espaços, consistindo em um fenômeno social presente em vários cenários da sociedade na qual vivemos. Assim, “(...) dom, associação política são realidades indissociáveis que não se podem compreender plenamente a não ser quando interpenetradas uma pela outra” (CAILLÉ, 2002, p. 142). O dom não deve ser relacionado com a caridade, ele é um fundamento de cunho político, pois ele “(...) é aquilo que permite a generalização do dom na macro sociedade”. (CAILLÉ, 2002, p. 147).

Logo, estamos falando de um ambiente que retrata um comportamento social que se manifesta “(...) fenomenologicamente em intermináveis séries de representações que permitem toda a composição da vida social” (COHEN, 1978, p. 162). Esses acontecimentos ocorrem com a finalidade de recriar e reafirmar ideias do coletivo, contribuindo para a manutenção e funcionamento do grupo de forma geral.

A essência do drama é a luta pela comunhão de indivíduos dessemelhantes e ou inimigos potenciais e pela expressão tangível desta comunhão. No decorrer do drama a luta é interiorizada pela psique dos participantes, transformando-se em luta pela aquisição de identidade individual com base no simbolismo da comunhão. O indivíduo cria e recria sua unidade ao partilhar do simbolismo que articula a organização do grupo a que pertence. (COHEN, 1978, p. 165).

Sendo assim, é necessário que se recriem alguns símbolos durante o processo da organização política, por isso a importância de pensar esse espaço da praça como uma utopia negra, um quilombo urbano que se forma, que constrói novas práticas de existências, com uma outra economia, diferente daquela que exclui a população negra. A feira se torna um ritual de fortalecimento desses laços e ações, mas também atua para “(...) conseguir conforto, para cumprir obrigações sociais, para se divertir, para descobrir duas identidades, para passar o tempo ou estar com outras pessoas, e por mais uma grande variedade de razões sociais” (COHEN, 1978, p. 168). A feira é uma afirmação da existência desse coletivo, através da qual podemos ver todas essas ações acontecendo concomitantemente, tornando-se, assim, um local de construções e reconstruções de identidades.

4.5 AQUILOMBAR-SE E SEUS LIMITES

Assim como descritos anteriormente, os quilombos na história do Brasil se tornaram espaços que vão para além do imaginário popular de lugar de fuga, sendo, portanto, lugar de resistência, ou melhor, de r-existência, entendo o termo como “(...) a luta pela existência em situações de conflito e opressão” (NASCIMENTO, 2020, p. 56). Através dessa luta se formam novas maneiras de existir, afinal, como cita Gláucia Nascimento em sua pesquisa sobre territorialidades negras em Curitiba,

Os sujeitos não só lutam para resistir contra os que exploram, dominam e estigmatizam, mas também por uma determinada forma de existência, modo de vida, modos de sentir, agir e pensar. Desse modo, a constituição de redes de relações sociais formadas pelos escravizados também é uma forma de r-existência, ou seja, reinvenção da existência. (NASCIMENTO, 2019, p. 56).

Mas quando falamos de espaços de r-existência, não nos dirigimos apenas ao quilombo propriamente dito, mas a toda forma de ocupação urbana que grupos negros possam criar e realizar. Tanto antes como após a abolição, diversos espaços foram criados como estratégia de ocupação e reunião da população negra em diferentes lugares do país, mas que também atuam como formação da negritude para além da ideia de exclusão. Como Carlos Gadea (2013, p. 25) traz em seu livro sobre espaço da negritude, em que trabalha esse conceito a partir de seu campo na cidade de Miami, nos Estados Unidos, que “(...) a identificação racial resulta de uma atribuição realizada pelos próprios indivíduos ao inserir-se numa específica relação em que é preciso definir “marcas” como sinônimo de distinções e fronteiras grupais”, ou seja, a criação de espaços de r-existência são partes fundamentais na formação da identidade do coletivo. Um exemplo é de quando olhamos para construção dos quilombos onde centenas de pessoas criaram, a partir dessa ocupação, um lugar onde uma nova forma de vida se originou. Quando pensamos nos espaços urbanos na atualidade, conseguimos enxergar o mesmo fenômeno acontecendo. Referências de espaços com essa finalidade temos vários, um deles que atuou com muita força foi a criação dos clubes negros, um exemplo próximo é a Sociedade Operária 13 de Maio³⁷

³⁷ Em 1888, um grupo de homens recém-libertos em Curitiba, fundou uma “Sociedade”, que deveria ser restrita às pessoas de cor. Com objetivo de agregar os ex-escravos com a finalidade de ajudá-los

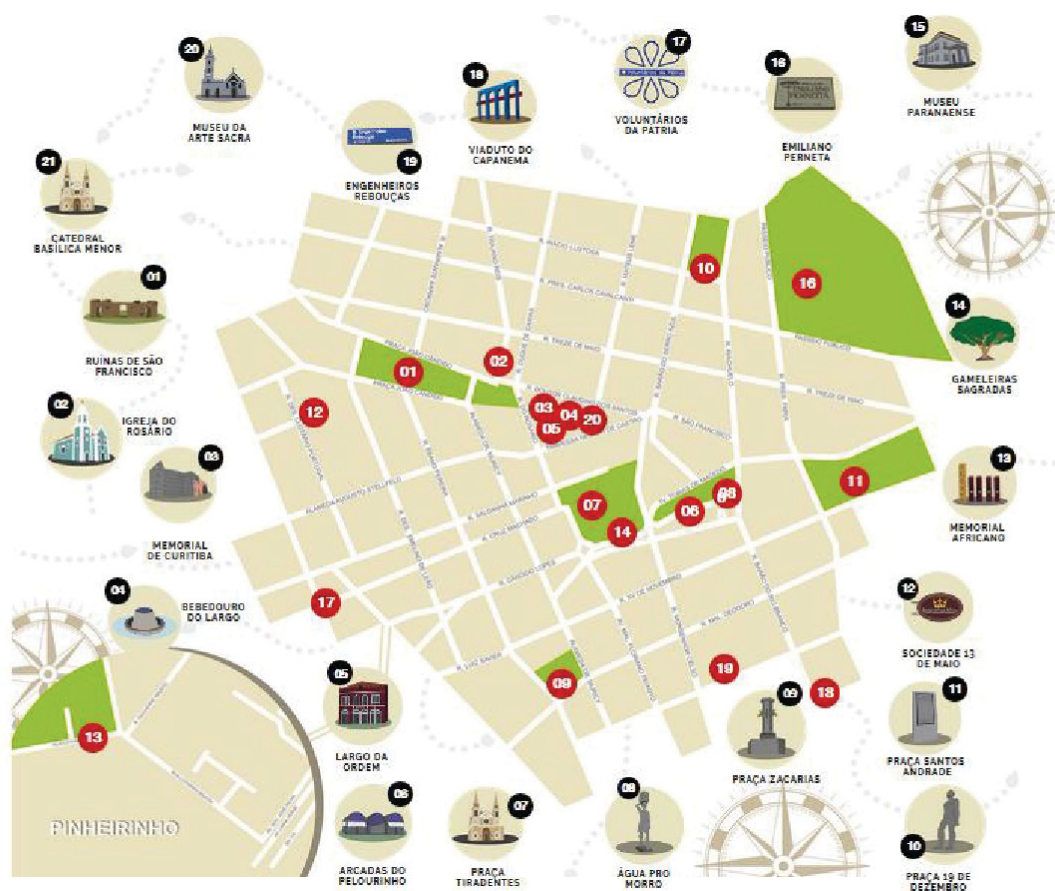
que resiste até os dias atuais e comporta diversos eventos relacionados à cultura negra, dentre eles o já clássico Um Baile Bom³⁸.

A Praça Zumbi dos Palmares traduz um dos espaços de formação da identidade afro-curitibana. Em sua dissertação de mestrado em geografia, a já citada autora Glaucia Nascimento (2020), idealizadora do projeto Empretecendo Curitiba, através do qual, pelas redes sociais, desenvolve debates e enaltece a ocupação negra local, traz mapeamentos de pontos turísticos que possuem histórias relacionadas com a população negra. Esse trabalho foi vinculado ao projeto Linha Preta, que consiste em criar um roteiro turístico que passa por esses espaços, caminho que não é feito pela linha de turismo convencional da prefeitura da cidade. A ideia com a Linha Preta é fomentar a participação da população negra na formação de Curitiba, inclusive a Praça Zumbi dos Palmares está presente no trajeto, aparecendo indicada como Memorial Africano no Mapa 1 a seguir.

de forma mútua, com Auxílio Médico-Hospitalar, Financeiro, Educativo, Social e Funeral; formando uma caixa conjunta pelas contribuições voluntárias de seus futuros associados e que serviria também para garantir o mínimo de assistência e segurança a todos, extensivos também aos seus familiares.

³⁸ O Um Baile Bom é denominado de um movimento-festa-ato político, visto que é muito mais que uma festa. O baile tem como objetivo a afirmação e conscientização racial. A partir do baile, negros e negras (re)afirmam suas identidades, através da música e elementos estéticos. Tem como base os bailes negros das décadas de 1970 e 1980, que emergem por influência dos bailes de soul e funk norte-americanos. O ato é realizado na Sociedade Operária Beneficente 13 de Maio e teve sua primeira edição em abril de 2015. (NASCIMENTO, 2020, p. 172).

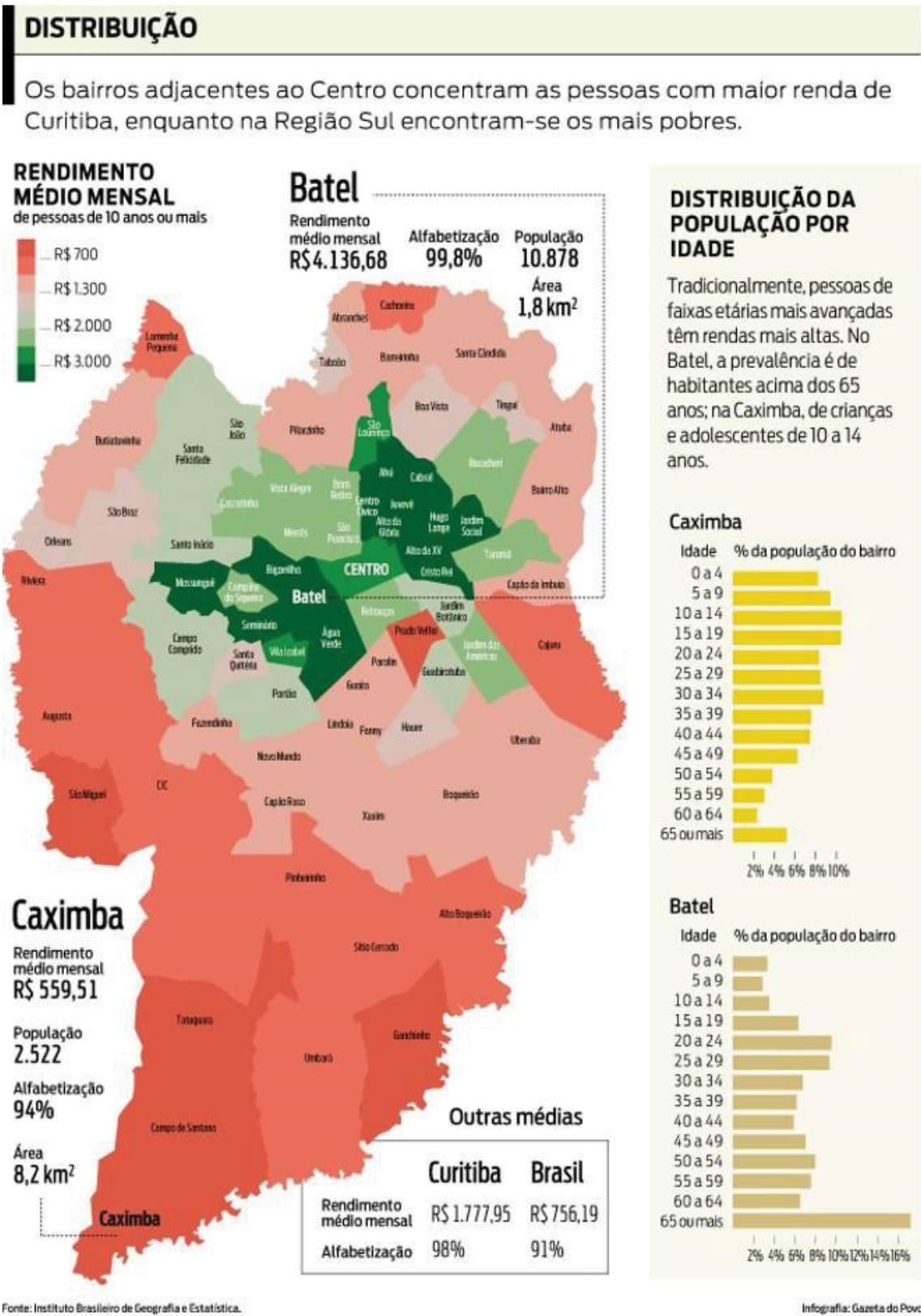
MAPA 1 – LINHA PRETA

FONTE: Linha Preta (2019).³⁹

O resgate histórico que o projeto Linha Preta evidencia a forma com que a população negra se organiza no âmbito espacial, respeitando “(...) “micromundos” de relações sociais, significados culturais e símbolos acerca de como ocupar e transitar pelo espaço da cidade” (GADEA, 2013, p. 38). Inclusive o próprio projeto de formação da cidade como um todo se constrói sob a ideia de que determinados grupos serão alocados ao redor da cidade – assim como menciona Márcia quando traz o relato de sua percepção de uma Curitiba que ama o centro da cidade, mas que constrói pequenos centros dentro de alguns bairros para que não seja necessário que alguns grupos se desloquem. A seguir, apresento o Mapa 2, onde é possível perceber como a população curitibana se organiza nos bairros a partir de sua raça, seguido pelo Mapa 3, onde é possível ver o rendimento mensal de cada região da cidade.

³⁹ 1- Ruínas de São Francisco; 2- Igreja do Rosário; 3- Memorial de Curitiba; 4- Solar do Rosário; 5- Bebedouro do Largo; 6- Largo da Ordem; 7- Arcadas do Pelourinho; 8- Água pro Morro; 9- Praça Zacarias; 10- Praça 19 de dezembro; 11- Praça Santos Andrade; 12- Sociedade 13 de maio; 13- Memorial Africano; 14- Gameleiras Sagradas; 15- Museu Paranaense; 16- Emiliano Pernetá; 17- Voluntários da Pátria; 18- Viaduto do Capanema; 19- Engenheiro Rebouças; 20- Museu da Arte Sacra; 21- Catedral Basílica Menor

MAPA 3 – NÍVEL SOCIOECONÔMICO POR BAIRRO EM CURITIBA



FONTE: Gazeta do Povo (2011).

Chamo a atenção para como as regiões onde o rendimento salarial é mais baixo são as mesmas regiões onde existe um número maior de moradores negros e

como esse fato não representa uma mera coincidência. Como cita Márcia Lima (2011, p. 234) em seu texto sobre raça e pobreza, “(...) tais diferenças podem ser percebidas por meio do acesso às estruturas de oportunidades – oferecidas tanto pelo Estado quanto pelo mercado –, bem como pela importância dos atributos não econômicos na compreensão do fenômeno da pobreza”. O bairro Pinheirinho, onde a praça está localizada, faz parte do grupo que concentra mais moradores negros e onde o índice socioeconômico é um dos mais baixos. Esses fatores contribuem para a “segregação estrutural”, como bem articula Gadea (2013, p. 35), “fazendo com que a população negra, não somente resida, mas continue ocupando as (...) velhas regiões de habitação e trabalho (...), dificultando o processo de mobilidade física da população negra”. Sendo assim,

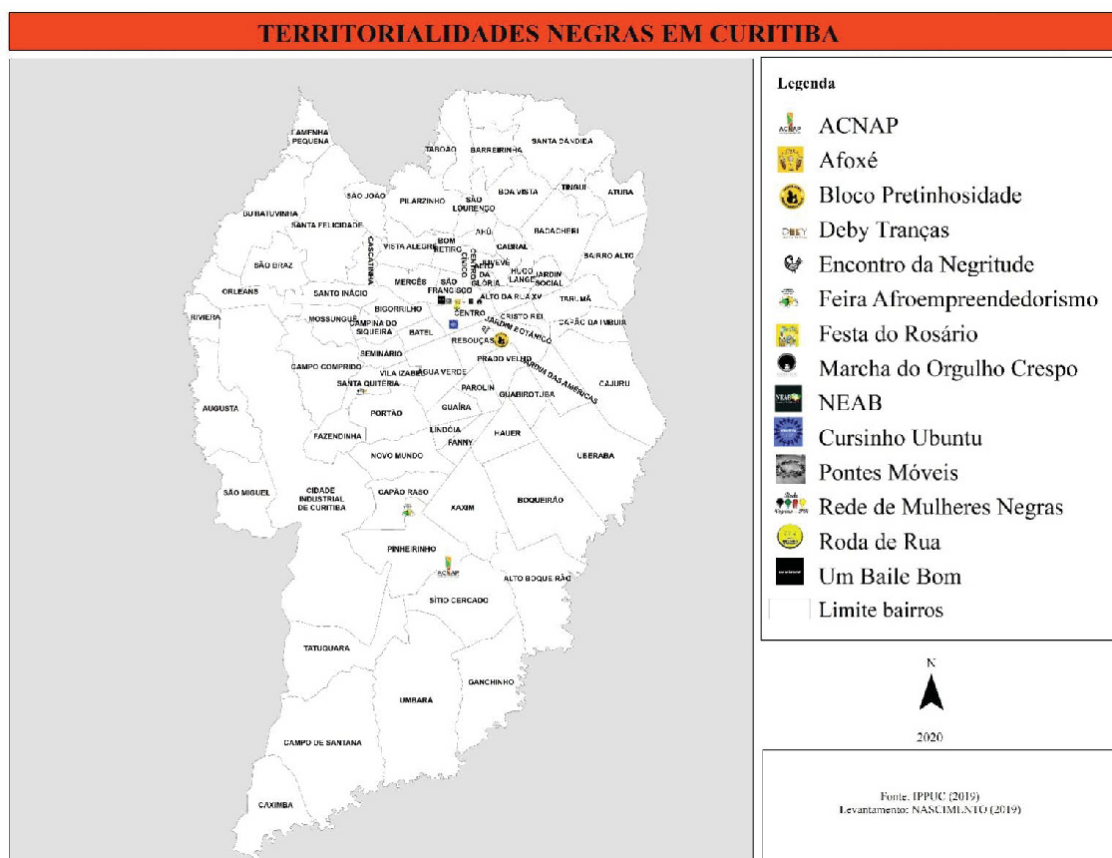
Entende-se, conseqüentemente, que embora essa “mobilidade” possa ter sido percebida, a “concentração” nas velhas regiões de residência por parte ampla maioria não necessariamente suporia uma coadjuvante imobilidade social voltaria, mas sim, um sintoma do “enraizamento forçado” por motivos, fundamentalmente econômicos. (GADEA, 2013, p. 36).

Ainda, segundo o autor, “Mesmo estando dentro desse lugar espacial imposto no cenário urbano, tornando a população negra presa em uma realidade social” (GADEA, 2013, p. 35), é visível o processo de resignificação através do ato de ocupar diferentes espaços em Curitiba. Antes de migrar para a Praça Zumbi dos Palmares, Will me conta que a feira começa na região central quando ainda era um sarau. Um dos espaços inclusive está dentro do roteiro da Linha Preta, que é o Memorial de Curitiba, onde aconteceram os eventos propostos pelo Abiola, como mencionado no início da pesquisa, além de outras atividades relacionadas à cultura curitibana; depois, a feira migrou para a casa de Will, que é no bairro Vila Guaíra, por fim, a feira se estabelece ocupando a praça. Esse movimento de transitar remete ao “(...) próprio deslocamento geográfico, a própria travessia ou viagem para uma situação social diferente da anterior, tomando enorme significação para o próprio exercício de uma negritude num novo contexto de sociabilidade” (GADEA, 2013, p. 44-45). Mesmo com a descentralização da feira, é possível perceber como isso não foi um fator prejudicial para o seu sucesso; quando retornamos aos relatos de Márcia e Will, que trazem memórias de seus familiares lamentando a escolha do bairro Pinheirinho como local onde a praça iria ser construída, vemos um novo discurso em que o mesmo fator é visto como algo positivo no sentido de descentralizar a produção

cultural local, questionado e colocando em cheque a necessidade de se realizar tudo no centro da cidade, o que foi uma forma de mostrar para a população curitibana que existe vida além dessa região.

A partir daí, pensando em paralelo com o “ideal comunitário” (GADEA, 2013, p. 75) muito semelhante à nova existência que o quilombismo traz, a organização e a ocupação de um espaço físico dito como lugar negro correspondem “(...) a estratégias singulares de sobrevivência material e simbólica” (GADEA, 2013, p. 75), onde o espaço físico se constitui como “lar”, com a materialização do seu corpo no mundo, em conjunto com a ocupação simbólica como parte da formação da identidade negra, não só no âmbito individual, mas principalmente no âmbito coletivo. A seguir, temos o Mapa 4, que mostra espaços de resistência criados na cidade por parte de diferentes ações pelo movimento negro local, criando uma espécie de rede de ocupação.

MAPA 4 – TERRITORIALIDADES NEGRAS EM CURITIBA.



FONTE: Nascimento (2020, p. 209).

Essas estratégias de sobrevivência (GADEA, 2013), em diálogo com o conceito de resistência, podem ser percebidas quando a feira se relaciona com outros eventos, assim como a homenagem aconteceu no mês de julho em parceria com o “Julho das Pretas”, dentre outros eventos locais.

Gadea (2013, p. 100) fala da formação de regiões morais, que “(...) funcionam como espaços de sociabilidades em que o significante 'negro'” se inseriria, aportando perspectivas na interação e recebendo uma série de influências que repercutirão na própria prática da negritude”. Esse fator se torna visível quando observamos a relação entre praça Zumbi dos Palmares junto aos afroempreendedores, artistas e frequentadores que, ao se colocarem neste espaço em coletivo, alimentam relações sociais que têm como resultado uma formação da identidade e consciência negra, ou aprimoramento da mesma. Estar ali tem relação direta com a forma em que essas pessoas se entendem como negras, mas o território negro “(...) não se reduz, simplesmente a um “pertencimento racial” (com atributos culturais e políticos), mas, sim, que se projeta no jogo das relações sociais e formações de grupos de forma constante” (GADEA. 2013, p. 100).

Portanto, esse “aquilombar-se” que ocorre em diferentes espaços, criados ou ocupados, diz respeito a uma “(...) situação de uma experiência social vivenciada na 'precariedade das situações', na inconstância dos contextos de referência” (GADEA, 2013, p. 107), em que a partir das situações impostas pelo processo de opressão e racismo estrutural, esse grupo negro que está presente, em especial na praça Zumbi dos Palmares com a feira, cria uma espécie de rede, onde o estar ali se constitui para o coletivo como um dos “(...) códigos de sociabilidade que facilmente “intersectam” de um modo muito variável os seus próprios “grupos de pertença” tradicionais” (GADEA, 2013, p. 110). Dessa forma, esse grupo que se forma a partir da feira na praça, através de perspectivas de mundo diferentes que se encontram, constituem um “(...) marco de referência” (GADEA, 2013, p. 111) tanto individual quanto coletivo.

Sendo assim, a praça, com a realização da feira, se torna um ponto de intersecção e de conexão de diferentes grupos, sejam de negros brasileiros quanto africanos, onde todos estão ali por um mesmo ideal, que não é somente empreender, mas pertencer a algo que é muito maior do que a cidade de Curitiba. É poder construir seu próprio lugar de existência, onde as histórias serão contadas a partir de suas próprias narrativas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo que bate é tambor
Todo tambor vem de lá
Se o coração é o senhor, tudo é África
Pus em prática
Essa tática
Matemática, falou?
Enquanto a terra não for livre, eu também não sou
Enquanto ancestral de quem tá por vir, eu vou
E cantar com as menina enquanto germina o amor
É empírico, meio onírico, tipo Kiriku, meu espírito
Quer que eu tire de tu a dor.
Principia – Emicida.

A cidade de Curitiba possui um pacto social que foi construído e legitimado por anos e anos de história. Dentro desse acordo, a população negra é colocada no lugar da invisibilidade, gerando mais força para que a identidade branca seja enaltecida e, assim, a cidade possa continuar ostentando aquele velho apelido, já conhecido por todos, de “Europa Brasileira”. A verdade é que Curitiba possui uma população negra engajada para tomar o seu espaço que é de direito, colocando em xeque esse padrão excludente.

O Instituto Afro-Brasil surge no “bum” da criação dos coletivos negros no Brasil. Aqui na cidade, temos relatos dos primeiros coletivos negros sendo fundados em meados dos anos oitenta, como foi o caso da própria ACNAP, como contou Malu. Sendo assim, o Instituto foi uma das primeiras organizações a começar o trabalho de enfrentamento das burocracias estatais que contribuíram para a inviabilização dos direitos da comunidade negra local. Esses homens negros, fundadores, aproveitaram seus espaços de visibilidade e seus privilégios como homens para serem ouvidos por outros homens, mesmo que brancos, conseguindo alcançar algumas oportunidades. O Instituto representa para o movimento negro local uma possibilidade de alcançar legitimidade enquanto cidadãos.

Com a passagem da organização para as mãos de Will e suas primas, mulheres negras, as dificuldades se mostram graças à combinação do machismo e

do racismo. Com o início da organização da feira, as burocracias se estabelecem com força, criando barreiras difíceis de serem ultrapassadas. O Estado exige muito mais dessas mulheres negras do que de outros feirantes – obviamente que essas negociações não são postas de formas evidentes, elas acontecem de maneira minuciosa, por dentro das entrelinhas dos discursos, ações e exigências. Mesmo assim elas resistem, criam uma nova lógica econômica, reexistem através das brechas que o mesmo sistema coloca como barreiras, elas se reinventam a partir do compartilhamento dos recursos encontrados no coletivo.

A cada edição da Feira Cultural e do Afroempreendedorismo me sentia fascinada com a forma que as organizadoras conseguiam criar uma grande família, que se inicia com os laços consanguíneos das famílias Reis e Amaral, mas que se estendem com o acolhimento dos afroempreendedores, empreendedores étnicos, visitantes, moradores das redondezas da praça, artistas, imigrantes africanos, integrantes do movimento negro que por ali passam e até com a pesquisadora que aqui vos fala. Os laços vão se estabelecendo aos poucos, o que eu não julgo, afinal, são tantos anos de violência e opressão, que é entendível que exista uma certa desconfiança no início, pois existem algumas pessoas que se apropriam daquele espaço com interesses, principalmente políticos.

Mesmo com as interferências de nomes que nunca trabalharam pela feira, pela praça ou pelos ideais do movimento negro local, elas continuam assumindo a responsabilidade de lutar pela emancipação da população negra local, que não foi imposta em nenhum momento, mas sim colocada por elas mesmas. Longe de mim tratar o afroempreendedorismo com romantismo, eu já estive nesse lugar e confesso que não é fácil, mas é importante mostrar que existem outras possibilidades de existência no mundo.

Além do ato de empreender, que gera outras transformações para essas mulheres – pois é possível identificar como essa atividade contribui para percepção racial, autoestima e valorização da força de trabalho –, a feira também legitima outras manifestações da cultura e história negra. As apresentações culturais ultrapassam uma ação que foi tomada para fazer com que os frequentadores permanecessem no local, se tornando uma fonte de propagação de conhecimento, criando espaços de debate para diversas gerações que passam por ali. Cada performance sempre vinha com a intenção de dialogar com os próximos e com os distantes, de comunicar para outros pretos dores e formas de recriar existência, e gritar para os brancos o desejo

de respeito e acesso aos direitos básicos que jamais deveriam ser privados de qualquer ser humano.

As peças e serviços ofertados ali ajudam a recriar um novo olhar sob os corpos negros e sua beleza. Eu, como designer de moda de formação, não pude deixar de observar com atenção todos os elementos estéticos das peças e como isso reverbera na apresentação de todas as mulheres naquele espaço. Era muito interessante perceber como as diferentes gerações de mulheres que ali coabitam se construíam e desconstruíam, dialogando com os elementos do passado, presente e futuro, comunicando de forma não verbal suas lutas e, a partir disso, se identificando umas com as outras. Se criava assim um corpo político que assume seu espaço de fala, contando suas histórias de dentro, sem interlocução e interpretação de outros.

Todos esses elementos dizem respeito à formação de um novo ser mulher negra, sob uma ótica da decolonialidade e que contribui para o espaço de formação da etnicidade deste coletivo. Em cada edição da feira, esses posicionamentos são reforçados e novos símbolos são criados como parte da formação do que eles se atribuem sobre o ser negro. A partir desse lugar, essas mulheres que estão à frente da organização da feira se encontram na posição de enfrentar as burocracias do sistema, que prejudicam a ascensão da feira para que ela seja reconhecida como parte das feiras legitimadas da cidade, enquanto propósito de também ascensão da população negra por parte do empreendedorismo.

A etnicidade construída na praça questiona aquele pacto racial que foi discutido em outros momentos desta dissertação, inclusive no início dessas considerações finais, pois nos deparamos com o espaço da feira enquanto ponto de organização entre diferentes grupos de negros e não negros e que ao mesmo tempo lida com os valores dominantes impostos pelos poderes regionais, prefeitura e Fundação Cultural. Ainda assim, eles criam uma nova ordem de valores que conduz a construção dessa utopia negra. A visão dos negros pelos próprios negros vai de encontro com a percepção construída pelas burocracias, e a população branca local faz com que as dificuldades na feira se estabeleçam cada vez mais, pois não é de interesse do sistema que a população negra saia desse lugar social que foi imposto desde o período escravocrata.

Para que esse lugar seja legitimado por tantos anos e décadas, as burocracias da prefeitura e da Fundação Cultural são criadas pelo sistema com a finalidade de dificultar o acesso da população negra em alguns espaços, como é o caso da feira.

As organizadoras, em diversos momentos, relatam que por mais que tentem atender a todas as exigências impostas pela prefeitura, ainda não conseguem trazer alguns serviços que são tão básicos em outras feiras pela cidade. As justificativas são resultado de diversos fatores estruturais que existem em um âmbito macronacional. Com isso, elas são obrigadas a se posicionarem dentro dessa relação que é desigual, entrando em uma luta constante por espaço e reconhecimento.

Esse racismo burocrático age em favor da elite branca curitibana e é legitimada pela prefeitura e a Fundação Cultural, instituições cujos representantes, diante desse papel destinado a eles, fortalecem esse abismo social através de ações e discursos. Além de ocupar os espaços, a fala é usada como parte desse jogo de interesses, pois ela é uma das ferramentas de opressão utilizada durante o processo de dominação do outro. Essas ações contribuem para o fortalecimento de um conceito que temos visto ser debatido fortemente nos últimos anos, o racismo estrutural, que tem, segundo alguns autores dessa nova geração, uma de suas ramificações para o racismo institucional que não está apenas presente no Estado, mas também em outros espaços privados.

A partir disso, trago a reflexão sobre o mercado de trabalho e a ausência das mulheres negras em cargos de visibilidade. Antes de sermos atingidos pela pandemia, dados do IPEA comprovam que mais da metade das pessoas desempregadas no país eram mulheres negras. Em pesquisas disponibilizadas um pouco antes do término da escrita dessa dissertação, novos dados mostram que o número de pessoas que perderam seus empregos durante o primeiro ano de pandemia é composto por mulheres negras. Sendo assim, elas são as que mais estão à margem da sociedade, tendo seus lugares sociais do desemprego ou do trabalho subalterno ainda mais reforçados.

Quando comecei a trabalhar nesta pesquisa tive muito receio de trazer uma perspectiva neoliberal sobre o afroempreendedorismo, afinal, nos últimos anos, várias pesquisas mostraram que o número de empreendedores cresceu em todo país. Centenas de profissionais começaram a ministrar cursos e vender livros falando sobre como se tornar um empreendedor de sucesso, mas sabemos que quando se fala de abrir seu próprio negócio, as coisas não são tão belas quanto parecem. Assim que comecei a me aprofundar sobre o tema do afroempreendedorismo percebi que havia percepções distintas entre algumas autoras sobre o que seria essa categoria de trabalho, mas foi através das categorias nativas encontradas em campo que entendi

o que viria a ser esse afroempreendedorismo curitibano. Estar na feira expondo seus produtos e serviços não traz tanto retorno financeiro quanto deveria, mas traz formação política, empoderamento para que elas valorizem seus trabalhos, seus investimentos de tempo e habilidades, faz com aquelas se percebam enquanto mulheres negras e ativem dentro de si o desejo de lutar pelo coletivo.

Essa rede que se cria entre todas elas leva à percepção de um movimento de aquilombamento em plena praça pública, onde uma família se une a outras, essas que podem ser consanguíneas ou não, mas todas lutam por um mesmo objetivo e ocupam um espaço que sempre foi delas de direito. Essa mobilização faz com que essa geração de mulheres mais velhas reflita sobre o cenário político brasileiro atual e busque estratégias de combate e enfrentamento ao racismo e machismo estruturais, trabalhando assim por uma geração de jovens militantes.

A praça Zumbi dos Palmares, que por muitos anos foi negligenciada, hoje é um cânone de resistência no movimento negro local, e o trabalho que vêm sendo feito pelo Instituto contribui para isso. Essas mulheres que já derrubaram portas na câmara legislativa e protestaram na região central, hoje continuam seus trabalhos ocupando outros espaços, lutando para romper com mais barreiras que o sistema coloca para que não saíamos do plano traçado. Essas lutas são destinadas a nós e as próximas gerações, assim como foi anteriormente nos anos oitenta, quando enfrentamentos foram feitos para que hoje pudéssemos ingressar nas universidades pelas ações afirmativas – mas, apesar dos esforços, ainda nos deparamos com um mercado de trabalho excludente, que não está preparado para receber os frutos das cotas. Assim, a feira do afroempreendedorismo atua como uma construção de conhecimento e de identidade, através da qual se encontra forças para continuar lutando por nós e por aquelas que ainda virão.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo. Editora Pólen, 2019.

ALGRANTI, Lelia Mezan. Famílias e Vida Doméstica. In: SOUZA, Laura de Mello (org). **Histórias da Vida Privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. v. 01. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 83-154.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

ALVES, Benno Warken. Pacto racial da branquitude começa a ruir em Curitiba?. **Plural Curitiba**. 2020. Disponível em <https://www.plural.jor.br/artigos/pacto-racial-da-branquitude-comeca-a-ruir-em-curitiba/>. Acesso em 23 de jan. de 2021.

AZEVEDO, Thales. **Elites de Cor: um estudo de ascensão social**. São Paulo: Companhia Editorial Nacional, 1955.

BARTH, Fredrik. Os Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In: **O Guru, O Iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

BAQUERO, Rute Vivian Angelo. Empoderamento: instrumento de emancipação social? Uma discussão conceitual. **Revista Debates**, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p. 173-187, jan.-abr./ 2012.

BATISTA, Paula Carolina. O Quilombismo em Espaços Urbanos: 130 anos após abolição. **Revista Extrapresa**, São Paulo, v. 12, n. esp., p. 397-419, set. 2019.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Editora Polén, 2019.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Etnicidade: da cultural residual mais irreduzível**. In: Cultura com Aspas. São Paulo: Editora Cosac Naify, 2009.

CARVALHO, Tatiane Valéria Rogerio. O Esquecimento das Marcas da Presença Negra em Curitiba. **Anais Eletrônicos – 1 Colóquio Museus e Arquivos: Lugares de Memória no/do Espaço Urbano**. Curitiba: Unicentro/PR, 2016. p. 87-94.

CISCATI, Rafael. Pretos e pardos têm maior taxa de desocupação, segundo IBGE. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em

<https://www.brasildefato.com.br/2019/11/19/pretos-e-pardos-tem-maior-taxa-de-desocupacao-segundo-ibge/>. Acesso em 31 de agosto de 2020.

CISCATI, Rafael. Depois da abolição, Estado sofisticou mecanismos de exclusão, diz Historiadora. **Brasil de Fato**, 2020. Disponível em <https://www.brasilledireitos.org.br/noticias/589-depois-da-abolio-estado-sofisticou-mecanismos-de-exclusao-diz-historiadora?fbclid=IwAR0NmDqEIJ5VewCfGv6MscY4Y9QwYU1Qk6JNQNcEVqAQ6O7bHN0CVNm8OLc>. Acesso em 31 de agosto de 2020.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. **Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil**, p. 377-418, 2007.

COHEN, Abner. **O Homem Bidimensional**. São Paulo. Editora Zahar. 1978.

CRUZ, Victoria Santa. **Me Gritaron Negra (Afro Perú)**, Music MGP. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=cHr8DTNRZdg>. Acesso em: 25 de nov. de 2020.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de Brancura: política social e racial no Brasil – 1917-1945**. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

DULCE, Emilly. Mulher negra trabalha quase o dobro do tempo para obter salário de homem branco. **Brasil de Fato**, 2019. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2019/11/22/mulher-negra-trabalha-quase-o-dobro-do-tempo-para-obter-salario-de-homem-branco>. Acesso em 31 de julho de 2020.

DUMONT, Louis. Casta, Racismo e “Estratificação”. In: **Homo Hierarchicus**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, p. 303-316, 2008.

EL PAÍS. **Márcia Lima: Debate racial mudou de patamar. Não vejo mais jovens aceitando silenciamento**. 2020. Disponível em <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-11-23/marcia-lima-debate-racial-mudou-de-patamar-nao-vejo-mais-os-jovens-aceitando-silenciamento.html>. Acesso em: 06 ago. 2021.

FERNANDES, Florestan. **O Negro no Mundos dos Brancos**. São Paulo. Editora Global, 2007.

FIGUEIREDO, Ângela. Gênero: dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. In: Raça: PINHO, Osmundo Araújo; SANSONE, Livio (Orgs.). **Novas**

perspectivas antropológicas. 2 ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia- EDUFBA, 2008.

FIGUEIREDO, Ângela. **Classe Média Negra: trajetórias e perfis**. Salvador: UFBA, 2012.

GADEA, Carlos A. **Negritude e Pós-africanidade: críticas das relações raciais contemporâneas**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2013.

GELEDÉS. **Memorial Africano é inaugurado em Curitiba**. 2010. Disponível em <https://www.geledes.org.br/memorial-africano-e-inaugurado-em-curitiba/>. Acesso em 14 jan. 2021.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil – 2019**. Disponível em <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/06/GEM-2019-Sexo.pdf>. Acesso em 02 set. de 2020.

GEM. **Empreendedorismo no Brasil: recorte temático cor/raça – 2019**. Disponível em <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/06/GEM-2019-Ra%C3%A7a-Cor.pdf>. Acesso em 03 set. 2020.

GODBOUT, Jacques T. **O Espírito da Dádiva**. Lisboa: Editora Piaget, 1992.

GONZALEZ, Lélia. **A Mulher Negra na Sociedade Brasileira: uma abordagem político-econômico**. In: LUZ, Madel T. (org.). *O Lugar da Mulher*. Rio de Janeiro. Edições Graal. 1982. P.87-104.

GONZALEZ, Lélia. Por um Feminismo Latino-Americano. **Caderno de Formação Política do Círculo Palmarino: Batalha de Ideias**, v. 01, 2011. Disponível em https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Por%20um%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf. Acesso em 03 de novembro de 2020.

GONZALEZ, Lélia. Cultura, etnicidade e trabalho: Efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher. 1979. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por Um Feminismo Afro Latino Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 25-44.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. 1983. In: RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). **Por Um Feminismo Afro Latino Americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020. p. 75-93.

GUEDES, Simoni Lahud. Redes de Parentesco e Considerações entre Trabalhadores Urbanos: tecendo relações a partir de quintais. Salvador. **Caderno CRH**, n. 29, p. 189-208, jul/dez. 1998.

GUIMARÃES. Antônio Sergio Alfredo. Cor, Raça e Outros Conceitos Analíticos. In: SANSONE, Livio; PINHO, Osmundo Araújo (Orgs.). **Raça: novas perspectivas antropológicas**. 2. ed. rev. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia EDUFBA, 2008. p. 63-82.

HERZFELD, Michael. **A Produção Social da Indiferença: explorando as raízes simbólicas da burocracia**. Tradução de Flávio Gordon. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

IPEA. **Jovens e mulheres negras são mais afetados pelo desemprego**.

Disponível em:

https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=3437

1. Acesso em: 28 out. 2020.

KILOMBA, Grada. **Memórias de uma Plantação: episódios de racismo cotidiano**. Tradução de Jess Oliveira. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LIMA, Márcia. Ser Negro no Brasil: do ônus ao bônus. Porto Alegre, **Horizontes Antropológicos**, a. 11, n. 23, p. 258-261, jan/jun. 2005.

LIMA, Márcia. “Raça” e Pobreza em Contextos Metropolitanos. São Paulo, **Revista Tempo Social**, v. 24, n. 2, p. 233, 254, 2011.

LIMA, Márcia. Emprego Doméstico e Mudança Social: reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira. São Paulo, **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, v. 31, n. 2, p. 149-171, mai-ago 2019.

MAIA, Cauane Gabriel Azevedo. **A Revolução vem do Pastinho: escritórias antropológicas sobre vozes negras em Florianópolis- SC**. 2018. 192f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

MICK. Jacques. **Relatório final de pesquisa – PBAE Igualdade racial, desenvolvimento, empreendedorismo e solidariedade: desafios para o Brasil Contemporâneo**. 2016. Disponível em: <http://www.institutoiab.org.br/relatorio-final-de-pesquisa-pbae/>. Acesso em 18 ago. 2020.

MORAES, Pedro Rodolfo Bodê de; SOUZA, Marcilene Garcia de. Invisibilidade, Preconceito e Violência Racial em Curitiba. **Revista Sociologia e Política**, Curitiba, n. 13, p. 7-16, nov. 1999.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

NASCIMENTO, Glaucia Pereira. **Territorialidades Negras em Curitiba-PR: reesignificando uma cidade que não quer ser negra**. 2020. 309f. Dissertação – (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

NASCIMENTO, Maria Beatriz do. A Terra é meu Quilombo: terra, território e territorialidade. In: RATTTS, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre trajetória de vida de Maria Beatriz do Nascimento**. São Paulo: Editora Imprensa Oficial, 2006. p. 51-59.

NUNES PEREIRA, Luena Nascimento. Alteridade e raça entre África e Brasil: branquidade e descentramentos nas ciências sociais brasileiras. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 63, n. 2:e170727, USP, 2020.

OLIVEIRA, Tais Silva. **Redes Sociais na Internet e a Economia Étnica: Um estudo sobre o Afroempreendedorismo no Brasil**. 2019. 135f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Paulo, 2019.

RAMOS, Guerreiro. **Introdução Crítica à Sociologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editorial Andes Limitada, 1957.

RATTTS, Alex; RIOS, Flávia. **Lélia Gonzalez**. São Paulo: Selo Negro, 2010.

RIBEIRO, Djamila. **Quem Tem Medo do Feminismo Negro?**. São Paulo. Companhia das Letras. 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de Fala**. São Paulo: Editora Pólen, 2019.

SANCHES, Mário Antônio. **O negro em Curitiba: a invisibilidade cultural do visível**. 1995. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1995.

SANTOS, Maria Angélica dos. **O Lado Negro do Empreendedorismo: afroempreendedorismo e movimento *black money***. Belo Horizonte: Editora Letramento, 2019.

SANTOS, Sales. **Educação: um pensamento negro contemporâneo**. Jundiá: Paco Editora, 2014.

SANSONE, Livio. A Produção de uma Cultura Negra (Da cultura “creole” à subcultura negra. A nova etnicidade dos jovens “creoles” surinameses de classe baixa em Amsterdam). **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 121-134, jun. 1991.

SARTI, Cynthia Andersen. Parentesco e Família. **Revista Eletrônica do Jornalismo Científico**. 2009. Disponível em <https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=52&id=653>. Acesso em 21 jan. 2021.

SCHWARTZ, Lilia K. Moritz. Questão Racial e Etnicidade. In: **O Que Ler nas Ciências Sociais Brasileiras**, v. 1 (1970-1995), ANPOCS, p. 267-327, 2012.

SEBRAE. **Relatório Especial: empreendedorismo feminino no Brasil**. 2019. Disponível em: https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2019/03/Empreendedorismo-Feminino-no-Brasil-2019_v5.pdf. Acesso em: 02 set. 2020.

SEBRAE. **Relatório Especial (adendo ao relatório de março/19): Empreendedorismo Feminino no Brasil. Atualizações de dados e novas aberturas (por “gênero” e “raça/cor”)**. Disponível em <https://datasebrae.com.br/wp-content/uploads/2020/07/Empreendedorismo-Feminino-no-Brasil-2019-agosto2019.pdf>. Acesso em: 02 set. 2020.

SIEGEL, Micol. “Mães pretas, filhos cidadão”. In: CUNHA, Olívia Maria da; GOMES, Flávio dos Santos (Orgs.). **Quase-cidadão: história e antropologia da pós-emancipação no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SILVA, Ana Carolina de Souza. **Nós, os Quilombistas, e a Terminologia na Luta pela Liberdade**. 2020. 111 f. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Universidade Federal de Brasília, Distrito Federal, 2020.

SILVA, Gleysi Mailly. **Empreendimentos Sociais, Negócios Culturais: Uma etnografia das relações entre economia e política a partir da Feira Preta em**

São Paulo. 2017. 290f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA DA SILVEIRA, Marcos Silva da. Quem e Como se Define o Étnico na Auto Identificação “Étnico Racial”? Dilemas das cotas para negros nas universidades públicas. In: **Desafios da Sociologia**. Ponta Grossa: Editora Atena, 2013. p. 225-237.

SOARES, Cecília Moreira. As Ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Revista Afro-Ásia, Salvador**, n. 17, p. 57-71, 1996.

SOUZA, Bárbara Oliveira. **Aquilombar-se: panorama histórico, indentitário, e político do movimento quilombola brasileiro**. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Brasília, Distrito Federal. 2008.

SOUZA, Flavia Fernandes. Escravas do Lar: As mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial. In: XAVIER. Giovana; FARIAS. Juliana Barreto; GOMES. Flavio. (Orgs.). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 244-260.

STROBINO, Márcia Regina de Campos; TEIXEIRA, Rivanda Meira. Empreendedorismo Feminino e o Conflito Trabalho-família: estudo de multi casos no setor de comércio de material de construção da cidade de Curitiba. **Revista da Administração**, São Paulo, v. 49, n. 01, p. 59-76, jan/fev/mar. 2014.

STOLCKE, Verena. Sexo está para Gênero assim como Raça para Etnicidade? **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, Rio de Janeiro, n. 20, p. 101-119, jun. 1991.

TRIBUNA DO PARANÁ. **Praça Zumbi dos Palmares ganha ampliação e reforma**. 2006. Disponível em: <https://www.tribunapr.com.br/esportes/praca-zumbi-dos-palmares-ganha-ampliacao-e-reforma/>. Acesso em 14 jan. 2021.

VANALI, Ana Christina; KOMINEK, Andrea Maia Voss; OLIVEIRA, Celso Fenando Claro. **Os Nomes da Placa: A história e as histórias do monumento à colônia afro-brasileira de Curitiba**. Curitiba: SESC-PR, 2021.

VELHO, Otávio. À Cata das Cotas. **Insight Inteligência**, n. 38, p. 124-134, jul.-set. 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; ver. Téc. De Gabriel Cohn. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2009.